



contar *histórias*

**Educar e resistir
através das vozes das
matriarcas negras**

Chica Reis



Ministério da Cultura, Governo do Estado de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Cultura e Turismo e Fundação Clóvis Salgado apresentam

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Educação
Mestrado Profissional em Educação

Chica Reis

contar histórias

Educar e resistir através das vozes das matriarcas negras

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Ensino e Humanidades

Orientador: Profº. Pablo Lima

Belo Horizonte
2025

SOBRETONS

AMPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

ARTS
REALIZAÇÕES

**PALÁCIO
DAS ARTES**

**Fundação
Clóvis
Salgado**

CULTURA E
TURISMO

**GOVERNO
DE MINAS**
AQUI O TREM PROSPERA.

Ação custeada com recursos do Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais - FUNEMP.

Contar histórias | Educar e resistir através das vozes das matriarcas negras

Copyright©2025 - ARTS Realizações

Sobre Tons: Edital de seleção de obras literárias e/ou científicas de autoras negras mineiras.

Sobre Tons é o programa antirracista do Ministério Público de Minas Gerais que busca sensibilizar a população em relação às pautas raciais e combater o racismo. Essa ação é custeada com recursos do Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais – FUNEMP.

Proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por qualquer meio ou sistema, sem prévio consentimento da editora, ficando os infratores sujeitos às penalidades previstas em lei.

Todos os direitos desta edição são reservados à ARTS Realizações.

Autora: Shirley Magda Oliveira dos Reis (Chica Reis)

Orientador: Pablo Luiz de Oliveira Lima

Coordenação geral do concurso: Raphael Simões

Avaliadores: Cláudio Bento, Dalila Hermes de Cássia e Rogério Fernandes

Revisão: Stephanie Crepalde e Luiz Cláudio de Paula Souza

Projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reis, Shirley Magda Oliveira dos

Contar histórias : educar e resistir através das vozes das matriarcas negras / Shirley Magda Oliveira dos Reis ; orientador Pablo Luiz de Oliveira Lima. – Belo Horizonte, MG : ARTS, 2025.

Bibliografia.

ISBN 978-65-85658-14-0

1. Contação de histórias 2. Mulheres negras 3. Mulheres negras - Condições sociais 4. Oralidade 5. Quilombos - Brasil 6. Resistência I. Lima, Pablo Luiz de Oliveira. II. Título.

25-311193.0

CDD-371.33

Índices para catálogo sistemático:

1. Contação de histórias : Educação 371.33

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Agradecimentos

O que é escrever um texto para uma pesquisa de mestrado? Saber que seu objeto de pesquisa são sujeitas reais, historicamente invisibilizadas, mas que, diante das opressões históricas, essas sujeitas, mulheres negras, resistiram e chegaram até os dias atuais cuidando do povo negro e garantindo a sobrevivência da cultura da diáspora.

A partir desta pesquisa me torno Mestra em Educação. Mas não me torno mestra sozinha, me torno mestra diante de mestras da cultura popular de matriz africana. Esse título que alcanço se estende a todas elas. E antes de mim e antes delas, outras mulheres negras, mestras, ialaxés, ekedis, yaôs, avós, mães, tias, garantiram que esta cultura que nos alimenta chegasse até nós. Somos a continuidade, a semente que brotará eternamente neste solo, nesta mãe Terra que nos alimenta.

Agradeço a estas mulheres valorosas que me acolheram e compartilharam suas vidas, suas lutas e a história das lutas de suas

comunidades. Agradeço ao Ilê Asê Afonjá Oxegui e sua matriarca Ialorixá Daisy de Oyá, à Ekedí Beth Lisboa e à Ekedí Simone. Agradeço à Guarda de Moçambique e à Guarda de Congo Treze de Maio Nossa Senhora do Rosário, que tem a matriarca Rainha Belinha à frente. Agradeço à Guarda São Jorge de Nossa Senhora do Rosário, representada pela Rainha Kelly Simone. Agradeço à casa N'Zo Kabila, tendo à frente Nengua Kamuxinú e Kota Zinguelê.

Agradeço a meu pai, que sempre insistiu que deveríamos acreditar no caminho possível mediante o estudo. Escutei suas palavras e cheguei e continuarei. Dedico ao senhor, que me ensinou a acreditar na vida e que nós não vamos nos reduzir à pobreza material, pois temos um sagrado que cuida de nós, e nós fazemos parte desse sagrado. Agradeço a todas as mulheres de minha família que, por meio de suas oralidades, apontam a vida possível através das histórias.

Sem essas mulheres, esta pesquisa jamais seria possível. Sou, porque somos!

ASÊ

Sigamos!



Resumo

Esta pesquisa traz a proposição das contações de histórias enquanto elemento formador e pretagógico nas comunidades de tradição de matriz africana, com um recorte no bairro Concórdia, Belo Horizonte, a partir das vozes das matriarcas negras. Com base em entrevistas colhidas das matriarcas e da vivência no território, partiu-se para a reflexão sobre as histórias como elemento importante na formação e ensinamentos daqueles pertencentes às casas e, mais ainda, sobre as histórias narradas pelas matriarcas como elemento de resistência e luta da cultura negra da diáspora. Baseando-se na história do bairro e da chegada de seus moradores ao local destinado pela prefeitura, a pesquisa segue na elaboração do território e suas novas configurações pelos moradores. Nesse território, que vem sendo ressignificado e entendido como um grande quilombo urbano real, através de seus ensinamentos e das “pretagogias”, as mulheres negras, matriarcas das casas de tradição do bairro, resistem e transmitem as identidades negras



da diáspora, conectadas com o sagrado. Histórias das casas, das famílias, do bairro e do sagrado aparecem por meio de suas vozes, que estão registradas em entrevistas realizadas durante o processo da pesquisa. Apoiando-se na leitura de Muniz Sodré, no território dos corpos negros, a presença das mulheres se faz marcante. Um paralelo entre o Matriarcado Africano, com base na leitura de Cheik Anta Diop e Ifi Amaudiume, é traçado. A partir de entrevistas com as matriarcas de reinados e casas de candomblé, mulheres que possuem saberes ancestrais, entende-se e aprofunda-se no universo da contação de histórias, oralidade presente no cotidiano, na preservação desses saberes, resistência e garantia das identidades desses grupos, apontando a pedagogia das histórias. O produto resultante da pesquisa é um livro intitulado *Concordianas*, composto pela transcrição de entrevistas com as matriarcas.

Palavras-chave: matriarcas; Concórdia; quilombo; contações de histórias; resistência; sagrado.

Ilustrações

Figura 1	Notícia da criação do bairro Concórdia em Belo Horizonte - MG	56
Figura 2	Guarda de São Jorge Dia do lançamento do livro Mulheres Reinadeiras e festejo de São Jorge, no terreiro da própria guarda. À frente, segurando a bandeira, está a Rainha Kelly Simone.	66
Figura 3	Guarda de São Jorge em cortejo pelas ruas do Concórdia	69
Figura 4	Dia de festejo – Bandeira hasteada no terreiro da Guarda de Moçambique Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário e Guarda de Congo Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário e Centro Espírita São Sebastião.	70
Figura 5	A guarda em cortejo pelas ruas do bairro Concórdia	71
Figura 6	Chegada da Guarda de Lagoa da Trindade. Rua Itajaí, em frente à casa da Guarda Treze de Maio.	72
Figura 7	Guarda de Moçambique Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário e Guarda de Congado União Nossa Senhora do Rosário. No terreiro a Guarda anfitriã da casa, o Moçambique, junto com a Guarda de Congado União Nossa Senhora do Rosário.	73
Figura 8	Tambores descansam. Enquanto os componentes das guardas almoçam, os tambores descansam, se preparando para, em breve, serem tocados.	74
Figura 9	Cartaz de divulgação dos festejos do Reinado Treze de maio de 2023	75
Figura 10	Cartaz da comemoração dos 90 anos do Centro Espírita São Sebastião. Comemoração de aniversário do Centro Espírita São Sebastião, uma das três etnias citadas pela Rainha Belinha.	76

Figura 11	Cartaz de divulgação da Festa de Aniversário da casa ILEAAO	77
Figura 12	Festa de Aniversário do ILEAAO. A matriarca da casa, seus filhos, ogãs, ekedis, abiãs, pais e mães.	78
Figura 13	Cartaz de divulgação do carnaval de 2023 do bloco Filhes de Tcha Tcha. Vê-se, nesse cartaz, a Rainha Belinha da Guarda Treze de Maio segurando a bandeira dos FILHES DE TCHA TCHA.	79
Figura 14	Cartaz de divulgação da Festa de Nossa Senhora do Rosário da Guarda de São Jorge de 2023	81
Figura 15	Cartaz 2 de divulgação da Festa de Nossa Senhora do Rosário da Guarda de São Jorge de 2023	83
Figura 16	Guarda de São Jorge. Capacete citado pela Rainha Kelly, uma alusão de Caboclo.	98
Figura 17	Rainha Belinha	109
Figura 18	Ialorixá Mãe Daisy de Oyá	111
Figura 19	Rainha Kelly Simone	113
Figura 20	Iabassê Beth de Oyá	116
Figura 21	Eke di Simone Costa	118
Figura 22	Mãe de santo Nengua Kamuxinú	120
Figura 23	Mãe pequena Kota Zinguelê	122
Figura 24	Altar da Guarda de São Jorge de Nossa Senhora do Rosário	182

Sumário

	Palavra e Presença	15
	Bárbara Botega	
	Escritoras do futuro	17
	Sérgio Rodrigo Reis	
	Apresentação	19
	Ministério Público de Minas Gerais	
1	Memorial	21
	“Não é tabu voltar para trás e recuperar o que você esqueceu ou perdeu”	21
2	Introdução	29
	“Nossos passos vêm de longe!”	29
2.1	Metodologia	35
3	Oníle	41
4	Territórios	45
4.1	O bairro	45
4.1.1	Uma pequena história...	57
4.1.2	Voltemos ao concórdia	58
4.2	Território da Concórdia	60
4.2	Território da Concórdia: território onde habita o sagrado negro	63
4.3	A rua: a resistência, a festa e o sagrado	68
4.4	Terreiros, Gongás e Ilês	89
4.5	Palavras de uma pretagogia sagrada	95

5	Yabás	103
6	Matriarcas	107
6.1	Com a palavra,	108
6.1.1	Rainha Belinha	109
6.1.2	Ialorixá Mãe Daisy de Oyá	111
6.1.3	Rainha Kelly Simone	113
6.1.4	Iabassê Beth de Oyá	116
6.1.5	Eke di Simone Costa	118
6.1.6	Nengua Kamuxinú	120
6.1.7	Kota Zinguelê	122
6.2	Vozes que ecoam, entoam, rezam, cantam, dançam e contam histórias	124
6.2.1	O território primeiro e último	124
6.2.2	Vozes que ecoam, que entoam	132
7	Quilombo, Quilombola, Quilombistas Saberes da Resistência	153
8	Histórias alimentam	161
8.1	Os de lá, os de cá, nós...	163
8.2	As histórias nas vozes das mulheres negras	169
9	Sagrado	181
9.1	O sagrado pelas vozes das matriarcas	182
	Referências	196
	Apêndice A	200
	Roteiro de Entrevistas	200

Palavra e Presença

É com alegria e reconhecimento que celebramos Ana Paula dos Santos, Samara da Silva Marques e Shirley Magda Oliveira dos Reis, autoras mineiras selecionadas entre 85 propostas no Edital de Seleção de Obras Literárias e/ou Científicas de Autoras Negras Mineiras, realizado pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) em parceria com o Governo de Minas, por meio da Fundação Clóvis Salgado (FCS) e da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult).

Essas três autoras representam, com sua escrita, a força da liberdade criativa, do mérito e da pluralidade de ideias que enriquecem a cultura mineira. Cada livro publicado é um convite à reflexão e uma oportunidade de ampliar o acesso ao conhecimento. Pilares de uma sociedade verdadeiramente livre e democrática.

Com 600 exemplares distribuídos gratuitamente, as obras chegarão a bibliotecas, escolas e instituições culturais em todo o estado, fortalecendo o direito de cada cidadão de escolher, ler e pensar por si mesmo.

Mais do que premiações individuais, essas conquistas simbolizam o protagonismo de mulheres que, pelo talento e esforço, transformam suas realidades e inspiram novas gerações a fazerem o mesmo, com autonomia e confiança em seu próprio potencial, reconhecendo e valorizando sua força ancestral.

Minas se reconhece nessas vozes livres. Minas se expande com elas.

E é com respeito e entusiasmo que celebramos um futuro de mais livros, mais oportunidades e mais liberdade para todas as formas de ser, pensar e criar.

Bárbara Botega

Secretária de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

Escritoras do futuro

A grande intelectual mineira Lélia Gonzalez – nascida em 1935 – é uma das maiores referências das Ciências Sociais brasileiras. Pensadora pioneira, Lélia certa vez quebrou as expectativas, durante um discurso em homenagem a Luiz Gama e Abdias do Nascimento, ao escolher celebrar primeiro as mães dos homenageados, duas mulheres negras: Luísa Mahin, figura decisiva na maior rebelião de escravizados no Brasil, a Revolta dos Malês, em 1835; e Dona Georgina Ferreira do Nascimento, costureira e cozinheira que levava consigo o filho, Abdias, pelas fazendas de café onde trabalhava no início do século XX.

Assim como Lélia, é sempre oportuno lembrarmos aquelas que abriram caminhos. No campo da escrita, as mulheres negras começam agora a ter o devido reconhecimento: Maria Firmina dos Reis e Ana Maria Gonçalves são nomes de destaque. As autoras mineiras também são incontornáveis: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Cidinha da Silva, Jussara Santos, Patrícia Santana, Madu Costa e tantas outras.

Por isso, é motivo de imensa felicidade para a Fundação Clóvis Salgado, em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais, dar continuidade a essa rica tradição por meio do edital do programa “Sobre Tons”. Ana Paula dos Santos (ao lado das coautoras Carla Cristina Carvalho Pereira e Giovana de Carvalho Castro), Samara da Silva Marques e Shirley Magda Oliveira dos Reis são o futuro da literatura mineira e brasileira. E sonhamos que esse futuro seja cada vez mais parecido com elas e com suas obras.

Sérgio Rodrigo Reis

Presidente da Fundação Clóvis Salgado

Ministério Público de Minas Gerais

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) é uma instituição essencial à justiça, cuja missão é defender os direitos fundamentais, garantir a ordem jurídica e promover a cidadania. Comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o MPMG atua de forma firme no enfrentamento às desigualdades e na promoção dos direitos humanos.

Nesse contexto, a Coordenadoria de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação (CCRAD) foi criada, no âmbito do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH), para fortalecer a atuação institucional no enfrentamento ao racismo e todas as formas de preconceitos contra grupos sociais em situação de vulnerabilidade. A CCRAD atua em apoio técnico-jurídico às Promotorias de Justiça, bem como trabalha em parcerias com instituições públicas e entidades da sociedade civil organizada, para execução de iniciativas diversas no campo do enfrentamento às discriminações.

Esta coleção de três volumes é resultado de uma dessas iniciativas. Por meio do programa institucional antirracista “Sobre Tons”, o MPMG reafirma seu compromisso com a valorização da produção intelectual negra, especialmente de mulheres negras mineiras. As obras aqui reunidas são expressão viva de resistência, memória e potência criativa. Elas representam o reconhecimento da importância de ampliar vozes historicamente silenciadas e de promover a escuta ativa como instrumento de transformação social.



Memorial

**“Não é tabu
voltar para trás
e recuperar
o que você
esqueceu
ou perdeu”.**

Provérbio do símbolo adinkra

Olhar para o passado para entender o futuro, e, assim como o pássaro Sankofa, apontando seu olhar para trás e trazendo em seu bico o novo, a vida. Pensando em nós, homens e mulheres





afro-diaspóricos, sementes de outra proposta de ser no mundo, outras relações de saber e poder e frutos deste processo cruel de objetificação que foi imposto aos nossos antepassados de África e ainda no presente. Respondemos a essa herança de um passado de escravidão, como uma herança de resistência e luta.

Esta pesquisa busca pela voz das matriarcas negras no bairro Concórdia, sua relação sobre as histórias que nos contam, que vivenciam e vivenciaram por meio dos ancestrais. A pesquisa parte da reflexão de ser o contar histórias como um aporte, mecanismo pedagógico dentro das tradições de matriz africana. Falar desse lugar é me entender dentro, falo de dentro. Sem pensar nessas mulheres como objeto de pesquisa, mas em sujeitas vivenciadoras dos processos de tradições negras. Falo de mim, falo de nós. Nós, as mais velhas, as mais novas, mulheres negras, no caminho... de ser e estar neste mundo trazendo a ancestralidade, que se faz presente apontando para o futuro de nossos povos.

Meu nome é Chica Reis. Meu nome de batismo, Shirley Magda Oliveira dos Reis. O nome oficial responde a toda a uma burocracia que este Estado, que não me representa, exige de todos que moram neste país. Desde minha infância tinha outros nomes e ninguém na minha família me chamava pelo oficial. De todos, identifico-me com Chica Reis. O nome Reis tem uma história linda. Meu pai, no interior de Jequeri, MG, nasceu na época da Folia de Reis, e a ele foi dado o nome de José Rafael dos Reis. Então, trago este nome, REIS, que me leva para um interior, no tempo, no corpo, na espiritualidade.

Nossa família sempre foi católica. Sou filha de uma mãe branca e um pai negro, mas fui criada junto e com a família de meu pai. Numa casa onde todos estavam sob o mesmo teto. Casa com quintal e terreiro. Terreiro, espaço que volta mais tarde em minha vida com outro significado.

Na infância, lembro-me de ver o congado passando na rua de terra, reis e rainhas, tambores, roupas coloridas, homens e mulheres pretos cantando, louvando. Lembro-me de minha avó cozinhando para todos e comendo com as mãos, o que fazíamos como ela. Lembro-me também de suas rezas, suas raízes. Meu pai sabia de chás e ervas. De meu pai, ouvi muitas histórias “duzantigus”. Minha mãe contava histórias de Itamaramdiba, sua terra, todas as tardes, debaixo do pé de romã, após o almoço. Tia Deja cozinha como ninguém, ficava ao redor dela na cozinha ouvindo as histórias das comidas, dos pratos e doces que preparava

Olhando para o meu passado, constato
a presença das mulheres negras e seus
saberes, seus ensinamentos em minha vida.

Saberes e conhecimentos que nem sempre entraram para a escola formal, mas que, por meio de suas práticas, trouxeram e trazem um conhecimento ímpar.

Aluna de escolas públicas e de uma graduação pública, cumpro as normas propostas por esses locais de ensino e produção de conhecimento. Porém, como caminhar dentro desse sistema de ensino vindo de uma educação não formal que traz crenças, que traz a oralidade e que traz outras formas de apreciar e estar neste mundo, de onde as vivências constroem conhecimentos, de onde mulheres negras têm uma palavra carregada de saberes, têm histórias para contar, histórias que educam e formam nossas identidades?

Entre a educação formal e a educação informal, assim fui construindo meu aprendizado. Entre os saberes da sala de aula e os saberes do terreiro (da casa, do Ilê) e da convivência com aquelas que traziam saberes construídos fora da sala de aula.



Ingresso no Teatro Universitário (UFMG), curso técnico, no ano de 1994. Dentro do Teatro Universitário tive contato com um professor de dança que foi essencial para este olhar das danças brasileiras, Geraldo Vidigal. Todas as aulas eram assentadas nas tecnologias e ensinamentos das danças brasileiras. Através destes estudos chego à *Guarda de Congo e Moçambique Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário*, no bairro Concórdia, em Belo Horizonte. Passo a frequentar mais assiduamente a *guarda*, e sou convidada por Dona Isabel Casimiro, Rainha da *Guarda*, a me tornar integrante. Dona Isabel, já falecida, era a Rainha de Congo da casa e do estado de Minas Gerais, vinha de uma continuação do reinado de sua mãe, a primeira rainha à frente dessa guarda. Foram tempos dentro daquela casa, aprendendo de forma prática e por meio da oralidade aquela tradição. Uma tradição que era revivida em comunidade, a oralidade tornando viva e atual a ancestralidade, a tradição, atualizando-se no cotidiano de todos nós, pertencentes àquela guarda.

Integro-me, então, ao primeiro grupo de samba de roda. Uma das práticas e orientações que tínhamos no grupo era de ir aos candomblés, ir às suas festas, aos xirês, para ver, conhecer como era o samba de roda, durante e após as celebrações das casas de candomblé.

Estar no salão de uma casa de candomblé era algo que transportava para uma outra vivência, de um tempo que não sei dizer, precisar, mas que tomava meu corpo de uma força tal. Afetava-me muito. Ver aquelas mulheres, pertencentes às casas de candomblé, com seus trajes, jeitos e trejeitos, trazendo um samba ancestral, cantando, palmeando, era de uma riqueza imensa. Mulheres que com um “dedo de prosa” ensinaram muito, sobre o samba e sobre mulheres nesses espaços, momentos preciosos de encontro e oralidade.

No ano de 2004, iniciei minha graduação em teatro na Escola de Belas Artes (UFMG). Foram seis anos nada fáceis. Dois trancamentos por questões de saúde. Contudo, ali, naquele universo acadêmico, algo que sempre me atravessava era a sensação da “falta”. Hoje, entendo que toda a minha graduação passou em muito por uma formação eurocentrada nos estudos de teatro. Poucos, quase nenhum, eram os professores que apontavam para um olhar dentro das culturas tradicionais afro-brasileiras.

Após sair do universo acadêmico, retorno ao samba de roda. Estudos, práticas, danças, toques e cantigas. Esse foi um momento de aprofundamento intenso. Pesquisei e vivenciei o samba de roda de forma mais profunda. Não há como apartar o aprendizado do samba de roda, sem se referenciar ao Candomblé, pois ambos têm uma ligação por meio das linhas dos encantados. Mais uma vez, vejo-me cercada pela palavra das mulheres negras, das mestras negras do Recôncavo Baiano e seus ensinamentos.

Como dizem as mais velhas,
as mestras do samba de roda,
“sem mulher não tem samba”. Estendo esse
pensar: sem mulher não há candomblé.

Há seis anos consecutivos, tenho viajado ao Recôncavo Baiano, aprendendo com as matriarcas do samba de roda, na casa de samba de Dona Dalva Damiana, suas sambadeiras e as mulheres de sua família, Mestre Zélia do Prato de Saubara e com Dona Cadu, da comunidade de Coqueiros. Esse aprendizado, a pesquisa do samba de roda, se dá concomitantemente à prática de contação de histórias que comecei a vivenciar e fazer na cidade de Belo Horizonte.



Tenho me dedicado à pesquisa das histórias afro-diaspóricas, sejam elas lendas, itan, como também histórias reais ou ficcionais das vidas de mulheres negras. É uma pesquisa que não está ligada a nenhuma instituição, e sim uma pesquisa e uma formação autônoma. Sou integrante de um grupo de mulheres contadoras de histórias nesta linha de pesquisa que desenvolvo: o Coletivo Iabás. Além desse coletivo, tenho trazido contações de histórias cada vez mais aliadas ao universo das mulheres negras, como no espetáculo “Encruzilhada de Mulheres”. Nesse espetáculo abordo o universo de cinco mulheres negras, que, diante de situações de violência, abusos e traições, sobrevivem na escolha que a encruzilhada oferece. Participei, também, com o trabalho de contação de histórias em oficinas para mulheres em situação de risco em programas do estado e do município.

Ao buscar o aprendizado das histórias, algo fez atentar-me a um dado presente em toda a minha vida, o saber que vem das tradições, o saber que vem da oralidade. E mais, o saber que vem através das histórias, em sua grande parte contada pelas mulheres negras das tradições. O candomblé, a família, a capoeira, a guarda de Congo e Moçambique, o samba de roda e as benzedadeiras da infância, percebo, hoje, a presença de mulheres negras e suas histórias. As histórias nas bocas e corpos dessas mulheres apontam para dois dados ancestrais de nossa herança afro-diaspórica: o matriarcado e a oralidade. É de suma importância o registro e a pesquisa desse pluriverso. Falar delas é falar de mim, é falar de nós, mulheres negras.

Salve as nossas matriarcas!





2

Introdução

**“Nossos passos
vêm de longe!”**

Dito popular



Expressão comumente ouvida em vários grupos tradicionais de matriz africana, sejam Ilês, guardas, reinados, nas bocas de mulheres negras, mães, ekedis, rezadeiras e benzedeiras. Mesmo que muitas dessas mulheres não tenham escolaridade, elas sabem que trazem todo um caminhar que as precede e, ainda, que lhes dá vigor, a cada dia, na luta pela preservação de saberes ancestrais aos quais pertencem, herdados por meio da tradição oral.

Esta pesquisa parte de indagações e inquietações que ocorrem na vivência desta pesquisadora e de um olhar de pertencimento à tradição de matriz africana. Ela traz questionamentos que a atravessam, pois dialogam com seu fazer enquanto narradora de histórias. São eles:

- A) De que forma a contação de histórias pode ser entendida como um recurso pretagógico dentro das casas de matriz africana? De que formação é referida?
- B) Como as matriarcas negras estão envolvidas neste universo da contação das histórias na educação dos filhos e filhas pertencentes às casas de tradição? De que mulheres nos referimos? Quem são essas matriarcas?
- C) Para além de uma pedagogia do ensinamento dos códigos da tradição, é possível pensar também as contações de histórias negras matrizes como ferramentas de resistência ao apagamento de saberes dos povos negros, resistência aos processos políticos de exclusão?

Responder a essas questões nos traz apontamentos vários, caminhos e encruzilhadas diversas a percorrer e atravessar. Caminhemos, pois, na trilha de nossos ancestrais, de nossas mães ancestrais e nos convites que essas vozes nos constituem.

Esta pesquisa parte da escuta das vozes das mulheres negras das tradições de matriz africana no bairro Concórdia, por meio de entrevistas. Ouvir as histórias dessas mulheres, de suas famílias,

das casas de tradição a qual pertencem, é também ouvir a história do bairro Concórdia e de como essas tradições se manifestam nesse espaço. É ter acesso a outra história, que não a oficial, sobre estas gentes e o território que vivem. Foram convidadas para tal pesquisa (para essa prosa) as mulheres das seguintes casas: *Ilê Asè Afonjá Oxeguri*, Ialorixa Daisy de Oya, Ekede Beth Lisboa e Ekeidi Simone; *Guarda de Moçambique e Guarda de Congo Treze de Maio Nossa Senhora do Rosário*, Rainha Belinha; *Guarda São Jorge de Nossa Senhora do Rosário*, Rainha Kelly Simone; *N'Zo Kabila*, Nengua Kamuxinu e Kota Zinguelê.

Esta pesquisa ainda conta com a vivência e acompanhamento dos festejos cotidianos e rituais das casas em questão. Como forma de observação participante, colhendo, assim, mais apontamentos a partir de um olhar de dentro. Um olhar ativo.

Pensando em povos em diáspora, o povo negro, é importante salientar dois lugares distintos em nossa herança afro-diaspórica: o matriarcado africano e a oralidade por meio da contação de histórias e a oralidade corporal. A partir desses lugares apontados, demarcam-se as fontes a serem pesquisadas.

A contação de histórias pode ser vista como ferramenta, um recurso didático, de formação nas comunidades de tradição por meio das vozes das matriarcas. Tem um papel transformador na educação informal, diante das condições postas por elites dominantes do país. Elites que carregam traços de exclusão de povos negros e indígenas dos sistemas de poder, das decisões políticas. Cabe, muitas vezes, às mulheres negras a transmissão desses saberes em seus territórios. Saberes do cotidiano, saberes intrínsecos às formas de expressão de cada grupo, mas nunca apartados dos saberes sagrados, por meio da palavra, das histórias.

Nessa herança da oralidade, verificamos a questão de serem, as sociedades africanas, em sua maioria, sociedades orais,



sociedades da palavra, palavra na boca, palavra no corpo. Nesse sentido, a oralidade é uma qualidade marcante na transmissão de saberes, na continuidade de tradições, na transmissão do sagrado. A palavra é fundamental e tem uma força que tanto pode criar como destruir. Trazer a escrita de Amadou Hampâté Bâ orienta os primeiros passos teóricos do universo das histórias como formas de transmissão de saberes de uma comunidade. Hampâté elabora seu pensamento a partir da sociedade do Mali. Assim, será traçado um paralelo entre a escrita desse autor e a forma como se dá a transmissão de saberes no território pesquisado.

Em relação às mulheres à frente dessa transmissão, podemos entender essa herança a partir do matriarcado africano. Cheik Anta Diop (2014) afirma que, na África, existiu e existe uma unidade cultural para aquele vasto continente, mesmo diante da diversidade de povos existentes no continente africano. A base dessa unidade seria o matriarcado, algo em comum na maioria das etnias. Segundo o autor, existiria uma cooperação e colaboração para o desenvolvimento pleno dos dois sexos, havendo um papel de destaque para a mulher. Sua importância se deve ao fato de a mulher dar à luz e ao desenvolvimento da agricultura. Esse matriarcado nada tem a ver com uma oposição ao patriarcado europeu, não se fundamenta pela subjugação de um sexo por outro. Cada gênero tem suas funções em atividades bem definidas. Nesse contexto, valores como coletivismo social, emancipação da mulher na vida doméstica, xenofilia e economia agrícola vão marcar o matriarcado negro. Aprofundando a discussão sobre o matriarcado, a leitura de Ifi Amadiume, antropóloga nigeriana, aponta para uma forma de pensar o matriarcado africano. Herdamos as histórias, herdamos o pensar e o lugar da mulher negra dentro do matriarcado. Aqui, para estas mulheres da concórdia interessa ver o matriarcado que elas vivenciam em suas práticas sagradas e do cotidiano.

Quando a civilização europeia chegou ao continente africano, haviam várias sociedades de características e desenvolvimentos sociais bem definidos, tendo como características marcantes o matriarcado e a oralidade no seio dos povos.

As sociedades africanas possuíam formas completamente diversas de pensar dos europeus. Características que foram lidas como de sociedades pouco ou nada desenvolvidas, usadas para justificar um atraso desses povos em relação aos europeus.

Aos povos africanos foi dispensado um tratamento violento, dominador, epistemicida e genocida. Homens e mulheres, transformados em objetos, foram servir de mãos e pés de vários engenhos na América, “Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda” (Antonil, 2011, p. 106).¹ Esses homens e mulheres sequestrados de seu continente receberam um tratamento desumano. Os africanos e africanas que por aqui aportaram se reinventaram, tendo como algumas estratégias e ferramentas disponíveis a oralidade e o matriarcado. Se recriaram em formas de resistência, por meio de quilombos e terreiros, mantendo viva e recriando uma cultura própria da diáspora negra.

Essa reflexão sobre as mulheres, que são as entrevistadas e tema da pesquisa, inclui a pesquisadora, que é parte do território, sujeita deste estudo. Esta pesquisa vê e entende essas mulheres como sujeitas e não como objetos de pesquisa. Talvez não caiba nas normas acadêmicas, mas é preciso modificar o ponto de vista.

¹ Original publicado em 1711.



Enxergar essas mulheres, não como objetos, mas como sujeitas da pesquisa, é deslocar o olhar para a história das mulheres negras que entraram neste país como objetos e têm seus corpos objetificados ao longo de séculos na história. É um mal-estar histórico, pois é como objeto que nossas ancestrais chegaram a este território de nome Brasil. São, pois, sujeitas atuantes da pesquisa e na história do país.

Com um olhar para mulheres negras de grupos de tradição de matriz africana, do bairro Concórdia, esta pesquisa aponta como elas, por meio das contações de histórias, garantiram a educação de saberes ancestrais, a perpetuação da memória e, mais ainda, como essa forma de educação também representa uma forma de resistência a uma cultura homogeneizante, dominadora e excludente, uma cultura heteronormativa, patriarcal e machista.

2.1 Metodologia

“Até que os leões inventem suas próprias histórias, os caçadores sempre serão os heróis das narrativas de caça”.

Provérbio bantu

O caminho proposto de metodologia de pesquisa será de uma pesquisa qualitativa, com o uso do método de história oral tendo como instrumentos de coleta de dados a entrevista e a observação participante. A pesquisadora é participante, integrante e vivenciadora da pesquisa, não como objeto, mas ela também é sujeita desta pesquisa.

O grupo de mulheres pesquisadas são mulheres do bairro Concórdia de Belo Horizonte, Região Nordeste da capital. São mulheres ligadas a grupos de tradição de matriz africana. A pesquisa tem como ponto de partida as matriarcas das seguintes casas: *Ilê Axé Afonjá Oxegui*, a *Ialaxé Daisy Oyá*; a *Iabassê Beth de Oyá* e a *Eke di Simone Costa*; *Da Guarda de Congo e Moçambique Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário*, tendo à frente a *Rainha Belinha*; *da Guarda São Jorge de Nossa Senhora do Rosário*, tendo à frente a *Rainha Kelly Simone*; *da casa de candomblé de Angola N`Zo Kabila da matriarca Nengua Kamuxinú*, sua filha *Kota Zinguelê*. As entrevistas foram colhidas nos anos de 2022, 2023 e 2024 de forma individual e em locais escolhidos pelos entrevistados.

Nas entrevistas, estas mulheres trazem o universo de um bairro Concórdia em que as ruas, becos, esquinas são narrados a partir dos laços de solidariedade e afetividade. Elas trazem

memórias em suas narrativas de pessoas que não estão mais entre nós, mas que são de suma importância para a cultura negra desta cidade.

Como a proposta da pesquisa parte da narração de histórias, e dessa mesma narração como um recurso educacional dentro da tradição, o método da história oral é o que mais se aproxima como proposta de pesquisa coerente com a oralidade e a ida a campo, ao território dessas mulheres negras e das casas de tradição.

Trazendo para o registro as falas de mulheres negras e suas histórias, percebe-se que são histórias de constituição das casas e comunidades às quais pertencem, histórias, mitos e lendas de suas tradições apresentados como elemento educacional e histórias do seu território. Mais ainda, tem-se esse elemento, recurso educacional, também como fator de resistência perante a uma escrita da história formal, em que, muitas vezes, essas mesmas mulheres não se veem, não se reconhecem, pois a história oficial é uma história da escolha de apagamentos e silenciamentos de várias vozes, inclusive e principalmente das vozes das mulheres negras. Trazer as vozes dessas mulheres é de suma importância, é garantir seu lugar de sujeitos históricos, plurais, cidadãos de direitos e que nunca desistiram de lutar por eles.

A história oral se valida em um contexto em que diferentes modos de narrar a história passam a existir e a ser aceitos, com diferenças entre a história do vencedor e do vencido, desmistificando o processo de construção do conhecimento e dando visibilidade a 'outras histórias': 'história vista de baixo', história das mulheres, história dos movimentos sociais, histórias de professores e alunos, ou seja, histórias plurais construídas a partir de diversas interpretações que ora se entrecruzam, ora se contradizem ou se sobrepõem, em constantes disputas de poder (Carvalho, 2013, p. 15).

Pensar no método da história oral, nesta pesquisa, também traz para a reflexão de que forma a oralidade funciona, de "bocas

murchas a ouvidos novos” – fala muito comum em muitas casas de tradição no que diz respeito ao aprendizado. A escuta é fundamental no processo da oralidade, posto que não há um horário específico para o aprendizado, ele é diário, nas lidas do cotidiano, na escuta e observação dos mais velhos da casa, nos fazeres sagrados. O entendimento da oralidade busca uma ampliação nesta pesquisa.

Pensar a oralidade, não apenas das palavras
faladas pela boca, mas a palavra expressa
nos corpos, nas histórias contadas em corpos
carregados de histórias e sagrado, como nos
corpos da gira, dos xirês, dos sambas.

Estar em pesquisa nesses territórios é se conectar, é trazer como proposta referenciar, ler, debater e tecer reflexões a partir de teóricos, pesquisadores, pensadores negras e negros. Propor uma pesquisa fundamentada no pensamento dos saberes da diáspora é um desafio, focada apenas em autores e autoras negros, é um apontamento para a importância das discussões a partir do pensamento dos nossos nessa diáspora. Dessa forma, não se pretende invalidar as referências dos cânones de pesquisadores brancos, mas apontar para a possibilidade da pesquisa neste viés.

Traçando uma leitura a partir de Muniz Sodré e Josimeire Alves, a pesquisa traz uma reflexão e apontamentos sobre o território do bairro Concórdia e de como a ocupação desse espaço se relaciona com as histórias das casas de tradição. Para falar das mulheres desse território e suas heranças matriciais da diáspora para a leitura, traz-se autores como Nah Dove, Lélia Gonzalez e Cheikh Anta Diop. Esses autores apontam para pensar o matriarcado, a gestão das mulheres em diáspora.

Nas formas de pensar como se dá a formação nas casas de tradição dentro desse território, duas questões são colocadas nesta pesquisa. De que pedagogia falamos? O caminho a se pensar parte da pretagogia desenvolvida por essas mulheres em suas práticas educacionais dentro das casas. Pretagogia, como proposto por Sandra Haydée Petit em seus estudos e práticas, que parte de uma experiência em comunidade quilombola.

Pretagogias no território do Concórdia também apontam para outra perspectiva de enxergar esse território. O Concórdia, esse grande quilombo urbano, atravessado e composto por Reinados, Ilês, Gongás, Terreiros, cria, a partir de suas matriarcas, uma forma de educar os filhos e agregados das matrizes africanas. Uma educação dos terreiros e nos terreiros. Será essa uma educação quilombola? Uma educação quilombista? Seguimos os passos do Mestre Abdias Nascimento, Kabengele Munanga, Shirley Miranda e Ricardo Matheus Benedicto para entender essa formação, essa educação de quilombo.

Então, antes e primeiro de tudo, há uma dimensão que circula em todo o território e sem a qual nós, pessoas negras diaspóricas, não teríamos chegado até aqui, mesmo diante das barbaridades e violências sofridas em nosso processo histórico. Dizer do **SAGRADO** dessas mulheres e sua conexão nos aprendizados também será posto nesta pesquisa.

Caminheemos pelo Concórdia e, de vez em quando, vamos dar uma parada em algum Ilê, alguma guarda, numa esquina, numa mesa de bar. Vamos sambar, vamos saudar os orixás e encantados. Vamos sentar na roda das mulheres pretas, numa irmandade negra que nos precede e que se torna viva em cada uma de nós que aceitamos retomar o passado, pois o futuro é ancestral. Caminheemos... o dono da rua nos cuida na caminhada

Laroyê!





3

Onílè

Há um tempo que não se marca neste tempo, um tempo imemorial, Olodumarê, em sua morada no Orum,² chama seus filhos em sua presença. Transmite a Oxalá uma importante missão: a criação do mundo! Dá-lhe o saco da criação, que continha dentro, uma galinha, um “punhadim” de terra, uma longa corrente e um camaleão. Assim que recebe o saco da criação, Oxalá vai em direção a Orumilá, ouvir suas orientações. O Senhor do Ifá lhe disse que Oxalá deveria fazer as oferendas a Exu, só assim conseguiria êxito em sua missão.

Ao longe, Odudua acompanhava seu irmão Oxalá, sem ser notado. Odudua viu que Oxalá não fez a oferenda àquele que cuida dos caminhos, mas Exu também viu que as oferendas não lhe foram ofertadas. Ele vê Oxalá caminhar para cumprir sua missão. Nada satisfeito com o descuido de Oxalá, ele faz com que o orixá sinta um calor imenso e uma sede ainda maior. No caminho, Oxalá encontra uma palmeira. Com seu Opaxorô, toca a palmeira e dela brota um maravilhoso vinho de palma. O orixá bebe, bebe, se esbalda e por ali mesmo cai e dorme sob a sombra da palmeira.

Odudua vai até Oxalá, pega o saco da criação e leva ao seu pai. Decepcionado, Olodumarê encarrega a Odudua a missão de criar o mundo. Este também vai até Orunmilá e ouve com atenção as orientações. Faz as oferendas devidas a Exu e sai em direção ao limite do Orum. Exu vê que oferendas foram feitas. Este orixá tem a permissão do Senhor dos Caminhos para cumprir a nobre missão dada. Ele abre o saco da criação, retira a corrente e desce

² Orum é a palavra da língua iorubá que define o mundo espiritual.



por ela. Ao chegar ao final, vê que o mundo era apenas um grande e infinito mar, retira o “bocadim” de terra e lança sobre o mar. Depois, pega a galinha e a solta sobre a terra. Na mesma hora, ela começa a ciscar e a espalhar a terra sobre o mar. Em seguida, de dentro do saco da criação, retira o camaleão que anda sobre a terra, mostrando segurança ao pisar. A TERRA ESTÁ CRIADA!

Ao acordar, Oxalá percebe que o saco da criação não mais está em seu poder. Vai até seu pai. Olodumarê está decepcionado com Oxalá. Ele deixou de criar o mundo! Porém havia muito ainda a ser criado. Era preciso criar os seres vivos que habitariam a Terra. Essa missão coube a Oxalá, que parte para o Aiê,³ para a criação dos seres vivos, mas essa é outra história... Recolho, de várias vozes da oralidade, histórias da cultura iorubá da criação do mundo.

³ Aiê é a palavra da língua iorubá que designa Terra ou o mundo físico.





4

Territórios

4.1 O bairro

O bairro Concórdia é o território onde se faz a pesquisa. Esse bairro pertence à Região Nordeste de Belo Horizonte. Inicialmente chamava-se Villa Concórdia. Foi criado, como outras vilas operárias da capital, para receber trabalhadores que foram deslocados da região da Barroca.

DECRETO Nº 31, DE 6 DE SETEMBRO DE 1928.

(Revogado pela Lei nº 6370/1993)

CRIA A VILLA CONCORDIA

O Prefeito de Bello Horizonte, usando de attribuições legais e de accordo com a auctorização que lhe é conferida pelo artigo 42, da lei 309, do Conselho Deliberativo, e,

Considerando já haver sido subdividida a area denominada Pasto da Prefeitura, de accordo com o projecto approved em 4 de julho de 1927,

Considerando ser de evidente necessidade de criação de villas onde possam os operários adquirir sem grandes sacrificios os terrenos necessários às construções de suas casas e consequente organização de seu patrimonio,

Considerando que a area subdividida, pela sua proximidade do centro urbano e pela facilidade com que poderão ter as respectivas ruas circuladas de bondes, propiciará aos seus habitantes uma approximação constante dos centros de trabalho, decretaseja a referida subdivisão a primeira Villa Operaria de Bello Horizonte, que se denominará Villa Concordia.

Mando, portanto, a quem o cumprimento e execução do presente decreto pertencerem, que o faça cumprir tão inteiramente como nelle se contém.

Bello Horizonte, 6 de setembro de 1928

Christiano M. Machado

Prefeito de Belo Horizonte (Belo Horizonte, 1928).⁴

É nesse território que está focada a pesquisa, mais precisamente, nas casas de tradição de matriz africanas sediadas neste território, o bairro Concórdia. E por que esse bairro e as narrativas das mulheres desse bairro? Trazer o bairro Concórdia para a pesquisa é trazer a ligação afetiva da pesquisadora a ele, pois sua caminhada nos terreiros das tradições se dá nesse bairro.

A história do bairro Concórdia será apresentada nesta escrita a partir de duas linhas: a versão histórica oficial e a história contada pelas entrevistadas e outras moradoras do bairro. A história formal e a de pertencimento daquelas que se sentem “Concordianas”, como foi ouvido pela pesquisadora da boca de uma moradora do bairro que assim se intitulou.

Trazer a história do bairro também se justifica ao se pensar na contação de histórias como uma ferramenta do campo da educação da oralidade. Ouvindo os depoimentos das entrevistadas, não há como apartar o ser “concordiana” das histórias de fundação de cada casa de matriz de tradição africana. As histórias das casas e suas fundações são atravessadas e constituem também a história desse bairro. O bairro faz parte da gênese dos grupos de tradição, das famílias e das trocas nessa comunidade. Além disso, atualmente o bairro está passando por um processo de

⁴ Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belohorizonte/decreto/1928/4/31/decreto-n-31-1928-cria-a-villa-concordia>>. Acesso em: nov. 2023.

tombamento, em parceria com as casas de tradição e a Prefeitura de Belo Horizonte.

O bairro da Concórdia pertence à regional Nordeste, surge como uma vila operária, assim como os bairros Renascença e Nova Floresta, Cachoeirinha e São Paulo. Esses bairros surgem a partir de vilas operárias que foram construídas próximas a fábricas nas décadas de 1920 e 1930. Para entender o porquê da fundação das vilas operárias nos anos de 1920 e a vinda dos primeiros moradores, é preciso fazer o movimento de retornar no tempo, não muito distante, mas da fundação de Belo Horizonte.

Para a criação da capital, foi instituída uma Comissão Construtora da Nova Capital, no ano de 1894, que tinha à frente o engenheiro Aarão Reis. A região escolhida para abrigá-la era a região do Arraial do Curral Del Rey. A nova capital, inaugurada em 1897, traz em seu bojo os signos da modernidade e do liberalismo, com um olhar para as capitais europeias (Silva, 2018).

Na chegada da CCNC para tal empreendimento, um processo de desapropriação dos que aqui viviam foi iniciado para as obras de construção. Pouco se documentou sobre os que aqui viviam. O traçado da nova capital engoliu histórias, gentes e um território sem deixar rastros, nomes e referências. Pouco restou. Uma cidade que inicia seus alicerces a partir de deslocamentos forçados da população local. Uma capital com ares europeus surgiria e se demonstra incompatível com qualquer história de Curral Del Rey e seus “reais” moradores. Como o Estado tem o controle da terra, a remoção se faz de forma justificada na lei. As terras são agora de quem pode pagar por elas. Desde sempre, o Estado se mostra como o primeiro promotor da segregação espacial, apropriando-se dos terrenos e expulsando os seus moradores para os arredores. A segregação é econômica, mas pautada principalmente na racialização da população (Silva, 2018). Mestiços, pardos, pretos, pobres, o traçado da nova capital não enxergava

aqueles que antes estavam nestas terras e muito menos aqueles que viriam para construí-la. A cidade não foi pensada para eles. O contorno da cidade deixa bem claro a primeira linha segregacionista. Assim, a marca da segregação espacial acompanhará Belo Horizonte ao longo de décadas.

Acompanhando os estudos de Lisandra Mara Silva (2018), em sua dissertação *Propriedades, negritudes e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte*, é possível entender que a segregação do espaço urbano é racial. Após a abolição, aqueles que um dia foram propriedades e objetos de senhores de posses, agora, estavam nas ruas, nos morros, nas cidades e sem direitos a ter propriedades. Quem era propriedade ontem, hoje não tem o direito de ter propriedade.

A Lei n. 601, de 1850, conhecida como a Lei de Terras, determinou que só fosse permitido adquirir propriedades por compra, venda ou doação estatal. Sendo assim, a propriedade por usucapião estava abolida. Essa lei, decretada antes da Lei Áurea, já garantia a propriedade para os senhores de terra, prevendo já as mudanças vindouras. Privilégio que tem reflexos negativos até hoje em nosso país, em relação ao uso e ocupação do solo.

Propriedade, raça e moradia são fatores que estão presentes no processo de segregação racial das cidades, e Belo Horizonte não foge à marca. Como é possível ver, a propriedade tem um papel fundamental na lógica da segregação, assim “a concentração fundiária, mantida ao longo do processo de alteração do significado da terra e do trabalho, no século XIX, é significativa sobre o resultado da posição das pessoas negras na sociedade de classes e, consequentemente na cidade” (Silva, 2018).

A capital tinha o tempo de quatro anos para ser construída a partir da lei de 17 de dezembro de 1893, que decretou a mudança da sede administrativa de Ouro Preto para a região do Arraial do

Curral Del Rey. É interessante notar que a data da fundação de Belo Horizonte é de apenas nove anos após a abolição da escravidão no Brasil. A construção da nova capital era um campo aberto para receber uma imensa massa de mão de obra de pessoas negras, que se estabeleceriam formando uma população de pessoas negras.

Eram necessários braços para tal empreendimento. Então, de onde vieram os trabalhadores que levantaram esta cidade? Quem era essa gente que aqui chegou para construir a nova capital? Homens e mulheres são deslocados em busca de trabalho, pode ser que uma boa leva dos trabalhadores que vieram para a construção desta capital seja formada por pessoas negras. Seriam recém libertos do sistema escravocrata que assolou este país? Pois braços são necessários, e braços que não têm rostos, não têm identidades. Uma cidade com ares europeus, na arquitetura e numa elite que tem como referência o modo de pensar europeu, a estética europeia, de gentes e cidades construídas por mãos negras.

Em Minas Gerais, diversas foram as motivações das mulheres e homens que, em diferentes fases da vida – da infância à velhice – desde o alvorecer do século XX, se viram premidas/os a deixarem suas terras natais, onde até bem pouco tempo as relações sociais e de trabalho eram regidas por práticas culturais sedimentadas no regime escravista. O próprio advento da experiência pós-emancipacionista, no Brasil, como em outras nações outrora escravistas, foi caracterizado pelo aumento das migrações entre áreas rurais (RIOS; MATTOS, 2005; FRAGA FILHO, 1996; 2009), ou entre estas e os centros urbanos já existentes ou que se formavam então, e para os quais a mão-de-obra de migrantes era fundamental. Este foi o caso de Belo Horizonte, [...], desde fins do século XIX, quando foi criada a cidade (Pereira, 2015, p. 1).

À medida que a recém-capital vai crescendo, algo nela não combina com os ares europeus, as pessoas que construíram a cidade. Boa parte dessa gente morava numa região chamada de Barroca, bairro de Lourdes e Barro Preto atuais. Eram um contraste com a capital planejada. Suas casas de taipa, restos de madeira, sua pobreza, sua ordenação de vielas, amontoados de casebres. Definitivamente era algo que incomodava os olhos do poder público.

Na época da construção da nova capital do estado, a área abrigava pequenas chácaras e fazendas. Com o adensamento populacional de Belo Horizonte, as famílias mais simples saíram de regiões consideradas nobres e começaram a ocupar o bairro. A história do Barroca está diretamente ligada à classe operária que ajudou a construir a cidade, assim como a maioria de seus vizinhos. Em cerca de 40 anos, a região, batizada pelo barro avermelhado encontrado em seus barrancos, foi adquirindo a cara de hoje. A ampliação da Avenida Amazonas, na década de 1930, ajudou a impulsionar seu crescimento.

Pequeno e bem localizado, o Barroca é excelente opção para quem deseja morar próximo ao Centro, sem perder a qualidade de vida. Além de ser margeado por uma das principais avenidas da cidade, vias de ligação com várias outras regiões de Belo Horizonte são facilmente acessadas sem necessidade de enfrentar congestionamentos pesados. Por dentro do Gutierrez, por exemplo, chega-se à Raja Gabáglia e Avenida do Contorno. Pelo Alto Barroca, à Silva Lobo e Barão Homem de Melo.

Barroca é excelente opção para quem deseja morar próximo ao Centro, sem perder a qualidade de vida (Perucci, 2015).⁵

⁵ Disponível em: <https://estadodeminas.lugarcerto.com.br/app/noticia/noticias/2015/12/26/interna_noticias,49099/barroca-e-excelente-opcao-para-quem-deseja-morar-proximo-ao-centro-se.shtml>. Acesso em: nov. 2023.

Interessante notar neste recorte da reportagem a importância da Barroca, ontem e hoje. A notícia fala de uma parte histórica sem se aprofundar nas questões passadas que envolveram esse local, e hoje estamos diante da sua valorização para aqueles que podem pagar. Vê-se aí, mais uma vez, o silêncio da história na produção das narrativas da memória da cidade em relação às populações negras na produção da história de nossa cidade (Pereira, 2019). Isso é a segregação espacial e histórica se afirmando no decorrer dos anos.

Se o Brasil é um país de golpes históricos, Belo Horizonte é a cidade das desapropriações, afirmando seu caráter segregacionista racial urbano. Mais uma vez, esse processo se dá na tentativa de retirada das gentes da região da Barroca. São trabalhadores, em sua maioria, que ocuparam tal terreno desde os tempos idos da construção da cidade. Porém, a cidade planejada não foi pensada para a inclusão dessas pessoas, nem geograficamente, nem em sua historiografia.

Os processos envolvidos na produção da cidade planejada por Aarão Reis e pela comissão construtora ilustram o papel do poder público, associado às elites, como agente controlador da distribuição e do uso da terra na cidade por meio da propriedade privada, o que significou impedir a permanência dos indesejados para corresponder às diretrizes da modernidade europeia (AGUIAR, 2006). Compartilhando de entendimento semelhante, problematiza Campos (2007, p. 77), ao tratar das grandes cidades brasileiras, que “os negros e os brancos pobres não estavam em consonância com os planos da cidade ideal, ‘europeizada’”. Percebe-se, desse modo, que invisibilidades historiográficas ilustram intenções, permeadas por ideologias racistas e tecnicistas, de ocultar aos olhos tudo o que poderia significar o passado colonial na figura



das antigas casas, antigas formas de ocupação e antigos moradores assim como dos indesejados da cidade e da sociedade: além das pessoas negras libertas, a população transitória de trabalhadores pobres, os aventureiros e os caçadores de fortuna (Silva, 2018, p. 107).

A construção de Belo Horizonte demandou um número significativo de trabalhadores e estes, muitos migrantes e, em sua maioria, pessoas negras, ao chegarem neste território, foram se instalando nos locais não pensados para sua recepção. Sobre os que aqui estavam e permaneceram, ou se foram, e os que aqui chegaram, é certo afirmar que, para essa parte da população, foi gerado um silenciamento de suas histórias na história oficial da cidade (Pereira, 2015).

Os resultados aqui apresentados sugerem que a produção do silêncio observada na construção de representações de memória e história sobre a cidade não constitui um real paradoxo porque está em sintonia com as relações profundamente racializadas que se acentuam no advento da Abolição no país e em seus desdobramentos no contexto de modernização da economia mineira. Nesta medida, o mecanismo do silêncio sobre a agência de pessoas negras na produção do território de Belo Horizonte apresenta-se como a contraface de um mesmo projeto de aniquilamento da existência simbólica e concreta dos corpos negros na cidade, como um dos elementos do racismo que estrutura a concepção de cidade moderna e republicana na experiência brasileira (Pereira, 2015, p. 30).

Ao abrir este capítulo, falamos do decreto que cria a Villa Concórdia. Grande parte da população da Villa foi proveniente da Barroca. Esse deslocamento, que acontece na Barroca, mas também em outras regiões da capital, faz parte de um deslocamento forçado, um deslocamento de segregação urbana, que, durante todo o século XX, acompanha a capital mineira. Deslocamento promovido pelo poder público e pela iniciativa privada na sede de terras. Os deslocados, sempre os mesmos, a população não branca e pobre.

Para onde foi a gente retirada da região da barroca? A maioria dessas pessoas foi encaminhada para as recém-criadas vilas operárias, fora do centro da cidade e ocupada pelas fábricas instaladas nessas regiões.

Esse movimento aconteceu no final dos anos 1920 e na década de 1930. O que hoje identificamos como regional Nordeste é o local dessas primeiras vilas. Os bairros Renascença, Concórdia, São Paulo e Nova Floresta sediaram as vilas operárias.

Mesmo sendo afastado das áreas centrais, o Estado não deixa de exercer o controle na vida dos trabalhadores deslocados. Ainda que esse controle também se exerça pela falta.

A maioria da população vivia fora da zona urbana da cidade. Mas por que os trabalhadores foram incentivados a morar longe do centro da cidade e próximos ao seu local de trabalho? Em Belo Horizonte, assim como nas principais cidades brasileiras, as primeiras indústrias fizeram um grande esforço para reorganizar

o trabalho e, principalmente, controlar os trabalhadores em seu cotidiano. As vilas operárias eram criadas para que os funcionários das fábricas tivessem um dia-a-dia disciplinado [...]. Com horários fixos, regras de comportamento e convivência, espaços de lazer definidos, esperava-se criar um ambiente que levasse à valorização do trabalho, bem como a uma maior produtividade do trabalhador no desempenho de suas funções. Como uma máquina, ele deveria estar sempre pronto para o serviço. A “desordem” e a “vadiagem” não eram toleradas. Além disso, havia o interesse da prefeitura em afastar os trabalhadores pobres do espaço urbano, contribuindo para a sua acomodação na área suburbana da cidade (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH; Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – ACAP-BH, 2008, p. 20).⁶

Uma das vilas criadas foi a Villa Concórdia, em 6 de setembro de 1928. Abrigou inúmeros trabalhadores urbanos e operários de diferentes indústrias. Esses trabalhadores urbanos vieram, em sua grande maioria, da região da Barroca para morar numa região de casas modestas, em que não havia esgoto, nem água potável encanada. Percebe-se aí, mais uma vez, o descaso do Estado em relação ao trabalhador urbano, que foi tratado como se fosse uma sujeira, sendo relegado aos cantos, para debaixo do tapete da nova capital. Era preciso manter a cidade limpa, sendo essa uma ação de política higienista e segregacionista racializada.

⁶ Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/NordesteCompleto.pdf>>. Acesso em: nov. 2023.

A Vila Concórdia, projetada para ser mais uma das vilas operárias de Belo Horizonte e destinada apenas a casas de moradores e não a fábricas, teve em parte seu projeto frustrado. Como é corrente na moradia dos pobres no Brasil, eles chegam antes da instalação da infraestrutura. O que os moradores da região da Barroca e do Barro Preto encontraram foi um espaço precário e sem infraestrutura (*sic*) apropriada para receber essa população, pois a Vila não fora concluída. Como mencionado anteriormente, apenas algumas ruas foram abertas, as outras, especificadas na planta da Vila, eram, segundo os moradores do Concórdia, trilhas com terrenos cobertos de mato (Ribeiro, 2008, p. 25).

Contudo, percebe-se aí que, diante de tais dificuldades, os moradores criam uma rede de laços de ajuda. Principalmente apontados pelas entrevistadas, mulheres negras das tradições de matriz africana residentes do bairro. Algumas das famílias dessas mulheres estão ligadas à relocação da população da Barroca no bairro e outras chegam no então bairro do Concórdia anos após esse movimento higienista. Apesar do espaço de tempo entre os que chegaram primeiro e os que chegaram depois, a realidade pouco mudou. O bairro Concórdia ainda continuava com infraestrutura precária. Ruas precárias e sem calçamento, falta de água encanada, uma realidade que só começa a ser modificada no ano de 1970, quando foi inaugurado o Sistema de Abastecimento do Rio das Velhas, e, somente dez anos depois, em 1980, as ruas começam a ser urbanizadas.

Fonte: Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte.

4.1.1 Uma pequena história...

Aqui, será feita referência, um parêntese, a uma história da memória de uma pequena menina. Ela morava em um lote, no alto de um morro. No ano de 1979, ela e sua família vão subir o morro para morar na primeira casa de seu pai, não morariam mais em pequenos barracos apertados com sua família, a avó e as irmãs de seu pai. A rua era aberta pelo trator que vinha uma vez ao ano, descendo o morro, rolando aquela terra toda onde a meninada da rua se misturava, como uma onda, parecida com as de mar, mas era de terra. Ir à escola exigia toda uma metodologia de sua mãe, que sempre carregava um paninho úmido na bolsa, quando levava as crianças para a escola. Após descer o morro, a conga azul estava amarela da poeira da rua. Mas os pés ficavam limpos após a intervenção da mãe preocupada com a higiene das crianças, talvez para que não fossem motivo de zombarias na escola.

Após um tempo, sempre vinha a época das chuvas. A água das chuvas descia a rua como uma cachoeira nervosa abrindo sulcos por onde o trator passava. E lá iam novamente as crianças à escola, a mãe com o paninho úmido na bolsa. Mas agora para limpar o barro que teimava em esconder a cor azul e a listra branca da conga.

Além da rua não ser urbanizada, não havia sistema de esgoto e água encanada. Todos os dias, seu pai chegava do serviço e, junto com sua mãe, ela e sua irmã, armadas de baldes (na verdade, ela carregava água numa chaleira velha, pois não aguentava o balde) saíam para buscar água numa torneira da COPASA. Nessa torneira, muitas famílias buscavam água, e várias mulheres, inclusive a mãe da pequena menina, lavavam roupas no local. Para buscar água, descia-se outro morro. Na volta, era

preciso vir parando, a água pesava em nossas cabeças, escorria pelo corpo, molhava os pés que escorregavam na subida íngreme. Paravam, tomavam fôlego e caminhavam. Eram várias viagens para garantir a água em casa.

Essa história pode corresponder à realidade de muitas famílias do bairro Concórdia, mas, na realidade, é a memória de infância da pesquisadora, no Bairro Santa Efigênia. Na década de 1980, assim como no Concórdia, os ventos sopraram para a canalização da água, e os postes de luz chegaram, mas foi apenas nos anos de 1990 que a urbanização chegou na rua da história narrada. O olhar que o poder público dispensou às comunidades do bairro Concórdia foi o mesmo a outras regiões, que, apesar de próximas ao centro, eram periféricas.

4.1.2 Voltemos ao concórdia

Há, ainda, um detalhe fundamental em relação ao bairro Concórdia, que é a sua importância enquanto território do maior quilombo urbano em Belo Horizonte. Um dos bairros de maior concentração de culturas de matriz africana. Como afirma a pesquisadora Nila Rodrigues Barbosa:

em Belo Horizonte, ainda há dois lugares que a Prefeitura deveria se empenhar no registro como patrimônio cultural. A Pedreira Prado Lopes, na Região Noroeste, e o bairro Concórdia, na Região Nordeste, são cruciais na história de Belo Horizonte.

“A Pedreira Prado Lopes é da época da construção da cidade. É um lugar de preto. Quem está lá foram os

operários, não os italianos. Negros, em sua maioria, que ganhavam muito pouco e faziam o trabalho pesado. Eles foram morar na Pedreira depois de construírem o centro da cidade. O *Concórdia* também é culturalmente negro. Em esquinas você tropeça com terreiros, com reinados, com congados, com pessoas negras fazendo cultura”, argumenta Nila.

Pensar as histórias, na oralidade como forma de educar, de transmissão de saberes, por mulheres que carregam em si o matriarcado e trazer a pauta um olhar para questionar em muito o olhar que a sociedade dispensa as mulheres negras e as culturas de matriz africana. Um olhar excludente, patriarcal, racista, genocida (Barbosa *apud* Costa, 2018).⁷

Têm-se esta imensa riqueza cultural de resistência no bairro Concórdia, e, aqui, deve-se pensar, para além do bairro formatado pelo Estado, no território do Concórdia e, como aponta Nila Rodrigues, nesse quilombo simbólico, que graças à movimentação que parte do Ilê Asê Afonjá Oxegui, hoje, passa por um processo de tombamento dentro do âmbito da prefeitura com a participação das casas de matriz africana do TERRITÓRIO.

Se o mesmo bairro hoje está em referência para a política de tombamento, no seu processo histórico, mesmo diante das precariedades, as famílias ligadas às tradições de matriz africana são forças que atuaram para tal reconhecimento. Mesmo diante de silenciamentos da historiografia, é sempre importante salientar que esse bairro é composto majoritariamente por pessoas negras e por casas de tradição de matriz africana. Ande pelo bairro, veja

⁷ Disponível em: <<https://www.brasildefatoma.com.br/2018/07/04/monumentos-de-bh-que-homenageiam-a-cultura-negra-ainda-sao-minoria>>. Acesso em: set. 2020.

as pessoas, veja as esquinas e saberá da realidade dessa afirmação. Atente-se às plantas nas entradas das portas, atente-se aos detalhes dos jarros de barro acima dos portões das casas, aos olhares das mulheres negras, às guias do pescoço. Ouça os tambores nas ruas e seus chamados.

4.2 Território da Concórdia

A criação da Villa Concórdia, que, tempos depois, se torna apenas bairro Concórdia, não fugiu à lógica moderna para uma cidade planejada: a estruturação de suas ruas, os aforamentos e a sua lógica de sua criação advêm de um Estado que exclui as populações indesejadas do centro para torná-las periféricas. Aos que chegaram ao bairro, pouco ou nenhum traço de urbanização foi encontrado. A população que havia sido deslocada teve que se haver num novo espaço e, a partir daí, recriar relações, sejam de camaradagem, irmandade, solidariedade e trocas de caráter simbólico com o espaço, resignificando-o.

Rainha Kelly, da Guarda de São Jorge, ilustra bem isso com a história de seu avô, homem do interior que chega nesta cidade como um dos tantos braços que vieram para a construção da cidade, e da chegada de sua família à capital e ao bairro. Uma das primeiras famílias da Villa Concórdia.

Minha família fundou o bairro. Meu pai, meu avô. Minha família veio de Passos de Minas. A guarda é de 1868, é de Passos de Minas, de um vilarejo lá. De Passos foi para Lafaiete, de Lafaiete veio para Belo Horizonte, todo mundo pro Barroca. Depois, aquela política de tocar os negros do Barroca mandou os operários pra Concórdia. E meu avô

fundou o bairro. Ele trabalhava como fiscal da prefeitura, fiscalizando os lotes. “Esse lote aqui dá pra construir, esse lote aqui não dá pra construir”. Isso em 1929. Todo mundo pra Concórdia e muitos pra Pedreira (Santos, 2022 *apud* Reis, 2023, grifo da autora).

Em todas as falas das entrevistadas, as histórias das ruas, das vizinhanças, saltam nos depoimentos. Pessoas, lugares e acontecimentos povoam a vivência dessas mulheres entrevistadas, a vivência de suas famílias e a existência dos grupos de tradição de matriz africana aos quais pertencem. O Concórdia passa de um traçado no mapa da capital, para um espaço que se torna território das comunidades negras, que darão a ele um sentido muito mais amplo do que jamais pensou a administração pública.

Cidades e bairros não são pensados por aqueles que os habitam. Assim como há os lugares da administração, os lugares das classes privilegiadas, há os lugares da parte da sociedade que será vista como periférica, local que fornece mão de obra em abundância para o funcionamento da própria cidade. E mais, por serem esses lugares onde a exclusão é a palavra-chave, entende-se aí, também, a marginalização. Há, ainda, a criminalização de uma boa parcela de pessoas.

Os acessos precários à saúde, transporte, educação e atendimentos básicos que todo cidadão deveria acessar também fazem morada nesses espaços. Por fim, um detalhe nada sutil, grande parte da população desses espaços é negra, a maioria mulheres negras.



O olhar da história e suas construções se repetem numa estrutura casa-grande e senzala. Trezentos anos de escravidão não se apagam tão facilmente da mente e do DNA da sociedade, aprende-se a olhá-la dessa maneira. Olhar, aqui, é entendido como viver, experienciar. Olhar do outro que nos lê, nos classifica, que diz qual lugar devemos ou não ocupar em nossa sociedade (hooks, 2019). Na criação da Villa Concórdia, lá nos idos de 1928, não seria diferente.

Trata-se aqui do OLHAR do mundo ocidental. Um olhar cis heteronormativo, patriarcal, machista, capitalista. Olhar binário, que, ao longo dos séculos, transformou pessoas em mercadorias (processos de escravização). Um olhar que classificou o mundo dentro de um grande mercado com áreas produtoras de bens, lucros, metais para as nações imperialistas, colonialistas. Um olhar que se estende para nossos corpos e corpos.

A voracidade do olhar racista e sexista é exercida devorando corpos e culturas sem que haja uma redistribuição imaginária e real dos lugares dos sujeitos que têm o poder (os que olham e consomem) e dos que não tem (os que são vistos e dão mercadorias de olhares) (hooks, 2019, p. 18).

A partir do olhar, somos nomeados, carimbados e colocados nas cidades em nichos destinados aos grupos sociais de acordo com seu poder aquisitivo. Um olhar que expressa um neovalor do capitalismo, assim como afirma Rosane Borges (2019). No entanto, o que foi feito daqueles e daquelas que chegaram na Villa Concórdia? Mesmo sob essas regras, esses olhares? Eles olharam o espaço de forma a contrariar a lógica da cidade planejada e de sua administração.

4.2 Território da Concórdia: território onde habita o sagrado negro

“O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir”.

Milton Santos

Ao andar pelas ruas do Concórdia, há que se ater aos detalhes. Há que se ater às plantas nas entradas das casas, nas bandeiras brancas hasteadas nos quintais, aos vasos de barro e alguidares acima dos muros. Há que se ater à Praça dos três Irôkos. Foguetes no mês de maio são os festejos do Treze. O tambor que se ouve ao longe de algum dos reinados em cortejo pelas ruas, ou são os tambores de Ketu, Angola ou da umbanda. Nenhuma planta nas ruas é só mato. Ao andar nas ruas do Concórdia, de vez em quando, você vai pedir benção ao mais velho ou à mais velha. Vai sentar no bar da praça e encontrar seus amigos da tradição, vai encontrar o povo do golo. Comer peixe frito e “tomar uma” bem gelada. Você vai saber que aquelas ruas, em plena capital, respiram um ar de interior, de um interior de Minas, de um interior das várias Áfricas que trazemos em nosso DNA. Outro tempo se inaugura quando andamos nas ruas do Concórdia.

Chegamos no território da Concórdia. Não apenas local de moradia, das relações de trabalho, mas de relações sociais e sagradas. Das relações de solidariedade e resistência do povo

negro. O território das mulheres negras e suas lutas diárias para sobrevivência dos seus e dos sagrados que carregam.

Em todas as entrevistadas foi feita a mesma pergunta sobre o bairro: *Você sabe a história de origem do Concórdia?*

Segundo a Rainha Belinha da Guarda de Congo e Moçambique:

E usei da história assim: que a minha vó morava no Barroca, que era uma ocupação no Barroca, e, na construção da cidade, era, é uma área nobre, e os governantes quiseram dar um jeito de tirar aquele povo dali. Ofereceram para eles virem nesta região de cá, que é o Concórdia. Por isso o nome do bairro, eles concordaram em vir pra cá (Gasparino, 2022 *apud* Reis, 2023).

Já a Rainha traz essa informação que vai atravessar todos os depoimentos e traz a informação do nome do bairro significar a concordância dos moradores da região da Barroca em vir para a Villa Concórdia. Essa versão é a mais dita por muitos moradores em conversas informais, mas em algumas entrevistas surgem pistas de que forma pode ter sido feito esse deslocamento. Para a Ialaxé Daisy Lisboa Januário, existe um traço a mais:

Esse bairro, é um bairro que é de aforamento, a maioria das casas e lotes aqui são de aforamento, quer dizer, cedido pela prefeitura de Belo Horizonte para essas pessoas que vieram de bairros, né?! Tem muita gente que veio do Barroca, porque era uma área mais nobre, por exemplo, então jogou aqui, é, várias famílias. Que lá era uma vila, então se formou Vila Concórdia. E esse bairro já teve vários nomes. Concórdia, pelo que eu sei, é pela concordância de estar nesse lugar (Januário, 2022 *apud* Reis, 2023).

Mãe Daisy traz a informação da posse da terra através do aforamento e aponta uma forma de como a prefeitura pode ter procedido naquela época com os trabalhadores “[...] então *jogou* aqui, é várias famílias”. Na história oficial, não é relatada a forma como se dá a transposição dessas famílias. Há, aí, uma primeira pista de que a palavra Concórdia e seu significado possam ter sido manipulados para se criar uma história que talvez não corresponda à realidade. Nesse contexto, pensando nos vários processos em relação à terra no Estado brasileiro, talvez não tenha sido tão pacífica assim a transposição das famílias. A Rainha Kelly da Guarda de São Jorge aponta mais nesse sentido:

Depois, aquela política de tocar os negros do Barroca mandou os operários pra Concórdia. E meu avô fundou o bairro. Ele trabalhava como fiscal da prefeitura, fiscalizando os lotes. “Esse lote aqui dá pra construir, esse lote aqui não dá pra construir”. Isso em 1929. Todo mundo pra Concórdia e muitos pra Pedreira (Santos, 2022 *apud* Reis, 2023).

Sua fala é bem mais incisiva nessa questão. “[...] *política de tocar os negros da Barroca*[...]”. Essa fala está na memória e história da família. Uma memória que não foi silenciada.

Para além dessa versão sobre a ideia da concordância da vinda dos moradores, uma versão chama atenção. A Rainha Kelly cria uma narrativa, mesmo ela tendo conhecimento de que esta versão não é oficial ou a que corre nas bocas da gente do bairro, mas que também pode apontar para a questão da união e solidariedade que é percebida entre os grupos de tradição.

É, embora eu, voltando lá no início da sua pergunta, tenho pra mim que o nome do bairro é Concórdia, porque é a união de tribos indígenas, pois todas as ruas do bairro são tribos, se não for isso, pra mim fica sendo, porque num tem num âmbito oficial. Então, pra mim o bairro chama Concórdia, que é uma coisa que eu desenvolvi, como o nome concórdia é união, união de quê? De todas as tribos indígenas, as ruas são tribos. E aí, o que que acontece, eu nunca fiz essa parada em relação ao bairro (Santos, 2022 *apud* Reis, 2023).

Ela ressignifica o que estava pronto, atenta um olhar para as ruas do bairro, nomes de etnias indígenas, chamando a atenção para a união. A Rainha Kelly é pertencente à Guarda de São Jorge. A guarda traz na cabeça cocares indígenas, e, em todas as guardas da tradição, a figura do Caboclo está presente. A força da tradição, os olhares dos integrantes ressignificando o que foi imposto pela prefeitura. Rua já com nomes pré-definidos, mas que, por fim, dialogaram com o que as tradições trazem.

Figura 2

Guarda de São Jorge
Dia do lançamento do livro *Mulheres Reinadeiras*
e festejo de São Jorge, no terreiro da própria guarda.
À frente, segurando a bandeira, está a Rainha Kelly Simone.
Fonte: arquivo pessoal da autora.



4.3 A rua: a resistência, a festa e o sagrado

Hoje, o Concórdia é um espaço de manifestação das tradições. Não apenas nos endereços fixos das guardas e terreiros. Esses grupos fazem da rua, espaço público, espaço do sagrado. Cada casa tem, em seu calendário anual, festejos ligados às suas próprias tradições. Esses festejos não ficam apenas internamente, eles tomam conta das ruas dos bairros. Partilham com a comunidade do bairro os seus fazeres, sua cultura, seu sagrado e sua arte. Nos últimos anos, tem chamado a atenção de moradores de outros bairros, pesquisadores e pessoas que vêm apenas pela simples curiosidade.

O Reinado Treze de Maio, que abriga, segundo a fala da Rainha Belinha, “Guarda de Moçambique Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário e Guarda de Congo Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário e Centro Espírita São Sebastião. Três etnias” (Gasparino, 2022 *apud* Reis, 2023), abre seu festejo no mês de Maio. A guarda abre o festejo no dia 1º de maio. Do dia 1º ao dia 11 de maio, segue a louvação e o cortejo do Boi da Manta. O cortejo do Boi é a manifestação mais conhecida do bairro. Ele atrai um grande número de pessoas, que vão atrás do boi em cantoria e brincadeiras. O boi arrasta uma multidão de pessoas e vai às casas de tradição visitar terreiros de candomblé, umbanda, outras guardas e moradores do bairro. Após essa data, vem o hasteamento da bandeira, cortejos da guarda e de guardas convidadas e missa conga na Paróquia.



Figura 3

Guarda de São Jorge em cortejo pelas ruas do Concórdia
Fonte: arquivo pessoal da autora, abr. 2023.



Figura 4

Dia de festejo – Bandeira hasteada no terreiro da Guarda de Moçambique
Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário e Guarda de Congo Treze de Maio
de Nossa Senhora do Rosário e Centro Espirita São Sebastião.

Fonte: acervo pessoal da autora, 2023.



Figura 5

A guarda em cortejo pelas ruas do bairro Concorde
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2023.



Figura 6
Chegada da Guarda de Lagoa da Trindade
Rua Itajaí, em frente à casa da Guarda Treze de Maio.
Fonte: arquivo pessoal da autora.



Figura 7

Guarda de Moçambique Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário
e Guarda de Congado União Nossa Senhora do Rosário.

No terreiro a Guarda anfitriã da casa, o Moçambique,
junto com a Guarda de Congado União Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: arquivo pessoal da autora.



Figura 8

Tambores descansam.

Enquanto os componentes das guardas almoçam, os tambores descansam, se preparando para, em breve, serem tocados.

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2023.

Além dessa grande festa, durante o ano, acontecem os festejos na casa, com a participação de artistas de Belo Horizonte e a tradicional feijoada do Terreiro de Sá da Rainha. Estes últimos têm a função de angariar fundos para o reinado. Já o centro tem sessões regulares abertas ao público.



FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

135 ANOS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA
80 ANOS DO REINADO TREZE DE MAIO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

"UM POVO QUE NÃO PRESERVA SUA HISTÓRIA, PERDE A SUA IDENTIDADE"

RUA JATAÍ, 1309, CONCÓRDIA, BELO HORIZONTE, MG

PARTICIPE E COLABORE!
 INFORMAÇÕES: 31 986752471 | 31 987871309

12 À 14. MAIO. 2023

12	19H LOUVAÇÃO AO BOI DO ROSÁRIO
SEX	19H CORTEJO
	20.30H HASTEAMENTO DE BANDEIRAS
13	5H ALVORADA
SÁB	11H CORTEJO
14	11H CORTEJO
DOM	16H MISSA CAMPAL
	21H ENCERAMENTO



CULTURA  **PREFEITURA DE BELO HORIZONTE**  **CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA**  **MINISTÉRIO DA CULTURA**  **GOVERNO FEDERAL**  **MINISTÉRIO DO TURISMO**  **GOVERNO FEDERAL**

Figura 9

Cartaz de divulgação dos festejos do Reinado Treze de maio de 2023

Fonte: divulgação das redes sociais.



Figura 10

Cartaz da comemoração dos 90 anos do Centro Espírita São Sebastião
Comemoração de aniversário do Centro Espírita São Sebastião, uma das três etnias citadas
pela Rainha Belinha.

Fonte: divulgação das redes sociais, 2023.

Já o **Ilê Asê Afonjá Oxeguri**, casa de Candomblé de Nação Ketu, tem a maioria de seus eventos ligados ao calendário sagrado da casa, como os xirês, a Festa das Yabás, Festa de Erê e a Festa do Dia das Crianças, para as crianças da comunidade. Todos esses

eventos são abertos ao público. A Festa de Zazaro Mineiro, sempre no dia 07 de setembro, lota a casa. Integrantes das casas de tradição do bairro e de outras casas de outras regiões vêm acompanhar a festa. As comemorações do Xirê de aniversário da casa têm um dia no salão da casa e outro em que acontece a festa na rua, com apresentações de artistas da cidade de Belo Horizonte. Já é, também, tradição o ILEAAO receber o bloco Filhos do Tcha Tcha, no carnaval. Muitos foliões vão até a rua da casa festejar, comer do Acarajé da casa e ver as apresentações artísticas dos filhos da casa e convidados.



Figura 11

Cartaz de divulgação da Festa de Aniversário da casa ILEAAO

Fonte: divulgação das redes sociais, 2022.



Figura 12

Festa de Aniversário do ILEAAO

A matriarca da casa, seus filhos, ogãs, ekedis, abiãs, pais e mães.

Fonte: foto cedida por Daisyane Lisboa, 2022.



Figura 13

Cartaz de divulgação do carnaval de 2023 do bloco Filhos de Tcha Tcha. Vê-se, nesse cartaz, a Rainha Belinha da Guarda Treze de Maio segurando a bandeira dos FILHES DE TCHA TCHA.

Fonte: divulgação das redes sociais, 2023.



A **Guarda de São Jorge de Nossa Senhora do Rosário**, de raiz Bantu, tem dois eventos grandes durante o ano. No mês de abril, a Festa de São Jorge e, no mês de outubro, a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Da primeira à última semana de outubro esse festejo conta com hasteamento de bandeiras, novena em louvor a Nossa Senhora Do Rosário, festejos e cortejos, todos abertos ao público.



Figura 14

Cartaz de divulgação da Festa de Nossa Senhora do Rosário
da Guarda de São Jorge de 2023
Fonte: divulgação das redes sociais, 2023.





Figura 15

Cartaz 2 de divulgação da Festa de Nossa Senhora do Rosário
da Guarda de São Jorge de 2023

Fonte: divulgação das redes sociais, 2023.



As casas não celebram sozinhas, há um trânsito de pessoas de cada casa visitando e participando dessas celebrações. As nações Ketu e Bantu se encontram, a umbanda e o candomblé se encontram, rainhas ekedis, ialorixás, dançantes, ogãs, makotas, vaqueiros, capitães e outros se encontram e reverenciam as bandeiras e chão de cada casa.

Esses eventos dessas casas, em sua maioria, têm à frente mulheres negras. Guiando toda a execução e contando com filhos, pertencentes e agregados a essas casas. Esses festejos escrevem nas ruas do bairro a história da resistência pelo sagrado. A história das ruas do Concórdia, que diz da história real e não da oficial, dos traçados matemáticos e nada afetivos, para a ressignificação do território. Esses festejos contam histórias por meio da ocupação do território e, mais, por meio da ocupação de corpos negros, que em si são território do sagrado também. Por meio das histórias que escrevem nas ruas do bairro, afrobetizam a comunidade e todos aqueles que vêm presenciar os festejos. São histórias contadas de uma maneira muito própria das culturas da diáspora. Contar histórias se dá assim pelas bocas velhas aos ouvidos novos, mas se dá também pelos corpos que cantam, dançam e rezam seus sagrados. As histórias são carregadas em cada integrante das casas de tradição. As histórias não estão apenas na folha branca escrita a caneta. As histórias e a pretagoria das histórias estão presentes nesses movimentos dos corpos negros territórios, que se colocam para a cidade de Belo Horizonte como história de resistência pelo sagrado e pela festa. São essas formas de estratégias de resistência, vivificando e reverenciando a ancestralidade em diálogo com os tempos de hoje, e, assim, escrevendo nas ruas com seus corpos as histórias dessas casas, corpo é escrita no espaço, corpo que dança e reza dançando.

Muniz Sodré aponta, em seu livro *O Terreiro e a Cidade*, a importância e as estratégias dos terreiros, fazendo um paralelo com o Concórdia, tem-se os terreiros dos reinados, Ketus e Angolas, em negociação com a cidade, como forma de resistência. A festa na rua para além do terreiro.

Há uma socialização clandestina em torno do jogo simbólico do terreiro. [...] Os espaços de “aldeia” na cidade moderna (o terreiro e seus desdobramentos litúrgicos-festivos) caminham no sentido da transação, da negociação ou do “acerto” (termo bastante comum entre os antigos terreiros baianos), como estratégia popular. Em vez de questionar ou brigar, negocia-se, faz-se um acordo à maneira paradigmática dos Ketu. Não se trata de negociação monetária, entronizada pelo universo burguês, pela qual todas as coisas se submetem ao princípio do valor universal de troca e se dissolvem num equivalente universal, mas da instituição de uma troca sem finalidades absolutas, em que qualquer ente é suscetível de participar. Negocia-se com os deuses, as coisas, os animais, os homens com tudo capaz de realimentar a força (Sodré, 2019, p. 106).

No diálogo proposto pelas casas, há uma relação com o sagrado que vai além das raízes africanas. Nos reinados, canta-se para Nossa Senhora, mas Zambi é o pai maior. Nos reinados também se encontram os altares dos Caboclos, com Nossa Senhora, Cosme e Damião. Longe da ideia de sincretismo religioso. Há, aqui, a tradição em franca conversa sagrada, sem hierarquias, mas trazendo uma ressignificação do sagrado. Ao ser perguntada sobre o nome da guarda trazer a data de 13 de maio, Rainha Belinha traz um outro olhar deste amálgama de sagrados.

Você deve ser muito questionada sobre esse 13 de maio.

Não, até num sô. A hora que eu vejo que a conversa vai caminhar eu “tchuff”. Eu abro minha conversa falando no respeito. Então, quando eu abro minha conversa falando no respeito, não tem esse que vai ser tão atendido, que vai desfazer de mim, que vai me contradizer na hora que eu tô falando. Eu explico muito bem o quê que é que eu sinto, o quê que eu faço. A mesma coisa quando as pessoas dizem: “Por que que vocês continuam fazendo a missa do congo, pedindo pro padre abrir a porta?”. Eu falo, foi um marco no reinado eles poderem entrar na Igreja, e, depois de entrar, lutaram para entrar com os instrumentos, e depois lutar pra entrar com instrumento e tocar lá dentro da igreja, da casa Santa do opressor.

Do jeito que é.

Do jeito que é! Mas, se tem uma coisa boa no opressor, são as preces que eles nos ensinaram. E, na realidade, essas preces são as nossas preces de poder. Porque, até então, você não sabe falar palavras em africano. Você vai crescendo e vai descobrindo, desconectando, decodificando as palavras africanas nos cantos de umbanda, nos cantos de reinado, que, de uma hora que você fala tem uma conotação, de outra hora, ele tem outra conotação. Mas você sabe que é sagrado, de que você tem que saber é isso. Na caminhada você vai aprender a falar a língua dos africanos, ótimo! Parabéns! Na caminhada você não conseguiu aprender, você sabe a sua **Prece de Poder Brasileira** (Gasparino, 2022 *apud* Reis, 2023, grifo da autora).

Cada vez mais, as ruas do Concórdia têm sido este lugar dos festejos, das escritas negras, de apontar outras histórias que são escritas no asfalto, nas esquinas e que atraem cada vez mais pessoas de variadas classes e gêneros. Sim, gêneros, pois as casas, os terreiros, quintais e as ruas dos festejos acolhem a todos, todas e todes.

Mesmo diante de grupos que não aceitam a ocupação das ruas com os festejos e o trânsito de pessoas que eles agregam, e em face da pressão real de algum empecilho, as mulheres e homens negociam diante das forças repressoras conseguindo garantir a passagem das casas pelas ruas. O seguinte trecho da entrevista da Rainha Kelly da Guarda de São Jorge traz o relato de um acontecido.

Porque o congado é muito antigo, o bairro é acostumado com nosso tambor, com a nossa toada. A pessoa pode não gostar, mas respeita. Eu espero que respeite e não tolere. Tolerar não é bom, é mais nobre você respeitar. E, então, a gente tem uma relação boa. Às vezes, uns anos atrás aí, aconteceu de polícia ir lá, de alguém que chamou a polícia, mas a polícia ficou sem reação. Primeiro que tinha policial que foi lá e, quando chegou lá, falou: “Poxa, eu conheço aqui desde criança, meu pai dançou aqui. Eu num tô entendendo, pra que chamaram a polícia pra isso aqui?” (Santos, 2022 *apud* Reis, 2023).

E continua, numa outra toada sobre a repressão.



Aí, depois teve um outro momento que o guarda foi e falei “cê veio aqui foi pra fiscalizar?”. “Não”. “Só deve ter sido, porque eu fui no 18º pedir policiamento, se cê tá aqui foi porque eu pedi”. “Ah, não foi, foi aqui mesmo”. “Então tem alguma incoerência”. Aí ficou a palavra dele com a minha, ele titubeou, a coisa continuou. Então, grandes embates a gente nunca teve não. Tem uma convivência boa, que eu espero que conserve, mas de uns anos pra cá a força política do crente de má fé, digamos assim, ela aumentou muito. Cê não pode agir com ingenuidade, não! Mas se ocê tem seu Rosário firme, não tem como nada te atrapalhar não. Se cê se organiza para fazer um Rosário de Luz não tem como nada travar, não (Santos, 2022 *apud* Reis, 2023).

Essas mulheres trazem uma história que não está oficialmente narrada, a história das camadas excludoras, elites do país. Mas realmente narrada e se torna oficial para a histórias das casas de matriz africana, para a diáspora negra do bairro. A história do bairro está na gênese das casas e no entendimento dessas mulheres como pertencentes a este território. Aqui, as famílias chegaram e tiveram que se organizar e organizar suas tradições, encontrar, no mesmo território, outras famílias e outras tradições de matriz negra, também famílias de outras tradições não negras. São histórias que são recontadas dentro das casas para os filhos das casas. Por meio da oralidade, pela boca das matriarcas negras, abre-se o caminho das contações de histórias.

4.4 Terreiros, Gongás e Ilês

A história das entrevistadas e das casas às quais pertencem está conectada à história do bairro. O deslocamento das famílias é uma constante na vida delas, mas, ao chegarem à Villa Concórdia, fazem desse espaço a morada mais definitiva e terreno do seu sagrado. Aqui plantam e assentam as raízes dos Terreiros, dos Gongás, e dos Ilês. Os filhos das casas aprendem cedo, por meio das histórias que são contadas pelos mais velhos, sobre as origens deste território. Saber a história da casa é de suma importância para os pertencentes da tradição. Ela aponta para a identidade da casa à qual pertencem e aponta, também, para resistência dos grupos durante os anos em relação a uma política desde sempre excludente, que não atende aos direitos básicos dos moradores que chegaram à Villa. Saber da própria história é ter uma ferramenta de luta contra o racismo da sociedade e o racismo religioso. Saber a própria história é ter espada, escudo e estratégias nas lutas antirracistas. Ao saber da própria história, caminha-se no lado oposto de uma história única. “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (Adichie, 2019). Essas casas escrevem no território suas histórias e afrobetizam aqueles que se tornam filhos e agregados, preenchendo o vácuo proposital que a história oficial deixa na história deste país.

Contar as histórias das casas é criar e aprofundar as raízes ancestrais. É entender qual a sua identidade (palavra que traz entidade dentro de si) e sentimento de pertencimento. É se fortalecer e usar a proteção de sua história, ir para a rua com a permissão do dono da rua e sabendo quem você é. É se conectar

com o asê da casa, dos ancestrais, garantindo a força criadora para as batalhas cotidianas. É com brilho nos olhos que as matriarcas contam essas histórias. Algumas histórias que foram colhidas na entrevista, já tinham sido ouvidas durante o processo de aprendizagem da pesquisadora como filha de uma casa de tradição.

A primeira história que segue diz da fundação do Reinado Treze de Maio. História recolhida na entrevista da Rainha Belinha. O Reinado Treze de Maio fica localizado na Rua Jataí, 1309, bairro Concórdia. Segue a história ouvida da Rainha Belinha:

Aguarda, ela foi fundada, o registro dela é de 30 de Janeiro de 1944. E o registro do Centro Espírita, ele é de 1933. Ele era sediado no Santa Tereza. Numa região chamada Isolado, que é onde ficava, vamos dizer, hospedadas as pessoas que tinham Hanseníase, era um leprosário. Ao lado da Rua Rio das Velhas.

O Centro a vovó frequentava, o centro no Isolado Santa Tereza. Ela era médium. Um dia ela levantou cedo e eles tavam vindo com a mudança de lá pra cá. Quando ela abriu a porta ela perguntou o que era. Eles disseram que o Preto-Velho de lá, tinha mandado trazer as coisa pra cá... o Pai Timbiras de Angola. Ela ficou muito preocupada porque ela não esperava aquilo e ninguém perguntou ela nada (*risos*). Ela com menino pequeno, dois meninos pequenos. Uma casinha que era pequena, um cômodo, de trás pra lá, o barranco do outro lado. Porque quando eles escolheram este lote aqui pra ela, ela era sozinha, o pai do filho mais velho dela comprou este lote pra ela, mas como ela era sozinha, ele escolheu uma coisa mais fora do circuito pra ela ficar protegida. Aí é, ela perguntou como ela ia fazer pra receber aquelas coisas, e o velho falou que ela não precisava preocupar que ele ia dar um

jeito, que ele ia trabalhar pra poder resolver o Gongá, e assim foi feito. As pessoas que vinham benzer, as pessoas que vinham se consultar com o Preto-Velho da minha vó, Pai Zezé Ferreira de Angola, foram ajudando ela. Uns deram as telhas, uns deram a madeira, uns tijolos, outros as mãos de obra, outros a comida e assim foi fazendo.

Já a guarda foi criada através da... também a vó deitou, foi dar uma descansada. Ele falava que ia correr a gira e corria mesmo, porque ela sabia tudo que a gente tava fazendo e ela lá deitada. Era um absurdo! (*risos*).

[...]Aí, nela correr a gira, ela teve um sonho e dentro desse sonho ela abriu a porta, mas é aquela história, que a gente não sabe se ela deitou e sonhou ou se, se quando ela levantou, ela abriu a porta, ela viu uma de Moçambique e uma guarda de Congo. É a Guarda Espiritual, é a Guarda do Astral.

Ela abriu a porta e viu na rua?

Viu no portão dela. Aí eles a coroaram neste dia de Rainha do Espaço.

E outra versão também é que ela tava passando muito aperto, e aí ela pediu Nossa Senhora que ajudasse ela, naquele aperto que ela tava passando de saúde, financeiro, que ela ia fazer uma bandeira, agradecendo Nossa Senhora, pelo aquilo que... pelas coisas que ela precisava, e que ela queria que os descendentes dela tivessem mais sorte do que os antepassados. Ela não queria que eles passassem por aquilo que ela tava passando, que era aperto financeiro, aperto de saúde, essas coisas assim. Ela sabia que muito daquilo era da condição de ser de matriz africana, que as coisas são mais difíceis. Eram naquela época e continua sendo hoje. E, nisso, eles fizeram esta bandeira, ela chamou as pessoas do entorno



dela que era do Rosário, que ela frequentava em outras casas, que era aqui perto mesmo, que era no Santo André, no Concórdia, aqui embaixo, e outros que tinha na época. Ela chamou esses capitães e pediu ajuda. Ela tinha feito uma promessa de sete anos, dando comida pro povo do Rosário e pras almas dos cativos... dos escravizados que morreram no cativeiro. Então, é isso. E pelo agradecimento à libertação da escravidão (Gasparino, 2022 *apud* Reis, 2023).

É marcante, na história, que a Rainha Belinha traz a presença da espiritualidade e de como nada se fez (e se faz) sem a presença do sagrado. A vida se estrutura não apenas por um pensamento racional, material e individualista. A vida se faz na medida da espiritualidade e em comunidade.

A casa Ilê Asê Afonjá Oxeguri fica situada na Rua Antônio Gentil, 300, bairro Concórdia. A matriarca, Mãe Daisy, tem suas raízes provenientes da Bahia e, mais uma vez, há a presença de uma matriarca na história de fundamento da casa.

Vim pra cá muito pequena, pra esse lote, pra esse terreiro aqui, onde era a residência de minha vó materna Josina. A Josina de Ogum, que veio da cidade de Itapira. Hoje, Itacaré.

Uma baiana já com suas benzeções, com suas tradições enquanto uma mulher negra, solteira, né?! e de luta. Foi após uma enchente, em 1929, que ela sai de Itapira e vem pra Belo Horizonte. Parou em Belo Horizonte, que, na verdade, o destino dela era Pitangui. [...] E minha vó ganhou esse lote da Comunidade Católica da Igreja Nossa Senhora das Graças, ganhou por aforamento da prefeitura.

Quando ela falece, e meu pai vem já casado, já vem casado do Vila Americana, bairro União, hoje, ali perto do Minas Shopping. Acabou também o lugar pra construir o Minas Shopping. Tinha um curtume, né?! Um curtume ali naquela época. E ele vem pra cá e constrói uma casa e vem com a família. Aí desmancha o barracãozinho da minha vó, pra poder fazer o primeiro... primeira casa do candomblé que existe hoje, que é o nosso. O barracão foi inaugurado em 1970, mas já acontecia os candomblés no barracãozinho (Januário, 2022 *apud* Reis, 2023).

Sua história traz histórias de outras regiões de Belo Horizonte e da Bahia.

Já a história que a Rainha Kelly Simone da Guarda de São Jorge de Nossa Senhora do Rosário traz também é uma história de deslocamentos, do interior para a cidade, e novamente da Barroca para a Villa Concórdia. A guarda tem sua sede na Rua Tamboril, 639, Concórdia.

A guarda é de 1868, é de Passos de Minas, de um vilarejo lá. De Passos foi para Lafaiete, de Lafaiete veio para Belo Horizonte, todo mundo pro Barroca.

[...] É, lá eram irmãos e primos. Eu não sei te dizer, muitos marceneiros, muitos serralheiros, lavoura, então foram seguindo esta trajetória de trabalhar com a lavoura, com marcenaria. Meu avô também era músico. E eu não sei te dizer onde e qual orquestra que tocou, não. O instrumento a gente tem até hoje.

[...] Na verdade, eram duas guardas. As guardas eram Congo e Moçambique, e, no que algumas pessoas saíram de lá, fizeram suas próprias guardas. Vó Cassimira que era de lá, vó Efigênia não (Santos, 2022 *apud* Reis, 2023).



Nessa história que a Rainha Kelly traz existe um detalhe interessante. Ao mencionar a Vó Cassimira, ela está mencionando a avó da Rainha Belinha. Dona Cassimira, quando sai da Guarda de São Jorge, cria a Guarda do Reinado do Treze de Maio. As histórias se complementam, se cruzam. São histórias de um território específico da cidade de Belo Horizonte, mas que dialogam com a cidade, dialogam entre si. Os integrantes ouvem e apreendem os ensinamentos dessas histórias dentro dos terreiros, dos Gongás e dos Ilês, em rodas ou individualmente. Não há um momento determinado para esse aprendizado, há o momento certo.

4.5 Palavras de uma pretagogia sagrada

“O eco da primeira palavra fica sempre no coração”.

Provérbio iorubá

Nas casas de tradição, sejam elas de matriz Ketu ou Bantu, o aprendizado daquele que é aceito na casa se faz cotidianamente. Se faz da escuta dos mais velhos, dos olhares atentos, do saber calar e estar disposto a se desnudar de uma referência de mundo que não trazemos desde nossas infâncias. Saber que, muitas vezes, sua visão de mundo irá se chocar com a das matrizes africanas, mas será necessário, será preciso se desconstruir para saber ler seu caminho. Durante o tempo que as pessoas estão dentro das casas, são palavras, rezas, cantos e danças que trazem histórias que são contadas no dia a dia da casa. O simples trocar uma faca de uma mão para a outra está carregado de histórias que vão justificar aquela ação. Palavras das matrizes Bantu e Iorubá aqui assumem a fala diária. São palavras preservadas ancestralmente, sendo repassadas por meio da tradição viva.

Durante a entrevista, várias palavras da tradição das casas vão sendo colocadas pelas matriarcas. “Para quem sabe ler, pinga é letra!”, mas para um leitor que não passou ou passa pelos processos pedagógicos dessas casas, ficam apenas as palavras, estranhas em alguns momentos ou de entendimento parcial. Esta pesquisa poderia trazer os significados de algumas palavras

a partir de outros textos e estudos, mas optou-se por apresentar alguns dos significados pelas bocas das próprias matriarcas.

Prontamente, quando foram perguntadas sobre os significados de algumas palavras, elas responderam. Mãe Daisy de Oyá traz os seguintes esclarecimentos:

Vamos lá. **ILÊ** é a casa de candomblé, é o terreiro em si. **XIRÊ** é a roda de dança que acontece no Ilê. **IABASSÊ** é a cozinheira que é responsável tanto pela comida sagrada dos orixás, como para os visitantes e para as pessoas no geral da casa. **IALAXÊ** é a mulher criada com saberes sagrados para posteriormente ter o cargo de lalorixá. **IALORIXÁ** é a responsável pelo Ilê, assim como o **BABALORIXÁ**. É o posto que é dado sempre por um mais velho e é escolhido por um orixá. **IAÔ** é o pós-abiã, é o que é iniciado, catulado pelas mãos da lalorixá ou do Babalorixá. Iniciado para o orixá, catulado e raspado. **ABIÃ** é o que inicia, é o rodante. É o que está iniciando nos conhecimentos no xirê na roda. **CABOCLOS** são entidades encantadas, os nossos antepassados, eles retornam para a proteção. São os nossos antepassados povos originários, incorporados e reverenciados na umbanda e candomblé (Lisboa, 2022 *apud* Reis, 2023, grifo da autora).

A Rainha Kelly traz mais estas informações e entendimentos sobre Caboclo:

O CABOCLO, se você for no dicionário, geralmente, eu num tô com dicionário aqui, mas eu creio que deve se referir àquela pessoa, num sei se pode dizer de matuto num bom sentido, quando a gente ouve matuto chamando a pessoa de capiau. Mas o Caboclo, eu vejo o Caboclo como um nativo, independente de onde ele esteja, ele é aquele sujeito nativo. No nosso caso do congado, ele é um indígena, ele é o nativo da terra Brasil. É a ele que a gente se dirige na utilização do capacete, que a nossa guarda não é uma guarda de Caboclo, ela é um Congo. Ele se aproxima do Caboclo através do capacete, uma alusão. Uma memória ancestral. Ali é um sinal de respeito. Por isso que a gente utiliza esse penacho, é uma coisa do meu avô. É uma coisa muito introjetada nele, essa coisa do penacho em homenagem ao nativo (Santos, 2022 *apud* Reis, 2023).



Figura 16
Guarda de São Jorge
Capacete citado pela Rainha Kelly, uma alusão de Caboclo.
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2023.

Perguntada sobre outro termo corrente para aqueles que iniciam no sagrado, Mãe Beth traz um significado e uma reflexão sobre os termos que nomeiam aqueles que chegam para o terreiro e sobre o que é ser **ekedi**. Ela deixa transparecer seus sentimentos e o respeito pelo seu fazer, ciente de sua força no lugar que ocupa.

Mãe, o que é uma ekedi?

Uma ekedi ela é... um cargo que se tem dentro do Ilê, dentro do candomblé. Quando uma ekedi é feita, ela recebe esse cargo, ela se torna a mãe do orixá. Então, é um cargo de muita responsabilidade, de muito amor, de muito carinho. A gente se doa dentro do nosso Ilê, dentro do candomblé.

[...] A ekedi se torna uma mãe. Uma mãe faz de tudo por um filho, faz de tudo pela casa. Uma mãe cuida, uma mãe zela, uma mãe dá amor (Lisboa, 2023 *apud* Reis, 2023).

Reitera-se que essa mãe, como mãe, não se furta de chamar a atenção dos filhos se necessário, tudo para que ele aprenda os códigos, os costumes da casa, do sagrado, os caminhos da tradição. Aprofundando mais sobre as ekedis, Mãe Beth fala sobre ela, uma ekedi **Iabassê**:

A senhora, enquanto ekedi, sempre está à frente na cozinha, tem um nome específico para aquela que está ligada à questão da culinária no terreiro?

Tem um nome específico. Quando uma ekedi se torna a cozinheira, na linguagem popular, ela se torna uma iabassê na linguagem do candomblé. O que é uma iabassê? É só aquela mulher que cozinha as comidas do orixá, cozinha as comidas do visitante (Lisboa, 2023 *apud* Reis, 2023).

Refletindo sobre os iniciados, ela fala dos que chegam ao candomblé, **abiãs**.

[...] os iniciantes, que estão entrando na casa, que são os abiãs.

O abiã, dentro do Ilê, são os alicerces do candomblé do Ilê. Porque uma construção, para chegar a um patamar grande, ela precisa de um alicerce para começar. Então, tudo começa com um abiã, a mãe de santo começou como abiã, eu, uma ekedi, também fui uma abiã, na casa, até eu ser levantada na casa como ekedi. Então, um abiã é sempre um alicerce onde começa tudo (Lisboa, 2023 *apud* Reis, 2023).

Palavras do cotidiano recebem, no dia a dia, mais do que significados escritos na folha do papel, mais dos significados ditos pela razão. Significados que são aprendidos pelo corpo, pela vivência dentro das casas e terreiros. Significados que são trazidos pelas histórias contadas pelos corpos. Corpos de mulheres negras, corpos de um território profundo, ancestral.





5

Yabás

O Grande Rei e Senhor de Oyó, Xangô, entrou em guerra com outros reinos. Ao decidir partir para os campos de batalha, chama suas esposas: Oyá, a senhora dos ventos e tempestades; Obá, a grande guerreira que nenhum soldado ou lutador conseguia derrubar; e Oxum, a senhora dos mistérios da água doce e da sabedoria, do poder feminino. Obá, a grande guerreira, ouviu o chamado do rei, mas duvidou da capacidade de Oxum numa guerra. “Como Oxum irá lutar, se ela se preocupa mais com suas pulseiras de ouro do que com seus filhos? Ela não sabe usar uma espada!”. Muito se disse naquele dia se deveria ou não Oxum ir à guerra, mas, ao final, decidiu-se que Oxum deveria ficar no palácio do rei, cercada de servas e servos.

Então, Xangô parte para guerra com suas duas esposas e seus guerreiros. Dias se passam desde sua partida. Até que um dia, uma de suas servas entra aos gritos no grande salão do palácio: “Minha senhora, Oxum, o exército inimigo se aproxima, há um número muito grande de guerreiros, vamos fugir minha senhora!”. Oxum ouve o desesperado pedido de sua serva, pensa e lhe diz com calma: “vá e peça que preparem o maior e melhor banquete já servido neste palácio. Quero as melhores e mais saborosas carnes, as frutas mais tenras. Os melhores vinhos deste palácio, tragam à mesa. Forre as mesas com toalhas feitas com fios de ouro. Deixem todo o salão perfumado, limpo e o mais confortável para esses guerreiros”. Assim foi feito. Oxum se vestiu com todo ouro e toda pompa, e suas servas e servos também.

Quando os guerreiros inimigos chegaram, não precisaram derrubar as portas do palácio. Prontamente foram abertas, e lá, no centro do salão, em seu trono estava a magnífica rainha Oxum,



em todo seu esplendor. Todos os guerreiros ficaram boquiabertos com tanta beleza, com aquela mesa farta como nunca viram antes. “Comam meus amigos. Os inimigos do rei Xangô hoje são meus amigos. O rei Xangô covardemente foi para a guerra com suas rainhas e me deixou, neste palácio, abandonada e correndo perigo. Sirvam-se, comam, bebam do que há de melhor em meu palácio. Hoje, vocês são meus convidados especiais”. Assim eles fizeram e festejaram noite adentro.

No outro lado, distante dali chega a notícia ao rei Xangô de que seu palácio havia sido invadido pelos seus inimigos. Prontamente, Xangô, Obá e Oyá retornam para o palácio na tentativa de salvar Oxum e lutar pelo palácio. Porém, Xangô tem uma grande surpresa, pois, ao chegar ao palácio, vê todos seus inimigos mortos no grande salão, vê garrafas de seu melhor vinho espalhadas pelo chão, restos de um grande banquete, e, bem na extremidade, sentada em seu trono, estava Oxum, a rainha em seu esplendor. Xangô, sem entender nada, olha para Oxum, que antes mesmo que a pergunta lhe saltasse da boca já o respondia: “nem sempre uma guerra se vence com espadas afiadas, uma guerra se vence com sabedorias e estratégias. Veja, meu rei, eu matei todos seus inimigos sem derramar sequer uma gota de sangue!”.

O rei Xangô e suas rainhas Obá e Oyá viram todos aqueles guerreiros mortos, envenenados. Oxum venceu a guerra e nunca mais ninguém duvidou de sua sabedoria e poder feminino.

Òóré Yéyé ó!





6

Matriarcas

*Uma gota de leite
me escorre entre os seios.
Uma mancha de sangue
me enfeita entre as pernas.
Meia palavra mordida
me foge da boca.
Vagos desejos insinuam esperanças.
Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.
Antevejo.
Antecipo.
Antes-vivo
Antes – agora – o que há de vir.
Eu fêmea-matriz.
Eu força-motriz.
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.*

Conceição Evaristo

6.1 Com a palavra,

Neste universo das histórias, das vozes que ocupam os vários territórios do Concórdia e das várias Áfricas que trazem nesta diáspora, é importante apresentar aos leitores quem são estas mulheres. Então, aqui peço a benção às minhas mais velhas e às minhas mais novas, e peço que se apresentem para que possamos seguir nas letras desta narrativa.

6.1.1 Rainha Belinha

Rainha Belinha da Guarda de Moçambique Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário e Guarda de Congo Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário e Centro Espírita São Sebastião.



Figura 17
Rainha Belinha
Fonte: acervo particular.

“Oh, eu nasci em 13 de abril, no dia 13 de maio eu estava sendo coroada Princesa do Reino Treze de Maio.

Não tem ninguém desta casa que tenha mais tempo de coroada do que eu. E assim segue as minhas outras irmãs, que seguem coroadas também novas. É, mas o quê que acontece, elas são mais novas que eu, né?! No caso da mamãe, eu sabia que seria eu que, é, que ia trabalhar no lugar dela. Só que eu nunca pensei nisso. Eu nunca pensei que a mamãe ia embora, “ah quando mamãe...” nunca tive essa cabeça. Às vezes eu até fico chateada hoje que eu não senti mamãe envelhecer. Hoje eu olho as fotos e vejo, “nossa, mamãe tava dando sinal de cansada”. Que cansa, cê cansa muito, cê trabalha muito nesse ramo. E você tem que fazer o que você tem que fazer e fazer com cabeça feita mesmo, porque quem vai chegar de longe pra poder te criticar não chegou na hora que tinha que ser feito.

Você é uma pessoa que cresce e anda com a rotina daquela casa. A rotina de uma casa que tem um altar maravilhoso, rotina de uma casa que, dentro da casa, o altar é todo coberto de bandeirinha, mas ocê pensa que na casa do “zoutro” também é! A gente não pensa que a gente é diferenciada, que a gente é isso, que a gente é aquilo. Eu num pensava. Achava lindo aquelas bandeirinhas, aqueles trem tudo, mas pra mim era comum, né, nas casas. E quando a mamãe foi embora, que eu tive que pegar o bastão dela, o cetro, e caminhar, muitos dos mais velhos me apoiaram. Mas até chegar aqui, eles apoiavam também numa arrumação de roupa do Rosário, numa “fazessão” de roupa do boi, a roupa dos rapaz que acompanha o boi, a roupa da guarda geral, uma toalha de mesa. Do simples ao sofisticado, pano de prato, pano de chão, toalha de banho, reformar. Essas coisas que cê vai trabalhando, vai fazendo e conversando. Cê vai entendendo o jeitinho.”

6.1.2 Ialorixá Mãe Daisy de Oyá



Figura 18
Ialorixá Mãe Daisy de Oyá
Fonte: registro de Isi Lisboa.

Mãe Daisy de Oyá do Ilê Asê Afonjá Oxeguirí.

“Meu nome é Daisy Lisboa Januário, D-A-I S-Y, (*risos*), faço questão. Eu tenho 60 anos, eu nasci em 62, em fevereiro. Não nasci no Concórdia, eu nasci na Vila Americana, no União. Vim pra cá muito pequena, pra esse lote, pra este terreiro aqui, onde era a residência de minha vó materna Josina. A Josina de Ogum, que veio da cidade de Itapira. Hoje, Itacaré.

Então, o primeiro Candomblé de Ketu, de Belo Horizonte, eu falo isso sempre, foi lá no São Benedito. E eu posso dizer que eu ajudei a construir, isso está na história da casa. Eu falo isso aqui na casa também. Porque uma pedrinha eu tenho certeza que eu carreguei. Então, conheci mesmo candomblé já iniciando no, desde pequena, no Candomblé de Ketu. Não tenho essa vivência de umbanda.

Meu pai foi Guarda Coroa da Guarda Treze de Maio. Também não acompanho, tenho o maior respeito, o maior carinho, mas não tenho conhecimento. E quando ele falece, e foram várias vivências aqui no candomblé, eu fui iniciada por Ceci Itoforun e Carlos Olojukan. Foi metade, foi dividido. Sou iniciada em 1980. Meu pai falece em 2000, eu fico à frente desta casa. Fico à frente, eu fui criada Ialasè, criada mesmo pra tá dentro deste cargo que ocupo, acompanhando-o em obrigação. Pra te falar a verdade, ser sincera, não era o que eu queria pra mim. Eu achava que eu não tinha essa capacidade, é muita responsabilidade, é muita coisa. Eu queria um outro tipo de coisa pra mim, mas eu fui escolhida pelo orixá e hoje eu vejo que ele me ajuda, assim, nessa caminhada, demais da conta. Exu, Iansã, Oxóssi e Xangô Afonjá. Porque não é fácil, eu sinto uma falta muito grande dele, mas eu lembro assim das nossas vivências, das coisas que fizemos.”

6.1.3 Rainha Kelly Simone



Figura 19
Rainha Kelly Simone
Fonte: acervo particular.

Rainha Kelly Simone da Guarda de São Jorge de Nossa Senhora do Rosário.

“Meu nome é Kelly Simone da Cruz Conceição Santos. Tenho 50 anos. Eu sou presidente da Guarda, sou Rainha Conga da Guarda, sou Rainha da guarda. Sou relações públicas da guarda, sou secretária da guarda, sou produtora cultural da guarda.

Tenho um filho de 17 anos, o Sol da minha praia, Ricardo. Eu sou formada em Educação Física, com pós-graduação em ensino de educação física em esporte coletivo. Sou formada em Direito com especialização em Direito Tributário, Direito Civil e Processo Civil. No âmbito cultural, eu sou Rainha Conga da Guarda de São Jorge, sou madrinha da guarda também.

Eu me profissionalizei como bailarina e também me profissionalizei como atriz, porque eu iniciei trajetória com afro, com Marlene,⁸ lá nos anos 80, na adolescência. Teve um momento que, pra gente apresentar em Sesc, Teatro Municipal, em algum lugar, era exigido que a gente fosse profissional. Então, eu tive que fazer audição no CDBB⁹ diante de Ana Botafogo e mais duas pessoas. Mas veja só que coisa, a gente é bailarina do balé afro, mas nós fomos avaliados por bailarinos clássicos, mesmo porque o CDBB não tinha, àquela época e eu acredito que hoje não tem, ninguém na mesa de avaliação de outro segmento. Naquela época, hoje em dia, pode ser que tenha mudado, mas do jeito que a arte é no nosso país. Acredito que, se você for uma bailarina de flamenco e precisar se profissionalizar e apresentar em algum lugar do Brasil

⁸ Mineira de Belo Horizonte e nascida no bairro Concórdia, Marlene Silva era bailarina, coreógrafa, pesquisadora e professora, com mais de quatro décadas de carreira. Foi referência para vários bailarinos afro e artistas de Belo Horizonte. Fundou sua própria escola de dança no bairro Santo Antônio. Morreu aos 83 anos de infarto, no Rio de Janeiro. Deixou um enorme legado de resistência no combate ao racismo por meio da arte.

⁹ Conselho Brasileiro da Dança.

e do mundo que seja exigido profissional, você vai ser avaliada por bailarino clássico. Eu nem achei ruim também, porque a gente, no treinamento do afro, a gente tinha muita coisa que veio do clássico, sabe? A questão postural, muitas vezes, era exigido. A gente tinha aula de clássico.

Sou bailarina profissional. Em 2013 participei de uma peça teatral, um musical, dirigido pelo João das Neves. Ele fez uma remontagem de uma peça do Augusto Boal e eu participei da audição e fui aprovada. Só que novamente, para participar do Sesc Pompéia, ou em Brasília, tinha que ser profissional e eu tive que me profissionalizar como atriz também. Então, bailarina não é uma coisa accidental. Eu sempre gostei da dança. Eu fiz educação física por causa da dança. Bailarina de alma, dança pra mim é tudo! A minha alma é uma alma de bailarina, eu gosto sabe. Então eu fui para a educação física por causa da dança. A profissão de atriz, ela veio porque eu fui assistir uma audição, e eu, acidentalmente, eu participei para ajudar as meninas que estavam todas nervosas, e acabou que eu fui escolhida. Mas eu não me considero atriz, nunca tive vivência assim. Na dança, sou bailarina e sou professora, eu sei ensinar, tenho pedagogia para isso. Tenho essas duas experiências aí.

Em função com o trabalho com a guarda, em 1999 comecei trabalhando com a produção. Hoje eu sou produtora cultural, tenho a pós-graduação em produção cultural. Eu tenho pós-graduação em produção e gestão cultural. Por último, não menos importante, estou na correria de por conta da festa.”

6.1.4 Iabassê Beth de Oyá



Figura 20
Iabassê Beth de Oyá
Fonte: acervo pessoal.

Iabassê Beth de Oyá do Ilê Asê Afonjá Oxegui.

“Eu me chamo Elisabeth Maria Lisboa, tenho 64 anos, sou de 1959. Nasci no Concórdia e hoje eu resido no bairro Céu Azul. Casei e fui morar no bairro Céu Azul, onde estou há 44 anos.

Então, há 44 anos que eu estou dentro do Ilê, eu casei com um dos herdeiros do Ilê. Com o passar dos anos, eu, no início, quando eu casei, eu não interagia com nada lá. Eu só ia pra ver, pra assistir as sessões e tudo. Aí um belo dia, eu fui chamada pra ser chamada uma ekedi. Eu ia porque eu faço parte da família, eu ia simplesmente para assistir. Porque ele já nasceu dentro do Ilê. E eu, com o passar do tempo, eu fui conhecendo como que era. Ajudava naquilo que eu podia. E aí, num belo dia, em 94, eu fui levantada para ekedi. Na nossa linguagem se fala “levantada” para esse cargo.

Como eu já frequentava e sou parente, então eu tava sempre ali. O orixá que me escolheu. Ekedi é escolhida pelo orixá. Então, nesse dia estava o orixá Iansã. E, do nada, ela foi até a mim e me convidou para ser a mãe dela. Então foi surpresa, foi maravilhoso, foi lindo, eu não esperava. Eu estou lá dentro, dando aquilo que eu posso, dando o meu amor.

O Ilê aqui no bairro, ele tem 53 anos. Ele foi fundado por José Lisboa.

Esse grupo é uma tradição, candomblé de nação Ketu. Ele foi deixado de herança para a filha de nosso patrono José Lisboa. Eu pertencço a esse lugar, é um lugar muito bom de estar. Eu me sinto muito bem de estar na casa. Estou na casa há 44 anos. Tenho minha função de ekedi, e tenho também um parentesco com o patrono da casa. Eu sou a ekedi do Ilê e sou nora do dono. O meu marido é Wanderlei Januário Lisboa [*ogã da casa*], que ele é um dos herdeiros também do Ilê, filho de José Lisboa.”

6.1.5 Ekedí Simone Costa



Figura 21
Ekedi Simone Costa
Fonte: acervo particular.

Ekedi Simone Costa do Ilê Asè Afonjá Oxeguri.

“Meu nome é Simone Ferreira Costa. Simone Costa, como todo mundo me conhece Tenho 44 anos. Sou mãe de três filhos, dois adultos e um menor. Sou filha de Dona Mariana, nascida em Fidelândia, Teófilo Otoni. Nasci no Gogó da Ema. Sou trancista, sou técnica em segurança do trabalho, sou auxiliar administrativa. Sou ekedi, participo do candomblé do Ilê Asè Afonjá Oxeguri, da Ya Mãe Daisy Lisboa. Um dos candomblés mais antigos do bairro Concórdia. Sou sambadeira, compositora, mulher preta e empreendedora.”

6.1.6 Nengua Kamuxinú



Figura 22

Mãe de santo Nengua Kamuxinú

Fonte: arquivo pessoal.

“Meu nome é Isabel Antônio Coutinho. Eu sou a mãe de santo da Casa, aqui eu sou a Nengua Kamuxinú. Tenho 73 anos, 53 anos de umbanda e de raspada eu tenho 29 anos.

Nasci aqui, no bairro da Concórdia. Sou benzedeira, raizeira, rezadeira”.



6.1.7 Kota Zinguelê



Figura 23
Mãe pequena Kota Zinguelê
Fonte: arquivo pessoal.

“Meu nome é Adriana Aparecida de Souza. Eu sou moradora do bairro Concórdia, onde reside nossa casa de matriz africana. Aqui, na casa, eu sou Kota Zinguelê Mamanidenge, que tem o cargo de ser mãe pequena. Eu tenho 49 anos, dentro do candomblé eu tenho 29 anos confirmada e 29 anos de umbanda também.

Nós fomos iniciadas no candomblé em 1985, na nação de angola, e a gente vem dessa tradição de ser somente filho de santo. Nós somos filhas de santo, nós participávamos de tudo que tinha na casa de candomblé, das festividades, das coisas que iam acontecer dentro da casa, das obrigações [...] e para nós, assim, chegar ao ponto de abrir um terreiro foi muita surpresa, porque a gente não tinha essa cabeça de saber que ia abrir um candomblé um dia. E foi com muita resistência também, a gente tinha outros planos. A gente tá dentro do candomblé, mas a gente tem outros planos de vida também, de fazer outras coisas, outros projetos, de fazer outros trabalhos. A gente ser apontada pelo Nkisi – porque, na verdade, todo mundo que abre um terreiro ele é apontado, não é simplesmente porque a pessoa quer – para nós foi muita surpresa

Lógico que a gente conta com o Nkisi que tem na casa, a gente conta com as entidades de umbanda, a gente conta com essas energias de muita sabedoria, que dão forças pra gente e nos guia a todo o momento. Porque isso é o mais importante, pra gente tá aqui resistindo não é com beleza, não é com dança, não é com nada, é com essa força maior. Você tem na casa um Caboclo, um Exu, um Preto-Velho que tá sempre guiando os seus passos. Porque pra gente tá lá à frente é com muita dificuldade.

Quando a gente ficou sabendo, a gente já tinha mais de sete anos de santo. Depois de sete anos de santo que o pai de santo começa querer olhar se você tem cargo na casa. Qual vai ser sua titulação na vida do candomblé de agora para frente. Foi quando a gente descobriu que nós, minha mãe, minha mãe carnal, seria zeladora de terreiro e que ela foi de Mutakalambô, de Oxóssi. O dono dessa casa é Oxóssi. Consequentemente, vem a gente depois, nós seríamos os braços da minha mãe. Aquelas pessoas que carregam as outras responsabilidades dentro do candomblé. E a gente foi assim. Foi um passo a passo, muito passo a passo mesmo.”

6.2 Vozes que ecoam, entoam, rezam, cantam, dançam e contam histórias

6.2.1 O território primeiro e último

Foi falado anteriormente do território do Concórdia, do território do sagrado, mas há um território primeiro. Um território que é o corpo dessas mulheres negras. É importante não entender mulheres negras como uma massa, ao dizer mulheres negras não dizemos de um bloco uniforme, com as mesmas qualidades. Dentro do corpo território das mulheres negras há que se enxergar o quanto plural é esse universo, mesmo com pontos em comum. Pensar nestes corpos-territórios e fazer menção à ideia da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), cujas mulheres deixam explicado o que é ser este corpo-território, e que podemos alargar para o entendimento das matriarcas negras:

Quando pensamos no nosso corpo-território indígena, é necessária uma reflexão para além do que entendemos comumente sobre um corpo. Nós, mulheres indígenas, nascemos em um lugar que se constrói a partir de um ambiente, de um bioma. Então, quando falamos de corpo-território, *estamos falando que nós carregamos heranças ancestrais, que carregamos heranças espirituais nos nossos corpos e, além das heranças, carregamos a sabedoria coletiva dos nossos povos*. Quando falamos de

corpo-território, dizemos que, embora possamos estar em um outro lugar que não é mais o nosso território dito tradicional, nosso bioma ou as nossas aldeias, carregamos no nosso corpo a marca da coletividade dos nossos povos, a *sabedoria das nossas anciãs, a nossa ancestralidade e espiritualidade* (Baniwa, 2023, p.7).

Corpos-territórios são corpos políticos, carregados de conhecimento e de saberes outros. Corpos que carregam heranças ancestrais. Mesmo que as primeiras tenham sido arrancadas de seus territórios originárias, as mulheres negras, matriarcas, de nosso presente carregam em seus corpos estes territórios simbólicos, sagrados. São estas as matriarcas da pesquisa, que, com seus corpos-territórios, trazem as histórias das casas que fortalecem seus filhos e agregados, apontando para os saberes ancestrais, criando falas de resistência no território do bairro e no território desta capital.

Comum a todas e que traz marcas profundas é a história das mulheres negras e o processo da diáspora no passado e no presente. Arrancadas de seu território original, objetificadas na travessia e em novo território, julgadas, classificadas, subalternizadas ao longo dos séculos. Cabendo a elas, durante o processo de formação das gentes deste país, serem parte presente na miscigenação a partir de estupros e violações, parindo uma nova população nesta nova terra, quiçá parindo um país. Contudo, também cuidando “Embalando o berço do filho do sinhô/Que há pouco tempo a sinhá ganhou”, como diz os versos da música *Mãe Preta*.¹⁰ De mãe preta a babá, empregada doméstica, enfermeiras, cuidadores de idosos... E hoje ocupando assentos nas câmaras, ministérios, senados...

¹⁰ Música composta por Caco Velho em 1938.



Como diz Emicida,

“Permita que eu fale,
não as minhas cicatrizes [...]
tanta dor rouba nossa voz”.

Sim, é preciso trazer não apenas a voz de um passado enraizado na dor, mas outros ângulos desse passado, que apontam para o futuro, um passado de resistência e de luta diária, de luta pela sobrevivência e pela existência de suas comunidades e sagrados. Não podemos resumir a história de nós, mulheres negras, à dor. A dor existe, mas também é necessário trazer as histórias da resistência que não são contadas, pois de revoltas e lutas, das mais variadas formas, a história oficial não quer dizer. Ela não permite que essas vozes, dessas mulheres, falem, mas elas ecoam e rompem barreiras.

Este corpo território das mulheres negras, além de ser um corpo violado, foi um corpo território que trouxe como resposta ações de estratégias, práticas e tecnologias ancestrais de preservação da vida de uma comunidade. Uma comunidade partida que se refaz em território brasileiro, se refaz nos terreiros, nos quilombos, nas escolas de samba, nos Ilês e Gongás. Se refaz nos cuidados diários das rezas e benzeções, na perpetuação das histórias da mãe distante, do sofrimento e das formas de resistência. Uma das estratégias de resistência que as matriarcas desta pesquisa apontam são os processos de cura e acolhimento, função maior das casas. Curas e acolhimentos que dialogam diretamente com o sagrado. Rainha Belinha fala da relação de cuidado e das pessoas em relação às graças recebidas, aos pedidos feitos:

Porque ela não tem compromisso com ninguém, ela tem compromisso com ela. Com as entidades da casa, gratidão com o local, gratidão com esta casa sagrada. Este Congá Sagrado. E isso é que é que faz a roda girar no povo de matriz africana. É as pessoas que são recebidas, são atendidas e são... é... agraciadas com saúde, com fé, com sucesso, com o que elas vieram pedir, elas encontram o que elas vieram pedir. Então, ela tem gratidão, porque só que chega, sabe onde ela tá doendo, que, por mais que me explique, eu não dou conta de saber.

[...]

O erro maior que a gente comete é pensar no outro com a cabeça da gente. Esse é um erro grave. Então, é uma coisa que vai sempre... a roda vai tá sempre girando porque tem sempre gente precisando (Gasparino, 2022 *apud* Reis, 2023).

Cuidar daqueles e daquelas que precisam, nem que seja por meio da materialidade dos corpos, está entre as suas funções que as casas seguem também em relação à comunidade que as rodeia. Nesta fala da Mãe Daisy fica explícito qual é a função da casa: “Essa casa já distribuía o ticket de leite, cesta básica, então tinha e temos uma relação muito boa com a comunidade, através do acolhimento. Aqui é uma casa de acolhimento” (Januário, 2022 *apud* Reis, 2023). Entender uma casa como acolhimento, um lugar de escuta, diante às vezes de angústias que não conseguimos resolver prontamente, um lugar de afago. Durante a pandemia, essa casa recebeu cestas básicas que foram distribuídas.

Sobre ser um lugar de escuta, do cuidado das angústias internas dos corpos, Nengua Kamuxinú e Kota Zinguelê dizem:

Nengua: Eu principalmente, assim, eu me sinto uma psicóloga. Que na minha vida mesmo, quase que eu fui uma psicóloga. Só não continuei o curso, mas, dentro do candomblé, a gente sempre é um psicólogo. Sempre tá ouvindo as pessoas, sempre tá naquele caminhar.

Kota Zinguelê: É um pouco de psicólogo e um pouco de...

Nengua: De mãe... (Coutinho; Souza, 2023 *apud* Reis, 2023).

O cuidado se dá de várias formas, de acordo com a necessidade daquele que busca. Assim, vão resistindo e cuidando de todos na caminhada. Ouvindo histórias, às vezes contando histórias.

As histórias das heroínas negras, são histórias silenciadas. Mas há vozes que estão rompendo o silêncio e aparecendo cada vez mais em pesquisas, na literatura, nos cordéis. Exemplo disso são os cordéis de Jarid Arraes que trazem várias histórias em sua obra de 2020, *Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis*. Nessa obra, ela traz histórias de mulheres negras importantes nas lutas de resistência do povo negro neste país. Histórias que agora estão registradas na letra e papel, vozes que ecoam cada vez mais e vão atingir mais gerações. Ela traz para o presente as histórias de: Antonieta de Barros, Aqualtune, Carolina Maria de Jesus, Dandara dos Palmares, Esperança Garcia Eva Maria do Bonsucesso Laudelina de Campos, Luísa Mahin, Maria Felipa, Maria Firmina dos Reis, Mariana Crioula, Na Agontimé, Tereza de Benguela, Tia Ciata, Zacimba Gaba. E ainda há tantas outras histórias, como as das nossas avós, nossas mães, nossas tias e até mesmo as nossas. Tantos outros corpos territórios de histórias a se contar...

Trazer essas histórias nos faz sentir que não estamos sós em nossas lutas diárias. Assim como elas, nossas histórias devem ser contadas, é necessário que histórias de mulheres negras sejam contadas, para estas gerações atuais e para as futuras. Para que elas possam aprender que lutas e resistências sempre estiveram presentes na história do país. Aprender que mulheres negras não são objetos de uso e desuso do racismo. O corpo-território das mulheres negras na história sempre apontou caminhos, rotas de fuga de um sistema opressor, violento e corrupto. Rotas de cura. São corpos-territoriais diversos e que respondem de diversas formas às opressões.

Esse quadro [...] permite entender as territorialidades das mulheres negras brasileiras como práticas de resistência e de luta pela (re)apropriação de diversos espaços em que elas vêm ressignificando as próprias trajetórias, construindo novas subjetividades e posicionalidades, servindo de inspiração e horizonte para outras mulheres. Tais territorialidades, no que tange ao poder de decidir sobre o uso do seu corpo, à politização do seu lugar no espaço privado da casa, enquanto chefes de família, trabalhadoras domésticas, educadoras, bem como seu protagonismo histórico nas cidades brasileiras, têm servido, ainda que lentamente, para reposicionar as mulheres negras em espaços, funções que antes lhes eram alheios (Manzi; Anjos, 2021, p. 10).

É sobre o corpo dessas concordianas que se escrevem histórias de outras mulheres negras ancestrais, de mulheres contemporâneas e de mulheres futuras que elas gestam em seus territórios sagrados. Elas trazem, nas histórias ancestrais de um lugar, o matriarcado africano. Mesmo que muitas desconheçam



a herança dos matriarcados africanos, na prática revivem essa herança. O matriarcado africano aponta para formas de viver a comunidade existente em alguns territórios de África antes da colonização do continente.

O matriarcado africano é um conceito que é trazido primeiramente por Cheik Anta Diop. Estudiosos, pesquisadores afrocentrados, tiveram que sankofar para caminhar, refazer-se dos processos históricos de objetificação, do perigo da história universal e única, garantindo uma caminhada para o futuro sabendo que a história negada é necessária para sobrevivência do povo negro.

Para concluir, o berço meridional confinado ao continente africano em particular caracteriza-se pela família matriarcal, pela criação do Estado territorial, por oposição à Cidade-Estado ariana, pela emancipação da mulher na vida doméstica, pela xenofilia, pelo cosmopolitismo, por uma espécie de coletivismo social tendo como corolário a quietude, chegando até à despreocupação em relação ao futuro, por uma solidariedade material de direito para cada indivíduo, e que faz com que a miséria material ou moral seja desconhecida até aos nossos dias; existem pessoas pobres, mas ninguém se sente só, ninguém está angustiado. No domínio moral, um ideal de paz, de justiça, de bondade, um otimismo que elimina qualquer noção de culpa ou de pecado original nas criações religiosas ou metafísicas (Diop, 2014, p. 173).

Trazendo conceitos que serão utilizados nesta escrita, vale reforçar que, mesmo muitas das mulheres, filhas e matriarcas concordianas não tendo acesso a tais conceitos, elas não os elaboram, pois os vivem na prática. Na fala da Rainha Kelly, quando perguntada sobre a origem do bairro, ela diz que “Na verdade, ninguém tem essa curiosidade, não. De quem mora lá, não existe essa curiosidade. Isso às vezes vem mais de quem tá

pesquisando, o morador em si, nunca, não” (Santos, 2022 *apud* Reis, 2023). Vive-se o cotidiano do bairro, e a história da origem do bairro, seja ela qual for para cada morador, é vivida no dia a dia.

A fala da Rainha coincide com as falas de Nah Dove (1998) e Clenora Hudson-Weems (2020), ambas pensadoras e pesquisadoras do mulherismo africana. Em seus textos, elas dizem que, ao pensar o mulherismo africana, partiram das vidas e das ações das mulheres negras. A teoria tem origem em uma observação de um presente, em práticas vivenciadas nos cotidianos das mulheres negras, que se conectam a raízes anteriores à diáspora.

E, mesmo sem saber o que queremos dizer ao propor sankofar, a Ekedí Simone do Ilê traz, em várias partes de sua entrevista, essa proposta, como ela mesmo diz: “Tá, a gente pode voltar no passado, pra gente falar do futuro?” (Costa, 2022 *apud* Reis, 2023).



6.2.2 Vozes que ecoam, que entoam

Ao pensar na resistência das mulheres negras frente às várias pressões infligidas a seus corpos e comunidades e em suas reações a isso, é preciso tomar cuidado, pois não foram elas apenas pessoas reagentes a esse passado cruel. Essas mulheres têm a herança de passado de liderança e protagonismo nas comunidades africanas. O invasor ocidental, europeu, ao chegar no vasto mundo africano (também nas Américas e na Ásia), viu este território a partir de um olhar mercantilista, binário, que classificou e desclassificou toda uma série de povos, suas culturas, suas filosofias, seus saberes, passando por cima de séculos e séculos de conhecimentos. Ele rouba o que lhe interessava e demoniza aquilo que punha em xeque a cultura ocidental, impondo a todos os povos sua noção de civilidade, que, por incrível que pareça, passa por dominação e desumanização de demais povos. Porém, desumanizar o outro é também se desumanizar. Classificar, categorizar é delimitar o outro. Então o NÓS civilizado chega diante do OUTRO, selvagem, negando toda sua humanidade e todos os seus saberes e filosofares de mundo, generalizando pessoas em homens e mulheres, uma visão binária de pessoas, que traz formas de poder e subjugação do feminino.

Cheik Anta Diop trará, em suas pesquisas e estudos, importantes apontamentos sobre as culturas africanas antes da colonização. Cheik Anta Diop foi e é uma grande referência para vários pesquisadores e estudantes da diáspora negra. Historiador, antropólogo, físico e político senegalês, que estudou as origens da raça humana e cultura africana pré-colonial, traz, em seu livro

A unidade cultural da África negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica, de 1959, uma pesquisa sobre o matriarcado africano.

Nos estudos desse pesquisador, a unidade cultural africana é o matriarcado. Ele estuda o matriarcado a partir de dois berços civilizatórios: um norte patriarcal e um sul matriarcal. Ele parte das famílias e traz histórias de importantes rainhas, guerreiras na história do Egito, da Etiópia e outras regiões da África, para provar a ação das mulheres nessas regiões. Apesar de críticas e revisões em seus pensamentos, ainda sim, vale atentar-se ao pensamento de Cheikh Anta Diop, pois ele traz um outro lugar e forma de se pensar mulheres na sociedade, não como submissas em relação aos homens, mas sim como força política e econômica.

Anta Diop caracteriza a família matriarcal africana pela emancipação da mulher na vida doméstica. A agricultura, a sobrevivência da comunidade é dependente da mulher. Esta é construída pelo coletivismo social, pela solidariedade material de cada indivíduo e pela garantia de acesso à direitos a todos. O regime matriarcal permite construir sociedades cosmopolitas, que são abertas para as trocas com o estrangeiro, que sabem receber o outro, o diferente. [...] Diop explicou bem que matriarcado africano não é o oposto contrário do patriarcado europeu. Se as mulheres são oprimidas e subjugadas no último modelo, isso não acontece com os homens na África. No matriarcado africano, homens e mulheres têm suas esferas de atuação e deliberação na sociedade e atuam de forma harmoniosa e equilibrada. A preponderância da mulher deve-se ao seu papel central na economia, mas isso não leva a opressão dos homens (Fonseca, 2021, p. 7).

Longe de ser um paraíso perfeito e de cairmos em um olhar binário das relações de bom ou ruim, vale lembrar que essa relação harmoniosa diz de pessoas, que também vivem em estado de tensão para que essas relações possam acontecer como descrito acima. Mais do que fortalecer o individualismo, essa sociedade fortalece a comunidade. A preponderância está na mulher, mas não se exclui a força e presença dos homens.

No exercício do sankofar, pensado nesse passado do matriarcado abordado por Anta Diop e sua presença nos dias atuais, a Rainha Belinha, da Guarda Treze de Maio, diz da prática de seu reinado. Um exemplo de matriarcado, sem sequer pensar no termo, mas viver o cotidiano de seu reinado.

Aqui, a primeira rainha foi sua avó, a segunda rainha foi sua mãe e hoje você é rainha. É um reinado de mulheres. Como é que é isso? Eu acredito que tem uma força, tem uma coisa aí das mulheres que é muito forte...

Eu não vejo como um reinado de mulheres. Não fui criada pensando dessa forma. Um reino, ele é constituído de rei, rainha, príncipes e princesas, capitães, “capitoas”, como dizia vovó. Então é um conjunto. Por acaso, a vovó não tinha marido, mas quem é que era que ajudava ela era tio Efigênio, que era o capitão da casa. E os reinos em si, é... eles são formados por pessoas, por homens e mulheres, pelos dois gêneros. É, vai de quem fez aquela promessa, se ele tem mulher, se ele não tem mulher. Se ele tem mulher, ele é capitão, mulher do capitão, né, marido da rainha, marido da capitã. Então, essas coisas são dessa forma. Aqui em casa é uma presença muito grande de mulher, de mulher, é isso mesmo, porque a vovó não tinha marido. Então, as pessoas que vinham ajudar ela, eles tinham que conversar com ela. O tio Efigênio tinha

que se submeter a ela, porque ela era a mãe dele. Ele trabalhava com ela, é..., trabalhava junto com ela, mas na hora que batia o capitão e a rainha, tinha conversa, mas quando batia filho e mãe, a mãe que manda. Então, se tivesse um rei, ou se num tivesse, se o rei fosse marido e fosse, tivesse, capacitação pra chamar a atenção, pra fazer acontecer. Isso já ocorre no “rusário”, é da forma que as pessoas são irmãs, são fraternas. São irmandades. A partir do momento que a pessoa adentra o reinado, ela se torna um irmão do Rosário. Então, o irmão do Rosário, cunhado, aquela coisa toda de família, que você tem direito de chamar atenção, porque você é do Rosário (Gasparino, 2022 *apud* Reis, 2023).

Nessa fala, vê-se uma herança para as comunidades, para as mulheres, um reinado negro, em que as mulheres são rainhas, vivem e trazem ainda uma forma de sociedade de um território africano, mesmo que em embate com uma sociedade capitalista, na qual as formas de ser se pautam por outros códigos.

Códigos que definem gêneros e subalternização de gêneros, a partir dos quais o individualismo conta mais que o espírito de viver em comunidade.

São as comunidades negras atravessadas por machismos e por toda uma agenda de ser dentro do modo ocidental de vida. Contudo, mesmo diante desses atravessamentos, modos de ser e estar nesse mundo ganham forças e resistiram ao longo dos séculos com uma força poderosa da tradição de matriz, que é viva, se refaz, se alimenta e se regenera a cada época.

No Reinado Treze de Maio, a importância da mulher negra em meio às dificuldades e suas formas de resistência ficam claras na palavra da Rainha Belinha:

Mais difícil? Claro que é, mas eu fui criada na minha cabeça que não é, que tudo eu podia, se eu quisesse. Só que eu tinha que fazer muito bem-feito, melhor que eu pudesse. Eu tinha que ter muita firmeza no que eu tava fazendo e no meu falar, porque, quando eu fosse questionada, eu tinha que ter argumento para, se não é derrubar a fala, pôr o osso na boca do cachorro. Como dizia minha “cumadi” Lourdes, que “a gente tem que ter um osso na mão, quando o cachorro latir, cê tem de pôr o osso na boca”, cê nem espera ele, já chucha o osso na boca dele e vai levando a vida, é isso (Gasparino, 2022 *apud* Reis, 2023).

Sabedorias do cotidiano: “*por o osso na boca do cachorro*”, ter argumento e astúcia e surpreender aquele que quer te derrubar, invalidar a sua fala! Se por um lado Anta Diop traz como exemplos os grandes reinos para falar de matriarcado, Ifi Amadiume traz um outro olhar para matriarcado a partir das comunidades que não formaram grandes impérios. Ifi Amadiume é uma poeta, antropóloga e ensaísta nigeriana. Nascida em Kaduna, na área cultural Igbo, na Nigéria. Ela traz em suas pesquisas as relações de gênero, a vivência do matriarcado, partindo de sua cultura Igbo. Ela mostra, por meio de suas pesquisas, o quanto a questão da forma como vivemos está ligada a uma cisão ocidental. Centrando seu pensamento no micro (sua comunidade Igbo), ela traz contribuições para entender o matriarcado africano. Partindo de sua comunidade, ela apresenta que há forças matriarcais e patriarcais convivendo na mesma comunidade.

Para Amadiume, o matriarcado se refere ao exercício do poder por mulheres dentro de suas sociedades. Em outras palavras, matrifocalidade não é simplesmente sobre “direitos da mãe” ou uma sociedade ou família sendo centrada na mãe, ao invés disso Amadiume mostra como isso reflete os domínios do legítimo exercício do poder pelas mulheres; transcende a esfera da domesticidade, da esfera na arena pública de governança e poder jurídico que as mulheres exercem nas comunidades (Fonseca, 2021, p. 8).

Trazer Ifi Amaudiume contribui para pensar o micro das relações do matriarcado na comunidade e refletir que cada casa de tradição de matriz africana do bairro Concórdia que é gestada por uma Mãe, tem suas próprias relações matriarcais. Cada casa vai responder de uma forma de acordo com seu território, com suas práticas, de acordo com a nação ou as nações que trazem. Mesmo vivendo num mundo pautado pelo patriarcado, essas mães, em seus territórios, revivem o matriarcado, em conjunto com seus pares, e, sobretudo, em conjunto com os homens que compõem cada casa:

O patriarcado e o matriarcado são ideologias sociais e políticas que decidem diretamente o papel das mulheres na sociedade; como a sociedade deve ser organizada; e como os sujeitos sociais devem se relacionar uns com os outros. São também ideologias que decidem o grau de violência e abuso dos direitos humanos que é permitido na sociedade. O matriarcado, como foi construído pelas mulheres africanas, tinha uma mensagem muito clara sobre justiça social e econômica. Ela estava expressa em uma religião muito poderosa baseada na deusa, uma forte ideologia da maternidade e um princípio geral de amor (Amaudiume, 2022, p. 149).



A autora cita a etnia que ela pesquisou, mas é impossível pensar e estender esse pensamento para o matriarcado como foi construído pelas mulheres da diáspora africana, pois essas mulheres também se atentam para a justiça social, para o cuidado e para o acolhimento, nas casas, de todos aqueles que vêm buscando auxílio. Dentro do universo dessas comunidades, foram preservadas as línguas, é onde os vários territórios alimentaram e benzeram cada homem e mulher da diáspora, preservando as comunidades no tempo e no espaço.

Muitas histórias dessas casas e sua atuação no território partem da presença de início de uma matriarca. Na Treze de Maio teremos a presença da avó da Rainha Belinha, a primeira rainha da casa e fundadora, Dona Maria Cassimira das Dôres. Já no Ilê Asè Afonjá Oxeguiro a história começa com a vinda de Josina de Ogum, avó materna da Ialorixá Daisy Lisboa. Nengua Kamuxinú e Kota Zinguelê são as responsáveis pela fundação da casa Associação da Resistência Cultural Afro-Brasileira Templo Espírita Umbandista Pai João e Vovó Catarina de Aruanda e pelo terreiro N'zo Kabila. A Guarda de São Jorge de Nossa Senhora tem à frente Kelma Gisele da Cruz Conceição, Rainha da Alvorada e capitã-regente, e Kelly Simone da Cruz Conceição Santos, Rainha Conga e presidenta. Os corpos-territórios dessas mulheres são corpos políticos, que organizam toda a gestão da casa, as celebrações e eventos promovidos, suas relações com a comunidade e com a cidade, bem como suas representações nas esferas políticas da cidade. Também mantêm diálogos com outras casas de tradições de matriz africana fora da capital, no interior do estado. Mulheres que preservaram saberes, ciências sagradas e histórias de povos subalternizados, que hoje, cada vez mais, acessam as esferas do poder político, tornando-se referências para se pensar leis e de ocupação em espaços dos poderes legislativo e executivo. Levam

consigo o olhar das comunidades, transmitindo para o macro poder o exercício de políticas vivenciadas nas comunidades.

Ecoando ainda e se refazendo na diáspora, um novo conceito afrocêntrico torna-se cada vez mais presente para entender o lugar das mulheres negras. O Mulherismo africano, esse conceito que é cunhado por Cleonora Hudson, na década de 1980, traz uma abordagem para se pensar e refletir a mulher negra na diáspora. Trazê-lo para esta escrita faz pensar em como as matriarcas se articulam diante da sociedade e de sua comunidade, se é possível vermos aí um viés mulherista. O Mulherismo Africana busca entender quem somos nós nessa diáspora, onde toda nossa essência nos foi negada, evidenciando nossa humanidade. Assim, é preciso buscar as nomeações e definições do povo negro a partir do povo negro, e não de paradigmas e definições da cultura ocidental, a partir de uma perspectiva eurocêntrica (Hudson-Weems, 2020).

Para todas as mulheres da pesquisa foi perguntado sobre como elas veem a situação das mulheres negras na comunidade, na cidade e no país. E, sim, todos os depoimentos trazem uma realidade que já é conhecida.

Mulheres negras em constante luta pela
comunidade, pelos filhos,
por políticas de reconhecimento
e de direitos.

De um lado, isso aponta para o racismo atuante na vida dessas mulheres, mas, de outro, para as formas e estratégias de sobrevivência que trazem para as lutas cotidianas. Estar nessa sociedade é um estado de tensão constante.

Elas relatam as dificuldades diante de um sistema racista, mas também reagem com crença em sua própria força e na das demais mulheres negras desta sociedade, mostrando o não silenciamento de suas vozes. A fala a seguir, de Mãe Daisy de Oyá, demonstra a consciência de seu lugar:

Tem uma pergunta, não é direta do candomblé, mas porque a Senhora tem na casa as mulheres dentro do candomblé, e aqui no Concórdia a maioria das pessoas são mulheres negras. Como a Senhora percebe esse lugar da mulher negra, seja na cidade, seja no trabalho, seja... como que a Senhora sente essa questão da mulher negra?

São mulheres de baixo poder aquisitivo, eu penso isso. No serviço, são as que ganham menos, que estão inferiorizadas, que estão na higienização, estão na cozinha. Nunca estão num lugar, assim, de destaque. Existem, sim, conheço mulheres de liderança, no trabalho. Agora no candomblé, mulher é liderança. Ela tá como uma ekedi, ialorixá, [mas] não é em todas as casas. Ekedi tem uma importância muito grande, ela saber assim, saber seu lugar de postura, de tratamento. Não é que “o pano não passa orelha”. O pano não passa orelha quer dizer que você tá ali fazendo uma, tem um modo especial de amarrar um turbante, mas isso não pode passar sua cabeça, além, pra você sentir superior. É você sentir mãe, estar neste lugar deste útero negro, que é uma comunidade de candomblé. Saber entender, né? Engolir lágrimas porque não é fácil, como na sociedade ou em qualquer lugar que você chegue, você vai ter um pra querer te rebaixar, te colocar menos. E comunidade de candomblé não é diferente, sabe?! Eu falo, assim, que eu mudei muito meu modo de ver, mais de escutar e de repensar é comigo

mesmo. A gente tem que ter uma postura nesse lugar de ocupação enquanto liderança. E, é ver a importância de uma abiã e um iaô, né? Essas mulheres têm que ser muito bem acolhidas, protegidas, é isso (Januário, 2022 *apud* Reis, 2023).

Além disso, o papel da mulher negra na sociedade é salientado por Nengua Kamuxinú e por Kota Zinguelê, quando respondem a mesma pergunta feita para a Mãe Daisy, mas deixam bem demarcado de que lugar elas se colocam e falam e da importância de acordar consciências.

Falando mais sobre mulheres negras, como vocês sentem a participação das mulheres negras, para além da casa. No bairro, em Belo Horizonte, no Brasil? Como é esse lugar da mulher na nossa sociedade?

Nengua: Ah, eu acho que elas, o povo não respeita. Não existe respeito com a mulher negra. Por isso que a gente tem que continuar lutando para a gente ser respeitada. Não existe. Por muito que eles falam isso e aquilo, não tem. Os grandões, a parte branca, não respeitam as mulheres negras. Por isso que agora, sabe, a gente tá vendo que tem deputadas, vereadoras, é que tá chegando um pouco de respeito. É que a mulher negra tá impondo o lugar dela na sociedade.

Kota Zinguelê: [...] Desde muitos anos atrás, nós fazemos parte da história, Querendo ou não. Aceitando ou não. A história foi feita por nós. Lógico, tem pessoas de outras cores, de outras raças dentro, que são muito bem vindas também, mas na história, somos nós. A pessoa aceitando ou não. Isso ninguém vai tirar da gente. Existe. A história foi feita milenarmente. Então, qualquer um que acessar

hoje, amanhã ou daqui a dez anos, vinte anos, vai ver lá atrás. Não precisa a gente ficar lutando pra poder provar, é só ir lá, porque todo mundo vai saber por que nós somos importantes.

[...]

Nengua: A mulher negra é a história!

Kota Zinguelê: Nós somos a histórias! [...] Então, eu acho que o pessoal que tá vindo agora... eu falo muito isso com essas meninas que tão vindo agora, elas virem com essa fala. Quando as pessoas chamarem elas de pretinha, de neguinha, para elas estudarem. Precisa de estudo, precisa estudar, porque quando você estuda, você tem argumento e quando você tem argumento, ninguém fica fazendo hora com a sua cara ou vai te fazer uma perguntinha, uma piadinha. Existe isso. Eu falo muito isso aqui em casa: estuda! Estuda porque você tem argumento para debater com o outro, porque o dia que você falar com ele que você faz parte da história, quem chegou aqui foram os negros, mesmo que à força, que quem fez o negócio do país foram os negros, ninguém vai falar nada com você (Coutinho; Souza, 2023 *apud* Reis, 2023).

Para além dos estereótipos que a sociedade racista agrega às mulheres negras, e fugindo mesmo desses estereótipos, que tentam definir o feminino negro a partir do OLHAR DO OUTRO, o mulherismo traz características que nos permitem entender mais sobre essas mulheres, pensadas a partir de suas próprias vivências. É buscando nas falas das entrevistadas e nas suas práticas cotidianas que entendemos e encontramos pistas desse paradigma. Sem a pretensão de encaixá-las em qualquer teoria, tentar enxergar suas heranças matriarcais africanas e seus desdobramentos mulheristas é o que nos propomos ao referenciar

suas falas e ligá-las às características mulheristas, salientando, mais uma vez, que o pensamento mulherista parte da observação de mulheres negras da diáspora. Antes de pensar, definir e nomear o mulherismo africana, Clénora Hudson-Weems (2020), deixa bem claro, em sua escrita, que a realidade mulherista das mulheres negras sempre esteve presente e é a partir de suas práticas que ela pensa tal paradigma.

Então, é a partir das falas das entrevistadas que vamos seguir para a agenda do mulherismo africana.

Quando pega uma mulher como eu, uma mulher de quarenta e quatro anos, mãe de uma filha de vinte e oito anos, fazendo as contas você sabe com que idade eu engravidei, catorze anos. Quando pega essa mulher que criou essa menina e criou mais dois, que criou mais seis que não são meus, e, anos depois, eu tenho um relacionamento com uma pessoa que faz com que eu acredite que eu não fiz nada... que eu fracassei durante toda a minha vida, e eu sabendo que eu não fiz isso. Você tá vendo como, em algum momento, eu me perdi. Eu saí de quem eu sou, porque eu queria tanto ser aceita, eu queria tanto ter, acho que nem era amor. É engraçado, né?! A mulher preta se realiza na vida profissional de certa forma, mas a gente acha que a gente tem que ter aquele relacionamento socialmente aceitável.

A gente não cabe nesse socialmente aceitável. Nessa família brasileira, pai, mãe, irmão, nessa família branca, elitizada, europeia, que estes portugueses trouxeram pra gente e que fez a gente acreditar que aquilo era o certo para a vida da gente. E que essa mulher só servia para aquilo. A gente quer se encaixar nisso! E, quando a gente tenta se encaixar demais, a gente acaba se magoando (Costa, 2022 *apud* Reis, 2023).

Nessa fala, a Ekedí Simone, do Ilê Asê Afonjá Oxeguirí, traz uma questão inicial do mulherismo, o fato das mulheristas se **autodefinirem** a partir de suas próprias vidas. Ao questionar, revendo sua trajetória, de mãe adolescente e mãe de mais outras crianças, das relações abusivas psicológicas, o seu questionamento vem de uma reflexão de que ela, na verdade, não era o que a pré-definia. Permitir-se ir além do modelo de mulher expresso por uma sociedade, do modelo de casamento e família que não a define e não define inúmeras mulheres negras, “e, quando a gente tenta se encaixar demais, a gente acaba se magoando” (Costa, 2022 *apud* Reis, 2023). Falamos de uma sociedade machista e racista em que, sim, essa mulher e muitas outras mulheres negras não se encaixam, mas quando ela se autodefine, ela passa a atuar em busca de sua própria identidade. Isso pois o que o pensar eurocêntrico lhe trouxe e para nossa sociedade foi a submissão das corpos ao patriarcado hétero-cis-normativo.

Pensar nessas mulheres é observar ainda que elas buscam uma **centralidade na família**, ponto de agenda do mulherismo africana. A mulherista não pensa apenas na sua promoção, ou de suas irmãs negras, mas também de seus parceiros, sejam afetivos ou não, pensam na promoção de suas comunidades vistas muitas vezes como extensão de suas famílias.

Uma ekedí ela é... um cargo que se tem dentro do Ilê, dentro do candomblé. Quando uma ekedí é feita, ela recebe esse cargo, ela se torna a mãe do orixá. Então, é um cargo de muita responsabilidade, de muito amor, de muito carinho. A gente se doa dentro do nosso Ilê, dentro do candomblé. [...] A ekedí se torna uma mãe. Uma mãe faz de tudo por um filho, faz de tudo pela casa. Uma mãe cuida, uma mãe zela, uma mãe dá amor (Lisboa, 2023 *apud* Reis, 2023).

Essa fala da Mãe Beth destaca o papel da ekedi e sua extrema importância como mãe que cuida dos filhos da casa, que gesta os filhos da casa. A centralidade nessa família é composta pelas pessoas que se tornam parte dessa família e dessa casa. Gestar para a comunidade, zelo e cuidado. Cuidar da casa é cuidar dos membros e filhos da casa, seja materialmente, seja espiritualmente. Entretanto, não se deve confundir esse papel com o da mãe submissa, que tudo dá aos filhos e nada temem troca, essas mulheres à frente das casas de matriz africana gestam também politicamente e são lideranças nesses lugares. Elas levam para os espaços de ocupação política cada vez mais suas formas de ver e entender o ser família. É uma abordagem materno-centrada que essas mulheres trazem. Uma abordagem que não significa cuidar apenas dos filhos uterinos, mas de todos os filhos da casa e agregados:

todo um conjunto de valores e comportamentos de gestar potências. Quando partimos de uma realidade de gestar potência, estamos definindo uma luta mulherista como a possibilidade de reintegrar as vidas pretas destroçadas pelo racismo de cunho integral. (Njeri; Ribeiro, 2019, p. 600).

Essas mães trazem para o debate atual a situação de opressão histórica vivenciada pelos povos da diáspora, mas trazem também a altivez das lutas históricas e cotidianas frente ao racismo e a políticas de exclusão. Focadas em suas famílias, suas comunidades, revelam suas histórias, apontadoras da identidade desta gente, que fincou raízes nesta terra e que gerou frutos, e estes garantiram e garantem a sobrevivência de um povo. Não é uma luta individual, é uma luta coletiva.

Aqui, a primeira rainha foi sua avó, a segunda rainha foi sua mãe e hoje você é rainha. É um reinado de mulheres. Como é que é isso? Eu acredito que tem uma força, tem uma coisa aí das mulheres que é muito forte...

Eu não vejo como um reinado de mulheres. Não fui criada pensando dessa forma. Um reino, ele é constituído de rei, rainha, príncipes e princesas, capitães, “capitoas”, como dizia vovó. Então é um conjunto, Por acaso, a vovó não tinha marido, mas quem é que era que ajudava ela era tio Efigênio, que era o capitão da casa. E os reinos em si, é... eles são formados por pessoas, por homens e mulheres, pelos dois gêneros. É, vai de quem fez aquela promessa, se ele tem mulher, se ele não tem mulher. Se ele tem mulher, ele é capitão, mulher do capitão, né, marido da rainha, marido da capitã. Então, essas coisas são dessa forma. Aqui em casa é uma presença muito grande de mulher, de mulher, é isso mesmo, porque a vovó não tinha marido. Então, as pessoas que vinham ajudar ela, eles tinham que conversar com ela. O tio Efigênio tinha que se submeter a ela, porque ela era a mãe dele. Ele trabalhava com ela, é..., trabalhava junto com ela, mas na hora que batia o capitão e a rainha, tinha conversa, mas quando batia filho e mãe, a mãe que manda. Então, se tivesse um rei, ou se num tivesse, se o rei fosse marido e fosse, tivesse, capacitação pra chamar a atenção, pra fazer acontecer. Isso já ocorre no “rusário”, é da forma que as pessoas são irmãs, são fraternas. São irmandades. A partir do momento que a pessoa adentra o reinado, ela se torna um irmão do Rosário. Então, o irmão do Rosário, cunhado, aquela coisa toda de família, que você tem direito de chamar atenção, porque você é do Rosário (Gasparino, 2022 *apud* Reis, 2023).

Outro ponto do agendamento do mulherismo africana é estar **em harmonia com os homens na luta**. A resposta da Rainha Belinha da Guarda Treze de Maio traz muito bem isso. É um reinado com a forte presença das mulheres, mas um reinado não se faz apenas com mulheres, mas sim em harmonia com a força e o lugar que esses homens ocupam. A harmonia não é a da paz perfeita, mas nas relações que geram também tensões necessárias para a vida e caminhada de uma casa de matriz africana.

Mulheres e homens nas casas de matriz africanas têm seus lugares definidos, e juntos eles gestam a casa. Não se pensa a casa sem essas forças. Mãe Daisy nos traz esta preciosa informação.

A casa aqui tem muitas mulheres. Como é a participação das mulheres dentro da casa?

É fundamental! Desde do Peji, desde o assentamento, das indumentárias, na culinária. Então, aqui eu posso dizer que basicamente é mão de mulher. Já me perguntaram outro dia e falaram, por enquanto, foi até num encontro lá no Canto do Beto, me falaram assim: “Por que que mulher [aqui] não pega em atabaque?”. Porque não é da nossa tradição, nunca foi, eu não vou mudar, eu não tenho que mudar nada, porque o mundo está mudando! Então, nosso asê aqui é com a força do homem no tambor! O Tambor fala, o corpo responde, o orixá responde! E vai continuar assim, enquanto vida eu tiver, porque é da minha tradição, mas a mulher é fundamental desde a hora tem que catar uma folha. Esse conhecimento de folha, de banho, de culinária, que comida que é, indumentária, arrumar o roncó, arrumar os abajis em si, o peji, o assentamento do orixá em si. E outra coisa que mão forte de homem, também nossa por tradição, é Iroko e Exu, mas não quer dizer que a mulher também não possa fazer.

Que é Iroko?

Iroko é tempo, é orixá.

Qual a função deles em relação a Iroko?

A função é o cuidado de tempo, porque ele é da nação Angola. Mas desde minha vó Daxebe que a gente vem com essa tradição. Então corte, a comida, toda é feita por homens, né? E tem que ter pelo menos sete no terreiro. Se tiver oportunidade participar é muito bonito. É o dia que a mulher é servida. Os homens sempre são servidos, tem esse dia também (*risos nossos*) (Januário, 2022 *apud* Reis, 2023).

A **força** que essas mulheres trazem em suas ações, nas lideranças de suas casas, nas lutas políticas e até mesmo em algum momento da entrevista está expressa em seus corpos. **Força** também é um olhar mulherista africana para as mulheres negras. A Rainha Kelly aponta para essas relações de força no seu reinado e do lugar que elas ocupam.

É um lugar de responsabilidade, é um lugar de soberania e é um lugar de delegar funções. Porque você tem que ser respeitada pelo cargo que ocupa, pela responsabilidade que você assume. A sua palavra ali é soberana. Não significa que é sempre tranquilo, mas tudo caminha no respeito. Eu posso até não concordar, mas, se você tá naquele ofício e fez aquilo ali, você sabe o que cê tá fazendo. Então, minha obrigação é respeitar. Então, essa relação de respeito entre nós, ela caminha bem.

Assim, a guarda formada, as coisas tendo que acontecer, o capitão falou, a gente responde, independente de a gente tá na guarda ou no trono, o capitão falou, tá falado.

Quer dizer que tem um respeito ali, nesse lugar que as mulheres ocupam e que os homens ocupam? É tipo aquela samba “orelha não passa cabeça, carro não passa na frente do boi”?

É, é tipo isso. Eu posso ser mais velha, mas a capitã é ela [A capitã é a irmã da Rainha Kelly]. É aquela coisa, cada um tem seu momento de ser o dono do bode. O dono do bode que segura no dia. Na hora do terço, o dono do bode sou eu. A guarda formou, o dono do bode é ela. E vai todo mundo junto na mesma toada. Porque você pode não concordar com uma coisa ou outra, mas quando você tem confiança na sabedoria do outro você se entrega. Então, pode ser que algum momento ela faz algum trem que eu não gosto, mas eu tenho confiança na força dela, entendeu? E disso eu não duvido, e aí se sustenta (Santos, 2022 *apud* Reis, 2023).

Essas casas são compostas, em sua maioria, por mulheres. Muitas dessas mulheres do bairro se conhecem desde novas, antes mesmo de estarem nos locais de liderança que hoje ocupam. Elas aceitam cada vez mais filhos e filhas que realmente aceitam o canto dos tambores de suas espiritualidades.

Há uma lembrança que me marca muito enquanto filha do Ilê Asè Afonjá Oxeguri. Estava lá, num dia de festa de inauguração da casa, após ação da PBH quanto a um esgoto que havia derrubado a frente da casa. Conhecia a Ialorixá da casa, mas jamais pensava em entrar e fazer parte. Me propus apenas a ajudar na produção do evento. Porém, nesse dia, a Mãe veio, me olhou e olhou para a Ekedí Simone, que na época também não era da casa, com um sorriso só dela disse, com muito carinho, para nós duas: “Vocês não vão entrar vestidas assim, não”. Chamou algumas

ekedis da casa que nos levaram para o roncó.¹¹ Ao chegar lá, a Mãe disse: “veste as meninas”. Fiquei em pânico, mas não me esqueço desse dia. Eu estava rodeada de mulheres mais velhas que me vestiam com cuidado, sob os olhares da Mãe. Calção, saia, oja, pano a costa, bata. Uma guia me foi entregue em mãos pela Mãe. Ali, aquela imagem de estar entre mulheres me marcou muito. Uma irmandade de mulheres! Um outro lugar de se pensar o feminino negro. Muitas daquelas mulheres admiro até hoje, aprendo com elas até hoje. Cozinhamos juntas, rimos juntas, choramos juntas. Tomamos cerveja e rimos juntas, e rimos alto, pelo prazer do encontro. **Irmandade genuína** entre mulheres, é o que nos traz mais este agendamento do mulherismo africana.

Sem pensar sobre, sem buscar teorias que lhes expliquem sobre esses conceitos, elas vivem. O olhar da pesquisadora vai traçando e encontrando uma teoria que também surge da observação de mulheres por outras mulheres negras. Da observação de que, mesmo diante do passado violento, essas mulheres, ao longo dos séculos, se retroalimentam das histórias passadas e histórias de novas mulheres, inclusive das próprias histórias.

¹¹ Roncô, na tradição dos terreiros brasileiros, é um quarto sagrado onde os iaôs se recolhem durante sua iniciação.





7

Quilombo, Quilombola, Quilombistas

Saberes da Resistência

*Meus irmãos,
Eu invoco agora, aqui, o poder e a força de Olorum, nosso pai.
Eu invoco aqui o poder guerreiro de Ogum.
Eu invoco aqui Xangô das tempestades.
Eu invoco aqui Oxum, a deusa do amor.
Eu invoco aqui Iansã, a guerreira.
É com esse deuses,
É com esse líderes,
Que nós, os negros deste país,
Subimos de joelho
A tua terra, Zumbi.
Subimos de joelhos esta terra
Encharcada com teu sangue,
E é aqui, que nós te prometemos, Zumbi
A luta não vai parar.
Os exploradores do negro
Não vão ter descanso
Enquanto toda nação negro africana
Não for definitivamente livre.*

Abdias Nascimento¹²

¹² Discurso realizado no ato de inauguração do Memorial em homenagem a Zumbi dos Palmares na Serra da Barriga, AL, em 1983.



Era o ano de 1983, lideranças do movimento negro, personalidades de universidades, Lélia Gonzáles e Abdias do Nascimento juntos subiam em peregrinação a Serra da Barriga, no estado de Maceió. Nesse ano, dá-se o pronunciamento, reza, de Abdias Nascimento clamando pelos deuses para juntar-se à luta pela liberdade do povo preto. E mais, trazendo a memória de Zumbi, líder quilombola da República de Palmares. Palmares corresponde a um conjunto de quilombos que eram situados na Serra da Barriga. À época do discurso de Abdias Nascimento, a serra ainda não era tombada, foram várias peregrinações e lutas políticas para que tal evento acontecesse. Após essas lutas, no ano de 1986, a Serra da Barriga foi tombada como Patrimônio Cultural Brasileiro.

De lá para cá, a luta ainda continua para tombamento de mais e mais quilombos. São histórias vividas em todo o território brasileiro de luta, resistência e existência de uma cultura que se mantém na propagação de saberes, formas de ser e estar em comunidade.

Pensando em um conceito trazido e proposto por Abdias Nascimento, o quilombismo, vamos, aqui, tecer um olhar para o território do Concórdia e as matriarcas em suas práticas educacionais nas casas. Será possível entender as práticas das casas de matriz africana como uma educação quilombista?

Abdias aponta a importância histórica dos quilombos com focos de resistência e organização democrática que surgem a partir da busca dos povos negros por uma vida livre de todo o peso e crueldade do sistema escravocrata, a partir das fugas e da necessidade urgente de sobrevivência.

O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas culturais ou de auxílio mútuo. Não importa as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultura. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros. Centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém, tanto os permitidos quanto os “ilegais”, foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira eu denomino de quilombismo (Nascimento, 1980, p. 255).

Assim como os quilombos no passado, essas novas formas quilombistas ainda sofrem pressões por parte do Estado e da sociedade. Sua existência é uma resposta ao racismo de nossa sociedade. Seja ele institucional, religioso ou, até mesmo, nos pequenos detalhes do cotidiano das pessoas negras deste país.

Como resposta, o quilombismo nessas associações traz o cuidado com a memória, por meio da oralidade, dos rituais



sagrados e de corpos negros que se manifestam em grupos artísticos também. Vê-se aí a presença do sentido coletivo de comunidade. Cada uma com sua organização própria, atendendo a demandas dos tempos e das localidades às quais pertencem.

No bairro Concórdia, os terreiros, os Gongás, Ilês e os reinados são formas quilombistas. Cada qual com suas regras próprias. Garantem as memórias de formação do bairro, de formação de suas próprias comunidades. Fazem valer sua herança negro diaspórica. Trazem o sagrado que alimenta e fortalece a existência de cada um desses territórios. Organizam-se internamente com suas políticas de gestão próprias e dialogam com as políticas da cidade, se fortalecendo cada vez mais na busca por políticas públicas de reconhecimento de direitos.

Essas mães, rainhas, ialaxés, makotas são as mulheres à frente de cada quilombo, representam a força de organização e gestão de cada casa e a continuidade da luta político-social do quilombo. Cabe a elas cuidarem das memórias, da coletividade, dos sagrados, cabe a elas o diálogo com a sociedade e as comunidades do entorno, a educação dos filhos, filhas e agregados da casa.

Vale ressaltar o papel de sociedade democrática, em sua composição social, que Abdias pontua em suas falas sobre quilombos passados. Sociedade em que conviviam negros, indígenas, brancos. Ainda hoje é assim nessas casas, pois, na gira, até Caboclo dança e canta. Todos são bem-vindos, sem distinções, mas as decisões devem e são tomadas pelas cabeças das mulheres negras que estão à frente, no comando das casas.

No ano de 1980, Abdias lança o livro “Quilombismo: documentos para uma militância Pan-Africanista”. No capítulo dedicado mais especificamente ao quilombismo, ele traz a importância de entender o quilombismo como um conceito social e histórico para os povos negros, um conceito que traz a

possibilidade de luta diante dos processos violentos afirmados pela nossa sociedade racista. Esse conceito para um olhar e para as práticas quilombolas resgata possibilidades de se pensar em epistemes a partir do continente Africano. É um conceito para pensar a nossa libertação diante do Estado opressor.

Partindo da pesquisa do quilombismo, destaca-se a possibilidade da educação quilombista. Essa proposta vem sendo desenvolvida pelo filósofo Marcos Matheus Benedicto. Segundo esse filósofo, a educação quilombista, centrada na experiência africana e dos afro-brasileiros, é capaz de oferecer saídas para a educação eurocêntrica e de supremacia branca, além de saídas para o combate real ao racismo em nossa sociedade. De acordo com ele (e com o que pessoas vivenciam na prática nas esferas de ensino),

o sistema educacional que foi criado pela elite branca, que se mantém no poder, e como tal ainda repete exclusões e racismos na escola.

Um sistema educacional que nasce de várias propostas de segregação e que não parte das necessidades daqueles e daquelas que foram subalternizados e alijados de seus direitos no processo histórico deste país não comporta as necessidades reais das demandas de povos negros ou indígenas.

É preciso que pensemos a partir do deslocamento imposto aos povos negros. E buscar em nossa herança histórica as bases reais de mudança para ensino de jovens, adultos. Ricardo Maheus Benedicto, Doutor em Educação pela Feusp, aponta para a teoria e práxis como Molefi Kete Asante e Abdias propõem. Pensar uma prática afrocentrada e quilombista, onde a nossa referência não é mais o pensamento eurocêntrico. Para este filósofo, a educação quilombista seria:



um processo de transmissão dos valores, crenças, costumes e conhecimentos para que os afro-brasileiros possam viver de maneira adequada nesta sociedade garantindo, assim, a continuidade do seu povo e de sua cultura. Esta educação deve ser inspirada na experiência dos quilombos, visto que estas sociedades permitiram aos africanos existirem nesta terra sem renunciarem a sua africanidade, além de serem abertas aos indígenas e brancos excluídos do sistema colonial. Assim como os quilombos se constituíram como espaços de construção da identidade afro-brasileira e de resistência à aculturação europeia a educação quilombista, hoje, deve ser concebida como um processo de formação do amefricano do Brasil e de resistência ao historicamente constituído modelo eugênico e eurocêntrico de educação com vistas à construção da sociedade democrática intercultural quilombista (Benedicto, 2016, p. 245).

A educação quilombista, segundo Benedicto, é um sistema para a afirmação da identidade de afro-brasileiros e, mais ainda, lugar de resistência frente à educação, é um sistema que é aberto à interculturalidade.

Ela pensa a partir não só das necessidades afro-brasileiras, mas também cabe as necessidades indígenas para a educação.

O sistema educacional que derivamos desta proposta política visa contribuir para a construção do Estado Quilombista que, uma vez consolidado, suplanta o sistema racista vigente. Concordamos com a tese de Abdias do Nascimento de que o Estado brasileiro – já que os amefricanos são a maioria da população – deve ser orientado pela cultura majoritária. Para a

viabilização desta nova sociedade, é imperiosa criação de instituições independentes da comunidade afro-brasileira. Entendemos que este é o melhor caminho para desmantelar a pigmentocracia brasileira (Benedicto, 2019, p. 31).

Enquanto o Estado quilombista não chegar, nossas matriarcas concórdianas, suas mães e avós, e pais vêm fazendo e colocando em prática, com seus corpos, com suas vozes nas rodas, nos cotidianos das casas essa forma de educar. Propõe, em conexão com o sagrado e toda uma série de práticas internas, formas de educar. Nos cantos, nas danças, nas histórias que são repassadas a cada geração, assegurando a preservação da memória e de uma cultura particular de cada espaço, de casa no Concórdia, este bairro que pode ser compreendido com um dos maiores quilombos urbanos da capital Belo Horizonte

Com isso, fortalecem inicialmente as crianças, em suas casas, para enfrentarem as primeiras batalhas racistas na escola e se colocarem em defesa, trazendo sua cultura e ensinamentos. Essa educação parte também do sagrado negro de matriz africana, da força que esse elemento traz, das formas africanas de se comer e rezar, de se tratar os mais velhos, de lidar com a força das plantas. São saberes que são repassados nas casas, que permitiram que, mesmo diante desse quadro histórico, chegássemos em pleno século XXI ainda podendo repassar esses saberes aos nossos descendentes, e, assim, manter a continuidade de nossa cultura, propondo outra forma de ser e estar neste mundo. É uma alternativa dentro de uma educação quilombista com os pés afrocentrados. Em seus territórios, as matriarcas já implantaram os pequenos estados quilombistas com a prática real de uma educação que corresponde às reais necessidades dos povos negros.



8

Histórias alimentam

Obatalá¹³ recebeu de seu pai, Orunmilá, a grande tarefa de criar os seres humanos. E foi muito trabalho mesmo. Nanã lhe dava o barro, ele moldava, e seu pai preenchia esse barro com o sopro da vida. Após muito trabalhar, ele chama Exu.¹⁴ “Olhe, Exu, estou muito cansado e tenho muita fome, gostaria que fosse ao mercado e trouxesse o que há de melhor para se comer nesta terra”, disse.

Então, Exu foi ao mercado, andou muito, ao chegar, andou por entre as barracas e viu que tinha carne de todo tipo, temperos, cores e sabores de frutas das mais variadas. Ele pegou uns temperos e escolheu língua de boi para preparar. Voltou e preparou para Obatalá uma iguaria que de longe, só pelo cheiro, a fome de Obatalá dobrou. Usou os melhores temperos na medida certa, deixou cozinhar. Ah! O cheiro do prato se espalhou léguas. Ele fez a língua toda especial, recheada. Exu preparou a mesa da melhor forma. Posta a mesa, chamou Obatalá que ficou impressionado com a boniteza do prato. Então ele comeu até se fartar. Lambeu os dedos, estava satisfeitíssimo. Elogiou demais Exu pela gostosura que acabara de comer. “Então, Exu, que comida mais saborosa, o que preparou?”. “Eu preparei língua, língua de boi”. “Com certeza, esta é a comida mais deliciosa desta terra! Agora que já comi o que há de melhor, quero que volte ao mercado e me traga a pior comida que existe. Quero provar também essa comida”

¹³ Obatalá é um outro nome para Oxalá, orixá responsável pela criação dos seres humanos. É o primeiro orixá criado por Olodumaré.

¹⁴ Exu é o orixá mensageiro, responsável pela comunicação entre os deuses e os homens, é o orixá da comunicação.



Assim fez Exu, saiu e caminhou bastante até o mercado. Chegou lá, andou pelas bancas e escolheu o que preparar. Comprou língua novamente. Levou e preparou, não cozinhou direito, mal mal temperou e não recheou. O cheiro também não estava bom. Exu preparou a mesa, colocou o prato e chamou Obatalá para comer. Ele se sentou, olhou para aquela comida estranha. Por alguns segundos, pensou até em não comer. Deu a primeira grafada na coragem e quase pôs tudo para fora. “Que coisa horrível você preparou, Exu! Com certeza, esta é a pior comida desta terra! Mas me diga, o que é esta coisa estranha?”. “Língua, língua de boi”. Obatalá não gostou da resposta de Exu, achou que era mais uma daquelas brincadeiras e tramas de Exu. “Mas como um prato pode ser o melhor e o pior?”. Exu olhou bem para Obatalá e respondeu: “A língua pode, sim, ser o melhor e o pior. Se você traz os melhores temperos, lava, cozinha bem, a língua fica maravilhosa. Se fizer de qualquer jeito, sem pensar no tempo certo do cozimento, sem lavar direito e sem usar bons temperos, a língua se torna a pior comida. Se você colocar coisas boas na língua, ela trará coisas e sensações boas para seu corpo, mas se fizer o contrário, a língua pode te destruir. A língua pode até matar”.

Obatalá, em silêncio ficou pensando no que ouvira. Sim, se você não cuidar de sua língua ela pode te destruir, ela pode destruir nações, mas, se você cuidar do que traz a sua língua, você pode criar coisas boas, para você e para os outros.

8.1 Os de lá, os de cá, nós...

“Só se levanta para ensinar aquele que se sentou para (ouvir) aprender.”

Provérbio africano

Como contadora de histórias, sempre acreditei na força deste alimento que são as histórias. As histórias chegam para se manifestar na minha corporalidade (CORPO ORALIDADE). Muitas vezes, em nossa sociedade imediatista, partida e monetizada, as histórias são apenas, para uma grande maioria, um produto bem direcionado às crianças. Adultos também ouvem histórias, muitos pais e mães, ao levarem seus filhos aos espetáculos de contação de histórias, se contagiam com aquela narrativa “inocente”, lúdica. Sempre acreditei que histórias diziam de mais. Em meu trabalho, trago histórias, mitos e lendas afrocentrados. Ampliei o olhar para as narrativas, não apenas para crianças, mas para adultos, não apenas nos espetáculos, mas nas salas de aula, nas formações étnico-raciais, e até quando elas se faziam necessárias, independentemente de dias e horários marcados.

Nenhuma história é inocente. Toda história traz em si uma forma de pensar e expressar uma crença em determinados pontos da sociedade na qual surgiu, e mais, muitas histórias atravessam gerações, mesmo que seu roteiro mude, ainda assim, ela trará as marcas da sociedade na qual ela se manifesta. Histórias podem educar e afirmar ideologias de relações entre opressores e oprimidos. Histórias podem mentir, enganar. Histórias podem ser manipuladas, mas também podem, por meio de suas próprias

linguagens, ser elementos de cura, de libertação e serem um caminho de encontro com sua própria identidade para o escutante.

Desde que a humanidade expressou sua primeira palavra, histórias são contadas. Histórias de elementos da natureza, histórias de deuses, de ancestrais míticos fundadores de etnias.

Em muito a relação das comunidades mudou. Por muito tempo, as vozes daqueles e daquelas que traziam as histórias foram relegadas aos cantos das casas, como objetos velhos e sem valor. Viraram, em muito, figuras de um passado que apontava algo em desuso. Porém, contar/narrar histórias sempre se fez presente e necessário.

No Brasil, diante dos vários silenciamentos de muitas histórias das etnias que compõem esta sociedade, contar a história trazia um planejamento político por trás do exposto. Uma história única foi imposta como oficial, em detrimento de outras histórias. Um projeto político de se formar uma sociedade excludente, hierarquizada e extremamente violenta foi sempre posto em voga nesta terra. Era esperado que tal projeto político (de democracia racial, eugenismo etc.) se consolidasse de forma plena, apagando as várias identidades que convivem nesta terra. Entretanto, é de outra forma que tudo se deu. Outras histórias, mesmo que silenciadas, se fizeram ouvir, repetidamente, insistentemente a partir de corpos da diáspora negra e dos povos originários.

Focando nos povos da diáspora, as histórias que atravessaram o mar e outras que aqui se refizeram e nasceram foram o elo entre o tempo presente e o passado. O passado que remete à presença daquele que trazia as histórias.

É importante, aqui, iniciar com o importante estudo *A tradição viva*, de Amadou Hampâté Bâ (2010), sobre oralidade e sobre aqueles que traziam essa oralidade nas comunidades.

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África (Hampâté Bâ, 2010, p. 167).

Em seu texto, ele aborda a importância da palavra e daqueles que a proferem. A oralidade traz a memória e seu desenvolvimento nas comunidades. A palavra é forte. Porém, segundo ele, a escrita foi ganhando cada vez mais terreno entre os povos, e a palavra relegada a segundo plano. A escrita passou a ser considerada a prova da existência deste ou daquele fato. Há um tempo, dizia-se, em muitas relações, pelo interior ou nas cidades, quando se precisava de alguma garantia para fechar algum acordo, era possível escutar “cumprirei este ou aquele acordo, te dou minha palavra!”. A palavra por si fiava e fechava muitos acordos. A palavra, muitas vezes, tinha um caráter sagrado.

Amadou Hampâté Bâ apresenta a definição de uma classe de pessoas que traziam esta palavra e suas funções no seio destas sociedades africanas, mais precisamente da civilização mandinga ou Mali. Ele diz dos Tradicionalistas, que, muito além de simples contadores de histórias, eram responsáveis pela transmissão de conhecimentos essenciais à manutenção da comunidade.

Dentre esses tradicionalistas, determo-nos naquele que chega aos nossos dias com o nome de Griô. Griô não é uma palavra original do Mali para esses tradicionalistas, é uma palavra imposta pelo colonizador.

Pois a história que eu vou contar outra vez começa quando os franceses se encontraram com os lusitanos, que também andaram por aqui, mas muito tempo antes. E todo mundo sabe que a língua dos francos tinha muita semelhança com a dos lusitanos. Decerto eles conversavam sobre tudo e, lógico, procuraram saber sobre aquele que andava sempre junto ao soberano e que falava por ele. Como não notar um DIÉLI? Pois os portugueses acharam que ele deveria ser uma espécie de criado do soberano. Os lusitanos falaram e apontaram para ele: “criado, criado”. [...] Pois é! Talvez os reis vivessem acompanhados de um criado, não sei. E identificaram diéli por este nome, “criado”. Depois, com o tempo, os portugueses sumiram das nossas terras, mas o jeito de chamar diéli de criado, não. Como a língua francesa foi se tornando a mais falada por aqui, a palavra “criado” continuou ser usada. [...] O criado foi afrancesado [...] Ora até hoje o som da sílaba “cri” na língua francês não é como no português. O “cri” vira “gri”. Então de criôdo ficou afrancesado e virou griôdo. E ficou assim: griot (Lima, 2010, p. 13).

Neste trecho do livro *Toques de Griô*, Heloisa Pires Lima (2010) traz uma explicação para a palavra Griô. E hoje, em qualquer lugar, é esta palavra para dizer do djélis. Contudo, em sua origem, eles têm uma função social extremamente importante em sua sociedade. São eles mestres da palavra. Trazendo o material e o sagrado da tradição oral, pois esses campos não se separam, ligando mundos, propondo outras formas de pertencimento a este mundo.

Ao apresentar os Tradicionalistas, A. Hampâté Bâ cita os Domas e os Djélis. Ambos ligados à palavra, mas cada qual com suas características próprias. Vamos nos ater, aqui, aos Djélis conhecidos popularmente, como Griôs.

Djéli vem da língua Bambara e significa sangue Griôs, surge dentro de famílias de griôs, nasce-se griô e seu aprendizado se faz durante muito tempo. Responsáveis pela resolução de conflitos nas comunidades, eles atuam como conciliadores nas controvérsias entre indivíduos e famílias. Também são responsáveis pelas genealogias e memórias dos clãs e da memória do povo Mandinga, são também músicos e poetas, assim como mostra Kourouma (2009).

No Brasil, a palavra griô faz referência àqueles e àquelas que, em suas comunidades, são os responsáveis pela transmissão das tradições orais, saberes e fazeres. São os mestres e mestras das tradições, não apenas homens e mulheres da diáspora negra, mas também diz dos povos originários.

Ainda com estas explicações, é comum muitos se autointitulem griôs, mesmo sendo apenas narradores de histórias. Muitas vezes, os griôs são apenas, para muitos, contadores de histórias. Uma questão que vale a pena ser levantada é sobre a palavra, uma palavra imposta a uma classe de pessoas de cultura mandinga e que atravessa a história. Uma palavra do colonizador. Trazer palavras para uma cultura, significa trazer também a agenda do colonizador. Será que griô é a melhor palavra para dizer de mestres e mestras das tradições? Acredito que as tradições já trazem as próprias nomenclaturas que as representam dentro de suas culturas. Em muitas outras etnias, existiam também classes responsáveis pelas histórias, pelas genealogias e pelos saberes e fazeres das tradições.

Numa definição de Djéli de Toumani Kouyaté, de linhagem djéli da África do Oeste:

A história do djéli é mais antiga que a história de Cristo. Djéli, na língua bambara, significa sangue, a transmissão da sabedoria é de pai para filho, de pai para filha, porque tem mulher djéli. A transmissão vem do sangue, vem do

sangue da família. Ele é um mediador. Entre o povo e o rei, e entre o povo mesmo. Ele faz uma garantia da paz no país, uma garantia da paz entre as pessoas. Ele fez a proteção do povo, do poder do rei, da proteção social, da proteção da formação. [...] Ele tem a função da palavra, a função do juiz que ele tem, ele tem outra função com a palavra. Resolver todos os problemas com a palavra. Tudo o que ninguém pode resolver, de outra maneira, ele tem a palavra para resolver, ele tem a diplomacia (Kouyate, 2022, informação oral).¹⁵

Ouvindo essa definição, muito se pode associar ao papel das matriarcas nas casas de matriz africana. Muitas dessas mulheres, mesmo que escolhidas pelo sagrado, vêm de uma linhagem de pais e mães à frente das casas. Mãe Daisy segue à frente de seu Ilê após o falecimento de seu pai. A Rainha Belinha segue no seu reinado após o falecimento de sua mãe, a Rainha Kelly da mesma forma.

Qualquer desavença ou conflito nessas casas
passará pela mediação feita pelas palavras
dessas mulheres.

Elas são responsáveis pela proteção da tradição que as casas carregam, são responsáveis pela transmissão de saberes e fazeres e pela memória e genealogia das casas. É com muita diplomacia, não apenas dentro das casas, mas no seu entorno e até em esferas políticas da cidade, que essas mulheres são respeitadas pela palavra que proferem.

¹⁵ Disponível em: <https://filosofiapop.com.br/podcast/162-djeli-com-toumany-kouyate/>. Acesso em: ago. 2023.

8.2 As histórias nas vozes das mulheres negras

Após propor o projeto de mestrado e ao longo do processo em que se desenrolou esta pesquisa, muita coisa mudou. Entrei com uma pesquisa pronta na cabeça, sabendo o roteiro dos passos a serem tomados, mas, assim como uma mesma história não é contada do mesmo jeito em dias diferentes, aprendi que esta pesquisa ia ser contada de formas diferentes. As histórias e seus processos se mostraram além do que eu poderia imaginar.

Era preciso uma nova forma de enxergar para lidar com estas mulheres, para as histórias que traziam. Foi preciso entender o quanto sou parte integrante e vivente desta pesquisa. Buscar por uma pretagogia que mostrasse caminhos e encruzilhadas a serem percorridos.

Por meio de uma pretagogia como metodologia, pode-se inserir numa cosmopercepção de mundo de nossas ancestralidades africanas partindo de princípios presentes na herança que trouxemos da diáspora, sendo eles: a ancestralidade, a tradição oral, o corpo enquanto fonte espiritual e produtor de saberes, a valorização da natureza, a religiosidade, a noção de território e o princípio da circularidade (Petit, 2015).

Nas falas das mulheres concordianas e suas ações, esses valores estão impregnados nos rituais do sagrado das casas, mas também em seus cotidianos. Isso, pois essas mulheres estão dentro de um fazer que é, em si, uma pretagogia.



A tradição oral, por meio da literatura oral, se valerá da palavra ritual, dos provérbios, das histórias e dos casos. A oralidade se funde ao corpo, trazendo histórias que são contadas de uma outra maneira e pedem uma outra forma de ouvi-las.

Total. Mesmo que eu não entenda, porque no candomblé você passa a vida toda ensinando, você passa a vida toda aprendendo. São muitos ensinamentos, muitas coisas maravilhosas, muitas coisas fortes. Só que toda vez que ela me conta uma história, às vezes, a gente nem tá em roda, isso que ela está me contando aqui cabe ali. Ou, então, me conta uma história que aconteceu vinte anos atrás, mas é uma história que tornou a acontecer. E, até mesmo, quando você vê o orixá na Terra, você consegue visualizar na hora em que ele está dançando. As danças, ver a caça, o vento de lansã, você consegue visualizar. Eu comecei a ver esse significado na dança, “olha, gente, ele tá contando uma história na dança”. Eu fui, eu cacei, eu tive que pular. Mesmo que você esteja na assistência, se você prestar atenção em tudo o que está acontecendo. O povo preto sempre tá em roda, o povo preto sempre tá em círculo. **Quando o orixá vem na terra, quando ele dança, ele tá contando uma história.** Eu lembro a primeira vez que eu vim, eu não conhecia nada, eu achei que tinha uma coisa diferente. Eu não conhecia. Só que ali eu já começava a ver. Eu sempre prestava atenção nas coisas. Eu não sabia nome de orixá nem nada, mas pensava “ela dança assim, ele dança desse jeito...” (Costa, 2022 *apud* Reis, 2023, grifo da autora).

Ekedi Simone, do Ilê Asè Afonjá Oxegui, traz, nessa fala, tão bem sobre este corpo que recebe o sagrado, dança ao som rum, rumpi e lé, que vem na voz da cantiga que o ogã traz. Esse corpo dança, conta história, se comunica em roda, traz um sagrado conectado com a natureza. Corporalidade, presença das histórias. Além da letra do papel, pois as mitologias iorubás são vivenciadas, contadas de bocas a ouvidos, se preservaram nos corpos da diáspora. Muito tempo depois é que essas histórias viraram letras no papel.

Do que é escrito, do que cada casa traz, entre a letra e a vivência das histórias, Mãe Beth de Oyá traz este questionamento, ao ser perguntada se, na casa a qual pertence, tem o hábito de contar histórias:

A gente tem, mas são coisas que só os mais antigos que falavam muito. Hoje em dia, não se toca mais no assunto. Eu vou falar uma coisa, que na minha religião candomblecista, espírita, é uma religião muito bonita, mas se você contar a história fora de lá, você é taxado, fora de lá, você é taxado como... como... se isso não existe. Isso é proibido, como é isso, é preconceito religioso. As crenças eram antigas, hoje em dia, as pessoas não reconhecem isso mais não. Então, o pai de santo contava umas histórias, dos orixás. Hoje em dia, as pessoas veem muito isso na internet. Aí passam uma coisa de internet totalmente fora da realidade que era antes. Então, a gente fica com aquilo. Quem ouviu, ouviu. Que hoje você vai contar num é nada daquilo que o pessoal tava contando. Então, a internet, ela modificou muito o nosso passado (Lisboa, 2023 *apud* Reis, 2023).

O ponto que ela traz, da internet, abriu margem para muita “marmotagem”, como dito por alguns em rodas de discussão. Existe o lado do olhar da sociedade, em que tudo vira produto, é precificado e colocado num grande mercado virtual. O olhar capitalista, que antes condenava certas práticas, se expande para auferir lucros com essas mesmas práticas condenadas. Não cabe aqui dizer que tudo que se encontra na rede é duvidoso, mas cabe a nós sabermos realmente a fonte deste ou daquele conhecimento. A fonte desta ou daquela história.

A força dessas mulheres se faz presente nas narrativas que garantem a resistência da tradição. De maneira simples e profunda, elas, nas narrativas, trazem os ensinamentos, com uma metodologia pretagógica.

Foi assim, a história vem e, no meio dela, o ensinamento. Em conversa-entrevista com a Rainha Kelly, da Gurada de São Jorge, falávamos das histórias contadas em sua casa, e ela diz algo que guardo como um dos maiores aprendizados nesta pesquisa. Oralidade e sagrado juntos.

Porque, pode saber cantar mundos e fundos de derrubada, mas no fundo o que te salva é um Pai Nosso e uma Ave Maria, pra quem tem fé. Então, se você sabe isso, cê num precisa saber mais nada, porque ao longo da sua caminhada, na sua profissão, ao longo de sua pesquisa, você não sabe tudo da pesquisa, na medida que você tem necessidade, de alguma forma, a pesquisa vai te mostrando o caminho. Vai ter uma pergunta que você não vai saber responder, mas alguma coisa que veio antes, vai te dar um norte, pra você procurar, “eu sei que em tal livro eu vou achar, eu vou em tal pessoa que ela vai esclarecer”. Porque não tem como saber tudo, mas, à medida que for surgindo a necessidade de aprender, a luz também vem.

Porque a gente não precisa preocupar de saber tudo.
Porque na hora da necessidade o ensinamento vem.
Então, às vezes você fica preocupado de saber tudo.
Ninguém sabe tudo (Santos, 2022 *apud* Reis, 2023).

Isso me fez refletir em muito no percurso da pesquisa. O aprendizado não se faz em dias marcados, mas ao mesmo tempo se dá em dias certos. Sabemos que, em dia de função, vamos trabalhar muito no Ilê e vamos aprender, mas pode ser que você saia da casa como entrou, e isso não está em desacordo com a casa, porque todo dia se aprende. Aprende-se também no silêncio, é preciso ter ouvidos abertos, a percepção de que se está em uma outra proposição de vida em comunidade diaspórica. Nem sempre você vai entrar numa casa e ouvir os itãs, as histórias. Os mais velhos nem sempre vão estar sentados, prontos para contar as histórias de orixás, inquices ou encantados. Essa visão é muito de quem é de fora e é contaminado por essa visão romantizada dos mestres e mestras. A história pode vir de onde você menos espera. Um provérbio, uma cantiga pode acionar e narrar toda uma situação na qual se está envolvido, e quem tem escuta aberta vai entender.

E vocês têm o hábito de contar histórias dentro da guarda, tipo, alguma vez, essa coisa de os mais velhos contarem histórias para os mais novos?

Tem! História da guarda. É uma coisa informal. Tipo assim, a gente tá numa reunião, sempre em reunião acontece isso. Acontece uma situação que a gente lembra de outra situação e conta pra eles (Santos, 2022 *apud* Reis, 2023).



Assim, no cotidiano, as histórias surgem, ligadas aos fazeres diários, como bem aponta a Rainha Kelly.

Como ela mesma colocou, “ao longo da caminhada, [...] a pesquisa vai te mostrando o caminho”, e foi bem dessa forma. As histórias que se apresentaram e que são extremamente importantes para cada casa, são as histórias das gêneses das casas, das suas genealogias, das famílias, dos ancestrais que fundaram as casas. Das lutas das casas diante dos racismos religiosos, da omissão das políticas públicas e das várias violências da sociedade em relação às casas, e mais, a essas mulheres. Saber dessas histórias é afirmar nosso território de pertencimento. As histórias afrobetizam por meio de uma pretagogia das matriarcas, os filhos das casas dão força nas lutas, pois, além do corpo material, carregamos um corpo da ancestralidade mítica que vai conosco, rompendo barreiras.

O ensinar das matriarcas se dá não de forma estanque, em que um fala e o outro escuta. O conhecimento proposto por meio das histórias está na experiência vivenciada. O conhecimento e aprendizado está no corpo que dança, no corpo que canta, na comida que se come, no chão que se varre, no pedir a benção, na conversa em silêncio com seu guia. O conhecimento está na gira, no corpo daquele ou daquela que dança o sagrado, que bebe e fuma no sagrado. No olhar silencioso e no escutar atento do que não é dito e nem posto a vista material. Tudo tem história.

As histórias do inquices, encantados, orixás ou voduns que se espera ouvir virão quando tiverem de vir para cada um. Nesse sentido, de toda história, seja ela mitológica ou cotidiana, é possível tirar um ensinamento. Muitas vezes, elas são usadas para o ensinamento mais do que uma fala racional, que se põe para explicar este ou aquele fato, esta ou aquela necessidade.

Kota Zinguelê traz, em sua fala, um pouco sobre como elas veem as histórias.

A vida de terreiro é história. É as antiga e as atuais. Sabe, porque, a todo momento, acontece alguma coisa que aquilo ali você vai levar para o resto da vida. [...] Porque, quando você vai fazer uma comida de santo, de um jeito diferente ou você veste uma vestimenta diferente, aí você tem que contar por quê. Passa a ser história. Por que nossa saia é assim? Por que nossa saia tem peso? Por que a nossa bata é crioula? Aí a gente começa a explicar o sentido, porque a gente faz cada coisa dentro da umbanda ou dentro do candomblé. Porque é daquele jeito, porque a roupa é daquele jeito, porque a comida é feita daquele jeito. Vira história. A gente vem fazendo um acompanhamento da ancestralidade... Nada inventado. Tudo a gente vem fazendo porque a gente aprendeu com os mais velho. Ele veio antes de você e te ensinou. Eles passam para a gente e a gente passa para os atuais, contando o porquê. E quando você explicar que tem um porque, sempre tem uma história envolvida naquilo ali (Souza, 2023 *apud* Reis, 2023).

Tudo é história. Oralidade que atravessa os séculos, por meio das bocas das matriarcas, mas também das vozes do sagrado. A história vem e, muitas vezes, parece até para provar a fé no sagrado. A Rainha Belinha dá um exemplo das histórias que são contadas no reinado e da reflexão sobre elas.

Conta história igual eu tô te contando aqui. Tudo que a gente fala, se tem que sublinhar, porque cê tá falando aquilo, de onde saiu aquilo, porque que ocê faz assim. Uma coisa fora do comum que aconteceu. Por exemplo, um dia eu tava lá na cozinha da festa, ia cozinhar um macarrão pra Festa do Rosário. Tava com muita pressa e coloquei a água pra cozinhar em vários fogões. Coloquei no fogão aqui atrás, só que a panela que eu coloquei, ela tava sem cabo. Eu falei assim, vou deixar ela aqui que é só deixar a água ferver pra reserva. Na hora H que eu vi ela fervendo, joguei o macarrão na água. Quando eu fui despejar a panela sem cabo, na vasilha pra escorrer, aquela água caiu toda “nimim”. Quando a água caiu “nimim”, ela foi caindo eu pensei: “Nossa Senhora, queimei toda!”, mas aí eu percebi que eu não tinha queimado. Eu olhei pra baixo assim, eu tava com um avental de lona, sabe? E aí, daqui pra baixo, onde ele acaba, daí pra baixo, a água caiu como se fosse água fria. Num queimei nem aonde que num tinha. E ocê sabe muito como que é isso, água num cai assim. Então, muitas coisas que ocê sabe que Nossa Senhora interveio (Gasparino, 2022 *apud* Reis, 2023).

Seguindo na importância das contações de histórias, Mãe Daisy fala de uma prática sua que sempre acontece na casa quando os filhos e filhas do terreiro estão reunidos. Nesta fala, ela traz a importância da escuta, parte essencial nas histórias, escuta ativa no aprendizado da casa.

Então. Eu gosto de sentar e falar. A pandemia deixou isso um pouco perdido, isso meio no ar, por falta de encontro. Mas eu gosto de sentar e falar da história desta casa, da minha criação, o que que eu vivi. É uma coisa importante que eu vivi junto com meus irmãos. Hoje, temos na casa

quatro, nós somos seis, temos na casa quatro dentro do candomblé. Já com feitura, já iniciados. Um não é iniciado, a outra irmã é uma evangélica. A gente tem esse respeito entre nós. O irmão que é muito católico, ele me ajuda muito. Se eu precisar dele e chamar a qualquer momento, ele tá sempre aí. E nós fomos criados assim, vendo fazer ebó, vendo fazer candomblé. Então, a gente tinha também o candomblé de menino (*risos nossos*). A gente fazia. Eu acho legal, assim, que a gente ia vendo fazer os banhos, era folha pra isso, usa assim, o corte é assim, o sacudimento cê começa a passar... Então, nós fomos aprendendo desse jeito. As rezas, as cantigas para quê, pra que orixá, que momento você reza. Antes mesmo de iniciar, a gente já sabia rezar, já sabia, as rezas, vamos dizer assim, sagradas, que são de dentro do sabaji. Por quê? De escutar, sabia de escutar. Hoje, meu irmão Vanderley mais, sempre conversava em lorubá, uns com os outros. Porque a minha mãe falava, ela falava com meu pai, sabe?! Então, era legal que, às vezes, uma palavrinha, a pessoa de fora não ia entender, uma visita. Se a gente tivesse demais, né, uma palavrinha que ela falava a gente já sabia que era. A pessoa não precisava ficar sabendo, essa coisa. Eu acho legal que meu irmão permanece. Ele fala com a esposa dele, que é ekedi da casa, que é a Beth. Então, eles têm essa coisa de conversar. Então, sempre vem assim.

Muita coisa se perdeu hoje em questão de tradição, né?! E com a pandemia, perdendo os mais velhos, é a página de um livro que se fecha. Por isso que eu acho importante essa fala ou escrever alguma coisa sobre. Oralidade é importante, mas o que tá escrito também vale (Januário, 2022 *apud* Reis, 2023).



Todas as entrevistas estão repletas de histórias, são histórias do território, das famílias, dos sagrados. A oralidade, por meio das histórias, tem um papel muito forte e está presente em todas as casas. Os corpos também trazem histórias por meio das danças, da corporalidade. Sem as histórias, não haveria a conexão com o passado, não haveria um olhar para o futuro. Ter história é ter raiz, ouvir história é aprender sua identidade. As histórias alimentam os corpos diante da escassez de um mundo racializado, que tenta apagar as epistemes negras. Um sistema racializado que tenta tirar nossa identidade. Essas mulheres, assim como todas e todos que as precederam, vêm preservando este extenso patrimônio material e imaterial da cultura da diáspora. Todas as suas ações são antes balizadas por um ponto fundamental, que faz com que toda roda gire: o sagrado.

Todas as entrevistas estão repletas de histórias, são histórias do território, das famílias, dos sagrados. A oralidade, por meio das histórias, tem um papel muito forte e está presente em todas as casas. Os corpos também trazem histórias por meio das danças, da corporalidade.

Sem as histórias, não haveria a conexão com o passado, não haveria um olhar para o futuro. Ter história é ter raiz, ouvir história é aprender sua identidade.

A ação de contar histórias, presente sim no cotidiano das casas foge da ideia de contar histórias que muitas vezes temos. Não se trata de uma forma romantizada, para crianças, num dado momento, apartada do cotidiano. As histórias aqui são elementos de uma tecnologia de resistência. Saber como esta ou aquela comunidade chegou ao território, quais as disputas travadas neste território. Muitas das disputas com o poder público por melhores condições de moradia, de luta contra um racismo religioso. Todas as casas se orgulham das suas histórias iniciais de quem primeiro bateu o tambor, de quem esteve presente na construção das casas. Estas histórias fortalecem as raízes dos integrantes e suas identidades. As matriarcas garantem o não apagamento da cultura das casas, não só contando as histórias através da palavra, mas revivendo a história de cada ponto do sagrado na corporalidade. Quando um corpo dança, e nele se faz um orixá, um inquise ou um encantando, é uma história que é revivida no corpo daquele que o recebe. Mas também é revivida para todas e todos que vieram sentar-se na assistência (aqueles que vêm participar e ficam sentados durante o ritual) para participar da roda. Também é através da corporalidade que os cortejos negros dos Reinados contam histórias e afrobetizam todos presentes nas ruas. Através das histórias, memórias, códigos sagrados, formas de existir no espaço se colocam para a comunidade e para a cidade. As histórias se firmam como elemento fundamentais na existência das pretagogias destas casas.



9

Sagrado

Nós somos muito mais do que os mitos, nós somos muito mais do que as lendas, e eu acredito mesmo que nesse tempo que estamos vivendo os Nkisi, os Vodun, os Orixás, os ancestrais indígenas estão a nos dizer:

- Eu não sou uma lenda, um mito lá de trás. Eu não sou algo que é exótico, eu não sou algo que foi inventado e que tem que ser tão estereotipado. Eu sou realidade, eu sou e estou hoje, eu estou agindo hoje, eu estou diante de vocês, eu estou hoje na sua frente, atrás, do lado, no chão em que você está pisando, no ar que você está respirando, eu estou no seu corpo. Seu instrumento é seu corpo, sua arte você mostra com seu corpo, sai da sua garganta, na música que você canta, está na sua expressão, e você está fazendo o quê? Qual a leitura que você está fazendo de mim? O Ogum que tanto você busca, como que ele está em você? Como é que você permite que ele aja? E, assim, tantos outros Orixá, Voduns, Nikisi, caboclos, energias.

Ainda que você encene, represente algo que não é exatamente um mito, uma lenda de um orixá, mas eu estou lá; diria por certo cada Vodum, cada Nikisi, cada Orixá, eu estou lá, porque eu sou energia, eu sou a natureza que está em volta, e as pessoas com que você interage também são natureza. E como é que você está interagindo com essa energia que está no outro, que está ao seu lado no palco, que está lá enquanto a plateia, que esteve lá quando você pegou o tema? Foi uma cena que você viu na rua, foi um livro que alguém escreveu e você leu, foi algo que você imaginou e queria trabalhar em cima? Não importa, a energia também estava lá.

Makota Valdina ¹⁶

¹⁶ Fala de Makota Valdina no 1º Fórum Nacional de Performance Negra, em 2005.

9.1 O sagrado pelas vozes das matriarcas



Figura 24

Altar da Guarda de São Jorge de Nossa Senhora do Rosário
Fonte: arquivo pessoal.

Trouxemos conosco, no passado, na grande travessia, e o carregamos diariamente conosco, O SAGRADO. Nosso elo e pertença ao sagrado negro, que não é único e, como um grande cordão umbilical, atravessa nossos corpos nos nutrindo de sabedoria e força nas lutas diárias.

A dimensão sagrada faz parte da vida em todas as casas. Ele está na gênese das casas, nos cotidianos, nos ensinamentos. Os territórios sagrados foram e são as grandes universidades do povo negro, onde todo um valor cultural foi preservado, onde identidades foram preservadas e amalgamadas no tempo e no espaço. Lembrando Amadou Hampâté Bâ, “na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima”. Podemos pensar nessas bibliotecas dentro dos territórios sagrados, estas universidades das culturas negras que vem alimentando os povos da diáspora negra neste bairro do Concórdia

Essa dimensão traz a noção do homem pertencente ao sagrado. A relação com a natureza não é de dominação. É preciso a energia das plantas para todo e qualquer ritual. É preciso se banhar no rio. Todos os lugares são sagrados. Somos integrantes desta dimensão, e isso se manifesta nos corpos, nas histórias, na roda, no coletivo.

Deixemos as matriarcas contarem mais sobre a presença do sagrado. A Rainha Belinha nos diz da forma como a guarda e o terreiro foram fundados.

O Centro a vovó frequentava, o centro no Isolado Santa Tereza. Ela era médium. Um dia ela levantou cedo e eles tavam vindo com a mudança de lá pra cá. Quando ela abriu a porta ela perguntou o que era. Eles disseram que o Preto-Velho de lá, tinha mandado trazer as coisas pra cá... o Pai Timbiras de Angola. Ela ficou muito preocupada

porque ela não esperava aquilo e ninguém perguntou ela nada (*risos*). Ela com menino pequeno, dois meninos pequenos. Uma casinha que era pequena, um cômodo, de trás pra lá, o barranco do outro lado. Porque quando eles escolheram este lote aqui pra ela, ela era sozinha, o pai do filho mais velho dela comprou este lote pra ela, mas como ela era sozinha, ele escolheu uma coisa mais fora do circuito pra ela ficar protegida. Aí é, ela perguntou como ela ia fazer pra receber aquelas coisas, e o velho falou que ela não precisava preocupar que ele ia dar um jeito, que ele ia trabalhar pra poder resolver o Gongá, e assim foi feito. As pessoas que vinham benzer, as pessoas que vinham se consultar com o Preto-Velho da minha vó, Pai Zezé Ferreira de Angola, foram ajudando ela. Uns deram as telhas, uns deram a madeira, uns tijolos, outros as mãos de obra, outros a comida e assim foi fazendo. [...] Já a guarda foi criada através da... também a vó deitou, foi dar uma descansada. Ele falava que ia correr a gira e corria mesmo, porque ela sabia tudo que a gente tava fazendo e ela lá deitada. Era um absurdo! (*risos*). Ave Maria, eu ficava boba de ver. Aí, nela correr a gira, ela teve um sonho e dentro desse sonho ela abriu a porta, mas é aquela história, que a gente não sabe se ela deitou e sonhou ou se, se quando ela levantou, ela abriu a porta, ela viu uma de Moçambique e uma guarda de Congo. É a Guarda Espiritual, é a Guarda do Astral (Gasparino, 2022 *apud* Reis, 2023).

A Rainha ainda traz outra versão para a criação da Guarda. Mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelo povo negro, é no sagrado que está a força para seguir em frente.

E outra versão também é que ela tava passando muito aperto, e aí ela pediu Nossa Senhora que ajudasse ela, naquele aperto que ela tava passando de saúde, financeiro, que ela ia fazer uma bandeira, agradecendo Nossa Senhora, pelo aquilo que... pelas coisas que ela precisava, e que ela queria que os descendentes dela tivessem mais sorte do que os antepassados. Ela não queria que eles passassem por aquilo que ela tava passando, que era aperto financeiro, aperto de saúde, essas coisas assim. Ela sabia que muito daquilo era da condição de ser de matriz africana, que as coisas são mais difíceis. Eram naquela época e continua sendo hoje. E, nisso, eles fizeram esta bandeira, ela chamou as pessoas do entorno dela que era do Rosário, que ela frequentava em outras casas, que era aqui perto mesmo, que era no Santo André, no Concórdia, aqui embaixo, e outros que tinha na época. Ela chamou esses capitães e pediu ajuda. Ela tinha feito uma promessa de sete anos, dando comida pro povo do Rosário e pras almas dos cativos... dos escravizados que morreram no cativeiro. Então, é isso. E pelo agradecimento à libertação da escravatura (Gasparino, 2022 *apud* Reis, 2023).

Já Mãe Daisy traz uma fala sobre o sagrado que acompanha a família em sua ancestralidade. Na fundação do Ilê Axé Afonjá Oxeguri:

Não nasci no Concórdia, eu nasci na Vila Americana, no União. Vim pra cá muito pequena, pra esse lote, pra esse terreiro aqui, onde era a residência de minha vó materna Josina. A Josina de Ogum, que veio da cidade de Itapira. Hoje, Itacaré.



Uma baiana já com suas benzeções, com suas tradições enquanto uma mulher negra, solteira, né?! e de luta. Foi após uma enchente, em 1929, que ela sai de Itapira e vem pra Belo Horizonte. Parou em Belo Horizonte, que, na verdade, o destino dela era Pitangui. Esse bairro, é um bairro que é de aforamento, a maioria das casas e lotes aqui são de aforamento, quer dizer, cedido pela prefeitura de Belo Horizonte para essas pessoas que vieram de bairros, né?! Tem muita gente que veio do Barroca, porque era uma área mais nobre, por exemplo, então jogou aqui, é, várias famílias. Que lá era uma vila, então se formou Vila Concórdia. E esse bairro já teve vários nomes. Concórdia, pelo que eu sei, é pela concordância de estar nesse lugar. E minha vó ganhou esse lote da Comunidade Católica da Igreja Nossa Senhora das Graças, ganhou por aforamento da prefeitura.

Quando ela falece, e meu pai vem já casado, já vem casado do Vila Americana, bairro União, hoje, ali perto do Minas Shopping. Acabou também o lugar pra construir o Minas Shopping. Tinha um curtume, né?! Um curtume ali naquela época. E ele vem pra cá e constrói uma casa e vem com a família. Aí desmancha o barracãozinho da minha vó, pra poder fazer o primeiro... primeira casa do candomblé que existe hoje, que é o nosso. O barracão foi inaugurado em 1970, mas já acontecia os candomblés no barracãozinho. Tinha um assentamento de Exu, da minha vó. Hoje, nesse espaço que é o Candomblé original, tô aí, nesta luta e resistência que é para manter esse Candomblé. Que é uma tradição de família.

[...]

Qual o nome desse candomblé?

Ilê Asê Afonjá Oxegui, mas quando ele foi registrado, o nome era “Deus é amor”, em 1970. Era “Deus é Amor” porque não se podia registrar com nomes afro-brasileiro, mas já tinha esse sonho de ser Afonjá Oxegui. Que Afonjá é a qualidade do Xangô, Obá Ojemundê, o Xangô do meu pai. E Oxegui é o Oxóssi, que acompanha nesse segmento mesmo chão, que era o segundo orixá dele e é o meu também. Então, por isso Oxegui. Então, hoje é “Centro de Tradições Afro-brasileiras Ilê Asê Afonjá Oxegui”. Que passa a ser o centro cultural ILEAO, resumindo (Januário, 2022 *apud* Reis, 2023).

A dimensão sagrada pode se manifestar mesmo onde menos se espera, na ação mais cotidiana, na pessoa que você menos espera. Não cabe a nós a escolha desta ou daquela manifestação. A Rainha Kelly traz este apontamento.

mas os cachaceiros davam história, e dava histórias de raiva, mas dava muita história de devoção. Cê entende? Porque se tem um trem que Nossa Senhora protege é bêbado! E ela protege, oh fala concê, é tanta história. Ela protege, ela livra ele ali, e, o que é pior, é tanta raiva que cê passa. Oh, é assim: ela livra ele, ela mostra pra ele, e ele ainda cura sabe. É aquela coisa do cara tá bêbado e benze assim, cozido na cachaça, e ainda fala assim: “tô tirando isso assim e assim docê, aquilo e aquilo outro!” e ocê fica assim “óh”, e o bafo da cachaça cozida nocê, e o homi falando verdade. E te dá livramento. Deus o tenha! Deus o tenha! Deus o tenha! Já vi isso muito (Santos, 2022 *apud* Reis, 2023).

Dentro da dimensão do sagrado, há que se respeitar muito a linguagem e a força destas gentes. Não duvide da magia. Uma história muito interessante nesse sentido é trazida pela Rainha Kelly.

Deixa ver... A do padrinho da minha mãe. Quando ele foi buscar a... A guarda é assim, hoje em dia vai de ônibus pra baixo e pra cima, mas antes quando não tinha ônibus, as guardas iam era em todo lugar a pé. Então, a vó Antônia, ela morava ali perto do Ceasa e tinha uma rainha no Horto. Então, a guarda ia no Horto.

la pé do Ceasa no Horto? Carregando os tambores?

la a pé. la pra lá, ia na laguna, na Concórdia, buscando os Reis. Tinha um moço que tirou o pinto pra fora e começou a mijar, e o congado subindo. Ele não era do congado, um vagabundo que tava lá mijando. Ele tava mijando, com pinto pra fora. E aí o pessoal achando uma falta de respeito com Nossa Senhora. O padrinho da mãe falou assim: "Deixa ele mijando, quer mijar, deixa mijar!"

Aí eles foram. Foram buscar a Rainha. Quando eles voltaram, o homem tava no mesmo lugar mijando.

Nossa!

Todo vermelho, com um olho já todo vermelho, que já num tava aguentando. O homem mijando e aquela água escorrendo assim, que as ruas era tudo de terra, e o homem mijando. Falaram pro padrinho da mãe: "oh, Seu Felipe, vai lá faz alguma coisa". "Eu não. Ele não queria mijar, então mija!" Ele demorou pra ir lá. Pôs a mão no homem, e aí o homem parou de mijar do nada, tava sem força.

Eu num sei quem era esse homem. Eu num era nascida, minha mãe era criança. Eles eram muito feiticeiros. Padrinho da minha mãe (Santos, 2022 *apud* Reis, 2023).

A força sagrada cuida de quem cuida. Nengua Kamuxinú do Nzo Kabila fala desse cuidado num momento tão delicado de sua vida.

Agente já passou muita coisa. Eu me julgo uma vencedora porque de 1970 pra cá, até hoje, sabe?! Tem uma coisa que me aconteceu muito séria, eu tive covid, fiquei internada 15 dias. Aí, uma noite eu comecei a chorar. Todos os pais de santo de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, ligavam pra mim. Eu só podia ter o telefone, não podia ter contato. Aí, chegou um enfermeiro, sabe?! Pretinho, pretinho, e falou comigo assim: “não chora, não!” Eu ia passar para o isolado, eu tava muito ruim. Ele falou: “Não chora, não! Cê tá no oxigênio, cê sabe o que vai fazer. Amanhã cedo, cê vai levantar, vai tomar seu banho, vai dar vinte voltas no quarto e vai fazer respiração, aquela respiração que cê sabe, e cê vai ver”. Mas não me deu remédio nem nada, só falou isso. Quando foi de manhã, eu fiz o que ele falou. Daí passou um pouquinho, veio o médico, tirou oxigênio, tirou soro, e eu fui procurar esse enfermeiro para agradecer. Não existia esse enfermeiro dentro do hospital. Não tinha esse enfermeiro. Nos três andares que eu fiquei, eu procurei esse enfermeiro, sabe?! Não tinha esse enfermeiro! Sabe, então, que uma entidade foi lá e me livrou. Eu saí, melhorei e não tive mais nada. No final de quinze dias, eu vim embora. Não fiquei com sequela (Coutinho, 2023 *apud* Reis, 2023).

Outra história que Nengua Kamuxinú traz sobre a convivência com o sagrado e com as entidades, que sempre estão conosco e ouvindo tudo que dizemos:

A minha história foi antes de fazer o candomblé. Aqui era uma casa velha, a casa da minha mãe. Com a chuva caiu, tinha muito entulho. Falei com meus filhos que ia fazer uma feijoada para tirar o entulho, pra ver se vai levantar as paredes, como vai ser. Mas tem que limpar o espaço, tinha muito entulho. Então, veio todo mundo, reuniram todo mundo, eu fiz um panelão de feijoada. Comprei muita cerveja para animar. Eles comeram, beberam e não tiraram uma pá de entulho. Eu fiquei muito brava. Cheguei no meio do entulho e falei assim “Se Marabô, se preto quiser, eles que arruma alguém pra vir, porque eu não faço mais nada!” Mas eu fiquei brava. Na segunda-feira, eu sentei ali no portão com a mão no rosto e veio um rapaz pretinho, pretinho, tava limpinho, mas não tava bem arrumado, e franzino. Falou comigo assim:

“A senhora tem um serviço aí pra mim.”

Eu falei “Ah, né, filho, o serviço que tem aqui cê num aguenta fazer, não!”

Ele falou “Me mostra”.

Eu mostrei.

“Eu vou pegar, mas depois eu dou o preço para a senhora”. Que eu gosto sempre de saber quanto eu vou pagar e tudo. Esse rapaz, ele começou. Num dia ele tirou quatro caçambas de terra, sozinho. Sem ninguém ajudar. E sem beber água e sem comida. Eu fazia tudo. Eu gosto de pedreiro e tudo, gosto de tratar bem, e pão é tudo. Tudo ele agradecia “muito obrigado, muito obrigado”. Em três dias ele limpou tudo. Foram dois caminhão de terra e oito caçambas. Mas ele, sozinho, limpou de ficar retinho, igual

tá aqui. Eu falava com meus meninos “gente, o quê que é isso? O homem não come e não bebe?”

Aí, ele terminou e falou “A senhora gostou?”

“Gostei meu filho, mas quanto que é? Quanto cê vai me cobrar?”.

“Ah me dá qualquer coisa aí, depois eu volto pra gente acertar”.

Eu peguei um dinheiro e dei pra ele. Falei, mas cê volta mesmo pra gente combinar. Nunca mais esse homem apareceu. Não sei endereço, não fiquei sabendo de onde era. Eu sei que ele apareceu e deixou tudo plano. Api que chamou o pedreiro. Mas o pedreiro já veio com tudo plano, tudo arrumado. E esse homem sozinho, ele não aceitava que os meninos viessem ajudar não. Franzino. Depois de muito tempo, um dia Marabô falou assim: “Cê é muito atrevida!”. Mandou falar comigo que, já que eu não ia fazer, eles mandaram quem viesse fazer. Mas o que eu ficava preocupada com o homem. Ele não tomava água, tava um calor igual tá agora. E eu ria ainda, mas ele pagava ainda, num minuto ele enchia uma caçamba. Oito caçambas e dois caminhãozinho em três dias. Ele não chamava a gente, não amolava com nada. Tinha hora que ele dava umas cantaroladas, mas a gente não entendia o que ele tava cantando. Não conversava nem nada. Dava seis horas ele ia embora (Coutinho, 2023 *apud* Reis, 2023).

Kota Zinguelê faz esta importante observação sobre a convivência das entidades, pois, no mesmo espaço de sua família, convivem duas tradições: a umbanda e o candomblé. Candomblé de matriz Bantu Nzo Kabila e a umbanda Associação da Resistência Cultural Afro Brasileira Templo Espírita Umbandista Pai João e Vovó Catarina de Aruanda. A diferença não separa.



É são duas. A gente já tocava umbanda, viemos a fazer o santo e, a partir dessa época, a gente começou a tocar candomblé porque a gente iniciou no Inkissi. Então, a partir desse momento, a gente começou a tocar o candomblé e fazer as festividades, tudo bem separadinho. Durante o ano, todos os meses do ano a gente tem festividade, cada um no seu dia, da sua forma do jeitinho que tem que ser. Eu falo assim, o problema é o ser humano, porque as entidades, elas se dão muito bem. Elas não tem atrito, vai fazer festa assim, tal dia, o outro concorda. Tanto da parte do candomblé quanto da parte da umbanda. É tudo muito direcionado. Esse tempo todo que existe essa casa, nunca vi um caboclo chegar e falar que não, essa festa vai ser minha, ou outro questionar porque vai fazer uma festa, nunca vi. Então, assim, eles se relacionam muito bem, eu passo a todo o momento isso para todo mundo. Como eles são organizados, como eles são respeitosos. Como que a coisa com eles funciona muito bem. Talvez não funcione muito bem com as pessoas, com o humano, mas com o mundo espiritual, o trem flui maravilhosamente bem. São coisas tranquilas, a gente já pode fazer aquilo ali com autorização dele, dá tudo certinho (Souza, 2023 *apud* Reis, 2023).

Nada é feito dentro dessas casas sem a permissão do sagrado. Nada se faz sem que haja a intervenção sagrada. Mãe Beth fala com muito orgulho do dia em que ela é levantada como ekedi no Ilê Asè Afonjá Oxeguri, pelas mãos do orixá.

Então, há 44 anos que eu estou dentro do Ilê, eu casei com um dos herdeiros do Ilê. Com o passar dos anos, eu, no início, quando eu casei, eu não interagia com nada lá. Eu só ia pra ver, pra assistir as sessões e tudo. Aí um belo dia, eu fui chamada pra ser chamada uma ekedi. Na nossa linguagem se fala “levantada” para esse cargo.

Eu ia porque eu faço parte da família, eu ia simplesmente para assistir. Porque ele já nasceu dentro do Ilê. E eu, com o passar do tempo, eu fui conhecendo como que era. Ajudava naquilo que eu podia. E aí, num belo dia, em 94, eu fui levantada para ekedi.

A senhora estava na assistência, sentada?

Eu estava na assistência, sentada.

Não estava na gira?

Não, não estava. Mas como eu já frequentava e sou parente, então eu tava sempre ali. O orixá que me escolheu. Ekedi é escolhida pelo orixá. Então, nesse dia estava o orixá lansã. E, do nada, ela foi até a mim e me convidou para ser a mãe dela. Então foi surpresa, foi maravilhoso, foi lindo, eu não esperava. Eu estou lá dentro, dando aquilo que eu posso, dando o meu amor (Lisboa, 2023 *apud* Reis, 2023).

Esses depoimentos são de uma força imensa. Essas mulheres têm, em seus corpos, o sagrado escrito e plantado, numa raiz ancestral que se perpetua por meio das vozes dessas matriarcas. Tudo é história! Uma história de boca a ouvido, mas também de contato de corpos que dançam ao som dos tambores, das vozes que rezam. São histórias que fortalecem a ocupação deste grande



quilombo urbano que é o bairro Concórdia, e, graças a elas e sua resistência, este território é esse grande quilombo urbano da cidade de Belo Horizonte.

Graças ao sagrado, aos orixás, encantados, esta pesquisa chega até aqui. Uma pesquisa feita a partir de várias vozes. Uma pesquisa vivenciada no terreiro nos dias de xirê, nos dia de Olubajê, nas Águas de Oxalá, nas festas de Boiadeiro, nos cortejos das guardas. Tenho aprendido muito com todas elas, e seguimos, porque depois de nós, virão outros.

Nengua: A mulher negra é a história!

Kota: Nós somos a história!

Nengua Kamuxinú e Kota Zinguelê Mamanidenge



Referências

ADICHIE, C.N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. v. 160. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/580735/000921829_Cultura_opulencia_Brasil.pdf>. Acesso em: nov. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE; ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: regional Nordeste*. Coordenação de Cintia Aparecida Chagas Arreguy e Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/NordesteCompleto.pdf>>. Acesso em: nov. 2023.

ARRAES, Jarid. *Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis*. 2. ed. São Paulo: Editora Seguinte, 2020.

BANIWA, Braulina. *Mulheres: corpos-territórios indígenas em resistência!* / Braulina Baniwa, Joziléia Kaingang, Giovana Mandulão. Organização Kassiane Schwingel. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia – Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023.

BARBOSA, Nila Rodrigues. Fala concedida ao site do jornal Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2018/07/04/monumentos-de-bh-que-homenageiam-a-cultura-negra-ainda-sao-minoria>>. Acesso em: set. 2020.

BELO HORIZONTE. *DECRETO Nº 31, DE 6 DE SETEMBRO DE 1928*. (Revogado pela Lei nº 6370/1993) CRIA A VILLA CONCÓRDIA. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belohorizonte/decreto/1928/4/31/decreto-n-31-1928-cria-a-villa-concordia>>. Acesso em: jul. 2022.

BENEDICTO, R. M. *Desafios para uma educação quilombista no Brasil*. Curitiba: Appris, 2022.

BENEDICTO, R. M. Educação quilombista: uma proposta de educação afrocentrada no Brasil. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação* (RESAFE), [S.l.], n. 31, p. 18-33, 2019. DOI: 10.26512/resafe.vi31.28254. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/28254>>. Acesso em: nov. 2023.

BORGES, Rosana. Prefácio. In: HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *História Oral na Educação: memórias e identidades*. São Paulo: Cetec/MEC, 2013.

COSTA, Larissa. Monumentos de BH que homenageiam a cultura negra ainda são minoria. *Brasil de Fato*. Belo Horizonte, 04 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2018/07/04/monumentos-de-bh-que-homenageiam-a-cultura-negra-ainda-sao-minoria>>. Acesso em: set. 2020.

DIOP, Cheikh Anta. *A unidade cultural da África negra-esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica*. Luanda: Edições Mulemba, 2014.

DOVE, Nah. Mulherisma Africana: uma teoria afrocêntrica. *Jornal Estudos Negros*, v. 28, n. 5, p. 515-539, maio 1998.

DOVE, Nah. *Mães Afrikanas: portadoras de cultura, agentes de mudança social*. São Paulo: Editora Ananse, 2023.

FILOSOFIA POP – 162: Djéli, com Toumani Kouyaté. Entrevistado: Toumani Kouyaté. Entrevistador: Marcos Carvalho Lopes. [S.l.]: Produção Marcos Carvalho Lopes, 5 set. 2022. Disponível em: <<https://filosofiapop.com.br/podcast/162-djeli-com-toumany-kouyate/>>. Acesso em: nov. 2023.

FONSECA, Mariana Bracks. *Poderosas rainhas africanas*. 1. ed. Belo Horizonte: Ancestre, 2021.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Coord). *Metodologia e Pré-História da África, História Geral da África*. Brasília: Unesco, 2010. v.1.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Elefante. São Paulo, 2019.

HUDSON-WEEMS, Clenora. *Mulherismo Africana: recuperando a nós mesmos*. 1. ed. São Paulo: Editora Ananse, 2020.

KOUROUMA, Ahmadou. *Homens da África*. 1. ed. São Paulo: Edições SM, 2009.

LIMA, Heloisa Pires. *Toques do girô*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2010.

MANZI, Maya; ANJOS, Maria Edna dos Santos Coroa dos. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, v. 23, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rbeur/a/8FvqfjrztwtqMSTdMwVPsG/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: nov. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

NJERI, Aza; RIBEIRO, Katiúscia. Mulherismo Africana: práticas na diáspora brasileira. *Currículo sem Fronteiras*, v. 19, n. 2, p. 595-608, maio/ago. 2019.

NUNES, Mateus [Caco Velho]. *Mãe Preta*. Porto Alegre: 1938. 3min8s.

OLIVEIRA, Leandro Roque de [Emicida]. *Cicatrizes*. São Paulo: Laboratório Fantasma: 2019. 8min53s.

PEREIRA, J.A. *Dos que vão e dos que ficam*: migrantes negros em Belo Horizonte (1897c – 1950c). In: XI ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL. Dimensões do público: Comunidades de sentido e narrativas políticas, 2015, Niterói, RJ. Anais eletrônicos. Disponível em: <https://www.sudeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/9/1438013329_ARQUIVO_Dosquevaodadosqueficam_artigoJosemeireAlvesPereira_IXEncontroRegionalSudestedeHistoriaOral.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

PERUCCI, Gustavo. Barroca é excelente opção para quem deseja morar próximo ao Centro, sem perder a qualidade de vida. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, atualizado em: 28 dez. 2015. Disponível em: <https://estadodeminas.lugarcerto.com.br/app/noticia/noticias/2015/12/26/interna_noticias,49099/barroca-e-excelente-opcao-para-quem-deseja-morar-proximo-ao-centro-se.shtml>. Acesso em: nov. 2023.

PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia*: pertencimentos, corpo-dança afroancestral e tradição oral contribuições do legado africano para a aplicação da Lei n. 10639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015.

PINTO, Valdina de Oliveira. Discurso. In: Fórum Nacional de Performance Negra, 1., 2005, Salvador-BA.

RIBEIRO, Andréia. *Representações e práticas cotidianas de um bairro belorizontino: o Concórdia*. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_RibeiroA_1.pdf>. Acesso em: dez. 2022.

SANTOS, J. E. *Os nãgô e a morte*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, L.M. *Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte*. 2018. 260 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/MMMD-B7CGVF>>. Acesso em: abr. 2022.

SODRÉ, Muniz. *O Terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2019.

Apêndice A

Roteiro de Entrevistas

BLOCO 1 – Dados pessoais.

Nome:

Idade:

Desde quando mora no Concórdia?

A Senhora sabe a história do bairro? Poderia me contar?

BLOCO 2 – Dados do grupo e do bairro.

Nome do grupo de tradição:

Idade do grupo:

Como este grupo foi fundado?

Como este grupo se relaciona com a comunidade deste bairro?

BLOCO 3 – Mulheres

Qual a sua vivência no grupo? Quem é você neste grupo?

Como chegou a ocupar este lugar?

Como é a participação das mulheres neste grupo?

Como é a participação dos homens neste grupo?

Como você percebe ou sente o lugar das mulheres negras na cidade, no bairro e no país?

BLOCO 4 – Oralidade

Nesta casa, vocês têm o hábito de contar histórias? Histórias ligadas à própria história de sua casa e à tradição, aos encantados, às encantarias e aos rituais?

Qual a relação das histórias, contadas e recontadas, com os ensinamentos desta casa?

Poderia me contar uma história que lhe foi contada?

GOVERNO DO ESTADO DE
MINAS GERAIS

Governador
Romeu Zema Neto

Vice-governador
Professor Mateus Simões

Secretária de Estado de Cultura e Turismo
Bárbara Botega

Secretária de Estado Adjunta de Cultura e Turismo
Josiane de Souza

Subsecretária de Estado de Cultura
Maristela Rangel

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
MINAS GERAIS

Procurador-Geral de Justiça
Paulo de Tarso Morais Filho

Presidente do Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Renato Froes Alves Ferreira

Coordenadora da Coordenadoria de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação
Nádia Estela Ferreira Mateus

Assessora-chefe de Comunicação Integrada
Maria Elvira Souza Lima de Mattos

Equipe Sobre Tons
Esther Gonçalves
Giselle Borges
Kamilla Andrade
Larissa do Vale
Mariana de Paula Alves
Thais Ferreira

FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO

Presidente
Sérgio Rodrigo Reis

Diretora de Relações Institucionais / Chefe de Gabinete
Kátia Carneiro

Diretora Artística
Cláudia Malta

Diretora Cultural
Milena Lago

Diretora do Centro de Formação Artística e Tecnológica – Cefart
Priscila Fiorini

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças
Jefferson Souza

Assessor-chefe de Comunicação Social
Walter Navarro

Procurador-chefe
Daniel Bueno Cateb

Controlador Seccional
Enildo Lisboa dos Santos

Assessores da Presidência
Romina Farcae
Lucas Amorim

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Assessora-chefe Adjunta

Micheline Zandomênico

Assessoria de Imprensa

Lucas Oliveira (coordenador), Arthur Santana,
Maron Filho, Regyane Bittencourt (estagiária),
Maria Eliana Goulart e Paulo Lacerda

Design Gráfico

Clério Ramos (coordenador), Alec Mizote,
Ângela Peres, João Vitor de Jesus (estagiário) e
Felipe Lucena (estagiário)

Mídias Digitais

Natália Vianini, Vini Brown e Arthur
Camarano (estagiário)

Mediação

Vinícius Leão (coordenador), Eduardo Ferreira
(estagiário) e Eduardo Nogueira (estagiário)

Assessora de Comunicação do Circuito Liberdade

Izabela Moreira

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Assessora e Supervisora do Contrato de Gestão e

Termo de Parceria

Josiene Duarte

Gerente de Projetos

Catharine Borges

Coordenadora de Projetos

Sophia Borges

Gerente de Fomento

Ivan Cândido

Coordenadora de Fomento

Lucia Tania

ASSOCIAÇÃO PRÓ-CULTURA E PROMOÇÃO DAS ARTES – APPA

Presidente

Felipe Vieira Xavier

Vice-presidente / Diretor Jurídico

Agostinho Resende Neves

Diretor Financeiro

Guilherme Domingos

Diretora Adjunta Executiva

Pâmela Perdigão

Diretora Adjunta de Projetos

Siomara Faria

Superintendente de Comunicação e Marketing

Fábio Pires

Coordenadora de Projetos

Laryssa Martins

Apoio Administrativo

Gesiele Regina

CORREALIZAÇÃO



REALIZAÇÃO



CULTURA E
TURISMO



**GOVERNO
DE MINAS**

AQUI O TREM PROSPERA.

ISBN 978-65-85658-14-0



9 786585 658140

Este livro traz as contações de histórias enquanto elemento formador e “pretagógico” nas comunidades de tradição de matriz africana, com um recorte no bairro Concórdia/Belo Horizonte. Este texto se apresenta a partir das vozes das matriarcas negras (reinados e casas de candomblé) que possuem saberes ancestrais, que têm a oralidade presente no cotidiano, na preservação desses saberes, na resistência e na garantia das identidades desses grupos. Mulheres que transmitem, através das histórias, as identidades negras da diáspora, conectadas com o sagrado. Os referenciais teóricos da pesquisa são, em sua grande maioria, de autoras e autores negros

SOBRETONS

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

ARTS
REALIZAÇÕES

**PALÁCIO
DAS ARTES**

Fundação
Clóvis
Salgado

CULTURA E
TURISMO



**GOVERNO
DE MINAS**
AQUI O TREM PROSPERA.